



Recomendado pela CAPES
Aprovado pela Resolução 1792/2018 CONSEPE-UFMA, de 30 nov. 2018
Cidade Universitária – Av. dos Portugueses s/nº, Centro de Ciências Humanas,
Bloco 1, Térreo, Sala B1-001.
CEP 65085-580 – São Luís – MA | Fone: (0XX98) 3272-8391 / 3272-8392
E-mail: ppghis@ufma.br | Site: www.ppghis.ufma.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES
ATLÂNTICAS: CULTURAS E PODERES
MESTRADO EM HISTÓRIA

DRYELI DE JESUS COELHO PINHEIRO

GRUPO MULHERES DA ILHA: feminismos conectados na luta pelos direitos das
mulheres em São Luís - MA (1980-1988)

São Luís - MA
2025



Recomendado pela CAPES
Aprovado pela Resolução 1792/2018 CONSEPE-UFMA, de 30 nov. 2018
Cidade Universitária – Av. dos Portugueses s/nº, Centro de Ciências Humanas,
Bloco 1, Térreo, Sala B1-001.
CEP 65085-580 – São Luís – MA | Fone: (0XX98) 3272-8391 / 3272-8392
E-mail: ppghis@ufma.br | Site: www.ppghis.ufma.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS:
CULTURAS E PODERES
MESTRADO EM HISTÓRIA

DRYELI DE JESUS COELHO PINHEIRO

**GRUPO MULHERES DA ILHA: feminismos conectados na luta pelos direitos das
mulheres em São Luís - MA (1980-1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Cultura e Poderes (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Alirio Carvalho Cardoso.

São Luís - MA
2025

DRYELI DE JESUS COELHO PINHEIRO

**GRUPO MULHERES DA ILHA: feminismos conectados na luta pelos direitos das
mulheres em São Luís - MA (1980-1988)**

APROVADA EM: 24 /10/ 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alirio Carvalho Cardoso (Presidente/Orientador)
PPGHis/UFMA

Profa. Dra. Régia Agostinho da Silva (arguidora interna)
PPGHis/UFMA

Profa. Dra. Carine Dalmás (arguidora externa)
PPGHIST-UEMA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pinheiro, Dryeli de Jesus Coelho.

Grupo Mulheres da Ilha: feminismos conectados na luta pelos direitos das mulheres em São Luís – MA (1980-1988) / Dryeli de Jesus Coelho Pinheiro. - 2025.

122 f.

Orientador(a): Alirio Carvalho Cardoso .

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Feminismo. 2. Grupo Mulheres da Ilha. 3. Gênero. 4. História do Maranhão. I. Cardoso, Alirio Carvalho. II. Título.

Aos meus pais, Hermínio e Joseane com todo amor que há em mim.

AGRADECIMENTOS

Escrevo estas palavras com profunda gratidão a Deus que me permitiu sonhar e realizar o desejo de me tornar mestra em História. O processo não foi fácil, mas a caminhada muito me ensinou sobre paciência e perseverança.

Agradeço aos meus pais Hermínio e Joseane, vocês são a razão de tudo, o motivo pelo qual chego neste importante ponto da caminhada enquanto estudante e profissional. Ao meu marido Matheus que me incentivou e apoiou em todo o tempo, desde a seleção para ingressar no programa, até esse momento. Às minhas irmãs Driany e Danielle por suas palavras de incentivo quando, muitas vezes, me senti incapaz, saibam que se fui mais forte, isso em muito se deveu à força de vocês, que se somaram às minhas.

Agradeço ao PPGHIS pela oportunidade de ter desenvolvido esta pesquisa, aos meus professores pelos ensinamentos e aos colegas de turma pelas experiências trocadas. Externo ainda meus agradecimentos à CAPES pela oferta da bolsa, a qual se revelou substancial para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Alírio Cardoso, meus sinceros agradecimentos por todas as contribuições, respeito e empatia. Também aqui externo meus agradecimentos à Profa. Dra. Régia Agostinho do PPGHIS- UFMA e à Profa. Dra. Carine Dalmás do PPGHIST-UEMA, pois as contribuições que deram tanto ao meu projeto, quanto na qualificação do trabalho sempre significaram uma importante direção a seguir.

Quanto às minhas amigas, externo profunda gratidão à amiga Karla Larissa, que nunca mediu esforços para me ajudar e pela qual nutro um enorme carinho e admiração. Às minhas amigas Jadna, Hemelita, Samia e Alice pela força e palavras de motivação.

Externo ainda minha gratidão aos meus bichinhos de estimação, à canina Mel e ao felino César, que em todo o processo de escrita estiveram ao meu lado, embora esse seja um processo um tanto quanto solitário, eles não me deixaram sozinha.

Não poderia, entretanto, deixar de demonstrar minha profunda gratidão a cada uma das mulheres que militaram no Grupo Mulheres da Ilha. Com vocês aprendi tanto, não somente a respeito do feminismo, mas sobre humanidade e solidariedade. Gratidão à Silvia Cristina/Black, Beta Coelho Bezerra, Mary Ferreira, Victória Borges Diaz, Paula Renata Baltazar, Mirian Regini Nuti e Beatriz Fontana. A história do feminismo em São Luís- MA se lembrará de vocês.

É com alegria e satisfação que encerro este ciclo e que minha gratidão possa alcançar a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu aqui chegasse.

RESUMO

A presente pesquisa analisou o feminismo em São Luís, sob o recorte temporal de 1980 a 1988, e se constituiu enquanto um estudo de caso do primeiro grupo feminista da cidade, o “Mulheres da Ilha”, de acordo com o que se tem registrado. O objetivo geral foi compreender os processos históricos do feminismo local, a partir do Grupo Mulheres da Ilha, de modo a conectá-los a processos maiores, a exemplo do que acontecia no restante do Brasil, América Latina e Europa. No que compete aos objetivos específicos, buscou-se trazer à tona e analisar como eram desenvolvidos os debates, a trajetória de luta do grupo pelos seus direitos e as adversidades que se constituíam em ser mulher e feminista durante o decênio de 1980, em São Luís. A História Oral foi a principal metodologia empregada, e se procedeu nas entrevistas das militantes que compunham o referido grupo. Assim, a principal fonte da pesquisa foram as memórias das militantes, mas também se fez ainda o uso de matérias de jornais do Maranhão. A fim de analisar tais fontes, fez-se uma análise, a partir da Teoria Dialógica do Discurso de Mikhail Bakhtin. Para além disso, a pesquisa se apropriou das concepções analíticas presentes no estudo de gênero, a partir das contribuições de Joan Scott e do conceito de interseccionalidade formulado por Kimberlé Crenshaw.

Palavras-chave: Feminismo; Grupo Mulheres da Ilha; Gênero; História do Maranhão.

ABSTRACT

This research aims to analyze feminism in São Luís, from 1980 to 1988, and is a case study of the city's first feminist group, the "Mulheres da Ilha", according to what has been recorded. The general objective is to understand the historical processes of local feminism, starting from the Grupo Mulheres da Ilha, in order to connect them to larger processes, such as what was happening in the rest of Brazil, Latin America and Europe. As for the specific objectives, the aim is to bring to light and analyze how the debates were developed, the trajectory of the group's struggle for its rights and the adversities that constituted being a woman and a feminist during the 1980s in São Luís. Oral History will be the main methodology used, and interviews will be conducted with the activists who made up the aforementioned group. Thus, the main source of the research is the memories of the activists, but articles from newspapers from Maranhão will also be used. In order to analyze these sources, discourse analysis is used, based on Mikhail Bakhtin's Dialogical Discourse Theory. In addition, the research appropriates the analytical concepts present in gender studies, based on the contributions of Joan Scott and the concept of intersectionality formulated by Kimberlé Crenshaw.

Keywords: Feminism; Group of island women; gender; History of Maranhão.

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
APRUMA	Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão
ASP	Associação de Saúde da Periferia
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CBA-MA	Secção Maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia
CCN	Centro de Cultura Negra
CEDIM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CMB	Centro da Mulher Brasileira
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
HMDM	Hospital Municipal Djalma Marques
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LIMDE	Liga Democrática de Mulheres
MAF	Movimento de Arregimentação Feminina
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MNU	Movimento Negro Unificado
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores

SEAF	Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas
SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
SUS	Sistema Único de Saúde
UCF	União Cívica Feminina
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNE	União Nacional de Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As militantes Silvia Cristina/ Black, Paula Baltazar e Beta Bezerra antes da reunião com as mulheres na invasão que deu origem ao bairro São Bernardo.....	67
Figura 2 - Matéria de jornal em que o Grupo Mulheres da Ilha fala sobre sexo no 8 de março .	71
Figura 3 - Matéria de jornal em que a militante Silvia Cristina/Black fala sobre a comemoração do dia da mulher em São Luís.....	87
Figura 4 - Matéria de jornal em que o Grupo Mulheres da Ilha denuncia todas as formas de discriminação que afetam às mulheres.....	90
Figura 5 - Matéria de Jornal em que o grupo Mulheres da Ilha pede justiça em razão do assassinato de Marina Canto.....	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DO NASCER AO FLORESCER: uma história feminista no século XX	26
1.1 “O grito por democracia em casa, na cama e na política”	32
1.2 O feminismo em solo fértil	46
2 “A GENTE CONTRARIAVA O QUE ERA DITO NORMAL”: o Grupo Mulheres da Ilha	54
2.1 O início: organização e ação	59
2.1.1 “Passamos a trabalhar com elas só o que elas queriam”: sexualidade e saúde da mulher	69
2.2 “Eu sou feminista”	75
3 CONEXÕES FEMINISTAS EM SÃO LUÍS	84
3.1 Quem ama, não mata!	88
3.1.1 No combate à violência, as delegacias especiais da mulher	95
3.2 O feminismo negro em debate	99
3.2.1 “Dentro do Grupo Mulheres da Ilha surgiu essa ideia, essa semente do grupo de mulheres negras”	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

O presente texto dissertativo se constitui enquanto um estudo de caso do grupo feminista “Mulheres da Ilha”, da cidade de São Luís, e teve como proposta compreender os processos históricos do feminismo local, a partir do referido grupo, de modo a conectá-los a processos maiores, a exemplo do que acontecia no restante do Brasil, América Latina e Europa durante os anos de 1980 a 1988. O estudo se fez, sobretudo, a partir das memórias das militantes, as quais lutaram pelos seus direitos durante o decênio de 80 e experienciaram os debates e as adversidades que se constituíam em ser mulher e feminista.

Meu interesse pela temática que diz respeito às mulheres se iniciou ainda na graduação, durante o curso de história, na Universidade Federal do Maranhão. Entretanto, esta pesquisa que versa sobre o feminismo que se desenvolveu na cidade de São Luís, foi possível a partir da importância que tomou o debate público, o qual passou a ser feito não só na capital São Luís, mas no interior do Estado, sobre a situação das mulheres, cujos temas perpassavam a saúde, a sexualidade e a violência, os quais elas mesmas protagonizaram, evidenciando suas qualidades de sujeitos históricos.

Para a melhor compreensão acerca do objeto de estudo desta pesquisa, e de como sua análise foi desenvolvida, partirei de uma breve apresentação sobre os caminhos que levaram ao reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos da história, desembocando no contexto histórico, nos objetivos da pesquisa, na metodologia, na análise das fontes e suportes teórico-metodológicos, bem como no referencial bibliográfico e o que se pretendeu abordar em cada capítulo.

Ao longo da história, as mulheres pouco apareceram na escrita histórica, a saber, a compreensão que os gregos tinham de história se constituía enquanto uma batalha constante entre Cronos e Clio¹. Segundo a mitologia grega, Clio, uma musa e divindade associada ao conhecimento histórico, era a responsável por inspirar as pessoas a escrever os acontecimentos, antes que os mesmos fossem esquecidos. Para os gregos antigos, história significava testemunho, sendo, desse modo, uma narrativa, cuja anotação serviria para ser contada a gerações futuras.

Entretanto, o papel desempenhado por Clio não se fazia sem a perspicaz barreira estabelecida por Cronos, deus do tempo. Assim é que Clio ajudava as pessoas a enfrentar o

¹ Clio era filha de Zeus, o mais poderoso do panteão grego e da deusa da memória.

tempo e suas nuances que interferiam na memória, permitindo que as narrativas históricas, a partir da concepção grega de história, se perpetuassem.

Segundo Perrot (2007), o relato constituído pelos primeiros historiadores gregos e romanos dizia respeito ao espaço público, sendo assim, registrava-se sobre as guerras, os reinados e sobre os homens ilustres, a saber, os chamados homens públicos. Nessa concepção de escrita histórica reinava um silêncio profundo sobre as mulheres, o qual fazia parte da ordem natural das coisas. Sua invisibilidade na história dizia respeito a sua ausência nos espaços públicos de decisão. Assim é que se compreendia como seu ambiente natural a casa, no seio da família, no que, atuando nesse espaço, a tranquilidade de uma cidade era garantida.

Não por uma aversão de Clio às mulheres, a qual permitisse a atuação de Cronos impedindo a elaboração de seus registros, mas os silenciamentos das mulheres, ao longo da história, se estenderiam às fontes. Ainda para a historiadora Michelle Perrot,

as mulheres [deixaram] poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas [foram] rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas (Perrot, 2007, p. 17).

O século XX assistiu a uma maneira revolucionária de escrever a história, quando historiadores do Movimento dos Annales passaram a questionar uma história, cuja temática dizia respeito às narrativas centradas nos feitos dos grandes homens, nos eventos e na política, de modo que as fontes foram sendo poucos a pouco diversificadas, tornando possível a entrada de novos atores em cena. Mesmo esse revolucionário movimento, entretanto, ainda tornava a situação das mulheres incompatível com a sua concepção de história, a qual priorizava o econômico e o social, sem questionar as diferenças sexuais. Apesar disso, durante os anos 60, diferentes fatores incorreram no surgimento da mulher enquanto objeto histórico, dentre os quais, segundo Perrot (2007), científicos, sociológicos e políticos, os quais, embora em grande medida digam respeito à realidade social e histórica de mulheres brancas e com maior poder aquisitivo, nos auxiliam a pensar uma parte desse processo de mudança.

O *fator científico* foi por ocasião da história se aliar à antropologia e à eminência da subjetividade, o que propiciou as descobertas de novas temáticas, tais quais natalidade, mortalidade, família, nupcialidade, idade ao contrair núpcias, no que, por incidência, colocava as mulheres como sujeitos históricos. Há que se elucidar ainda, que essas novas abordagens entraram em voga em razão da crise nos sistemas ideológicos marxista e estruturalista, tão caros aos historiadores.

Dentre os *fatores sociológicos* estava a presença, cada vez maior, das mulheres nas universidades, fossem como estudantes ou como docentes, fomentando temáticas que diziam respeito a elas mesmas.

Por fim, no que compete aos *fatores políticos*, pode-se dizer que os mesmos foram decisivos, uma vez que diziam respeito, inicialmente, ao movimento de liberação das mulheres, a partir dos anos 70, prosseguindo para um “trabalho de memória”, o qual buscava ancestralidade e legitimidade, e que mais tarde passou a criticar os saberes constituídos, colocando em xeque a superioridade masculina. Sobre isso, a historiadora Joan Scott afirma que:

A conexão entre história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o ponto de partida. [...] As ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla (Scott, 1992, p. 64).

Pouco a pouco, a história das mulheres passou de estudos mais genéricos para a problemática do gênero, cuja análise da feminilidade se faz de maneira relacional, não mais tomando as mulheres como categoria de análise isolada, mas dando precisão às relações hierárquicas entre homens e mulheres. Ademais, a categoria analítica do gênero buscava pôr fim ao determinismo biológico presente nos termos como sexo ou diferenças sexuais, articulando-se às concepções de classe e raça. Pensar o gênero era, portanto, conforme expressou Rago (1995, p. 85) “desfazer a noção abstrata de “mulher” referida a uma essência feminina única, a-histórica, de raiz biológica e metafísica, para se pensar as mulheres enquanto diversidade e historicidade [...]”.

A historiografia feminista, desse modo, passou a considerar a existência de diferentes reivindicações, uma vez que as mulheres se constituíam em diversidades e pluralidades. É, portanto, com base nessa prerrogativa que as historiadoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro pontuaram:

mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las (Soihet; Pedro, 2007, p. 287).

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro prosseguiram em uma linha de raciocínio que evidenciou de que modo a categoria ‘mulher’ não era suficiente para explicar todas as mulheres, levando à reflexão a multiplicidade de questões imersas na identidade política daquilo que se

compreendia por “mulher”. Assim, valendo-se da *Mística Feminina* de Betty Friedan, livro escrito na década de 1960, que considerava que a carreira e o trabalho externo ao lar libertariam as mulheres, as autoras trouxeram à tona, por exemplo, que muitas mulheres não viram representados seus anseios, uma vez que elas já trabalhavam fora do lar, o trabalho externo seria, portanto, aquele que se somaria às demais atividades que elas desempenhavam. Da mesma forma, a filósofa e ativista social Djamila Ribeiro (2016), por exemplo, afiançou que as mulheres negras historicamente se propuseram a pensar de forma não universal e crítica a categoria mulher, de modo que elas sempre apontaram para a necessidade de enxergar outras possibilidades de ser mulher.

O movimento feminista veio a desempenhar um papel importante quando se posicionou à frente das questões que implicavam em uma contestação de papéis sociais, mas também nas diferenças existentes entre as próprias mulheres. Portanto, o objeto desta pesquisa é o feminismo como movimento protagonizado por mulheres na luta por seus direitos. Desse modo, como outrora revelado, se fará a partir de um estudo de caso do “Grupo Mulheres da Ilha”, pois, além de sua intensa atuação no feminismo do Estado do Maranhão, foi também, segundo o que se tem registrado,² o primeiro grupo feminista a se organizar na cidade, tendo iniciado suas atividades em julho de 1980.

À propósito, no que compete ao feminismo, partilha-se da ideia de que ser mulher significa uma desvantagem em relação aos homens, no que atribuem às lutas um mecanismo de enfretamento às desigualdades que se revelam. Entretanto, em vista da existência de feminismos, o movimento seria mais bem compreendido como “um conjunto de ações, questões e demandas imbricadas e internamente complexas, que vêm sendo formuladas desde o século XVIII, ou mesmo antes. Suas preocupações mudam com o tempo” (Delap, 2022, p. 11). Neste espaço é importante evidenciar, porém, que o feminismo, movimento aqui estudado, é apenas uma das faces do movimento de mulheres, uma vez que, ao longo da história, em espaços e contextos distintos, mulheres das mais diversas classes sociais, religiões, etnias e inclinações políticas se empenharam em lutas específicas, não se declarando feministas, não se reconhecendo feministas, não compreendendo ou desconhecendo o termo.

No Brasil da segunda metade do século XX, por exemplo, existiram agrupamentos de mulheres na luta contra o alto custo dos alimentos e na luta pela moradia, ou em prol do conservadorismo, quando elas prestaram apoio ao Golpe Militar de 1964, sobre isso, identifica-

² A referência que o grupo feminista Mulheres da Ilha foi o primeiro a se organizar na cidade de São Luís consta no livro “As caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão” (2007), de autoria da ex militante do grupo, a Profa. Dra. Mary Ferreira, do Departamento de Biblioteconomia da UFMA.

se a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), União Cívica Feminina (UCF), Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), a Liga Democrática de Mulheres (LIMDE) dentre outros que compunham a chamada “Marcha da Família com Deus pela liberdade”³. Além disso, existiram também movimentos de mulheres que se empenharam em grupos de resistência à ditadura Civil-Militar, a exemplo do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) que almejava anistia ampla e irrestrita aos presos políticos.

O Grupo feminista Mulheres da Ilha, escopo do estudo, foi fomentado durante os anos 80, na conjuntura do processo de redemocratização e luta por cidadania no país, no qual as militantes atuaram fortemente nos mais diversos movimentos sociais e entidades, de modo que isso propiciou a difusão da ideologia feminista em variados espaços da sociedade civil. Ademais, para além dessa conjuntura, estava em voga o feminismo de “Segunda Onda”, o qual se disseminava de alguns países da Europa e dos Estados Unidos e, pouco a pouco, se expandia pela América Latina, difundindo uma temática bem diferente daquele feminismo de “Primeira Onda”⁴, que dizia respeito à luta por direitos sociais, políticos e econômicos.

Desse modo, o feminismo de “Segunda Onda” tratava da opressão feminina existente na relação homem e mulher, da violência contra a mulher, da sexualidade (busca pelo prazer e direito ao corpo — aborto, controle de natalidade) e da realização pessoal enquanto mulher. Assim é que o movimento, com uma temática compreendida como própria ao espaço privado, afirmava que o “pessoal é político”, rompendo com o conceito de “político”, o qual, até o momento era identificado, segundo a teoria política, como próprio à esfera pública (Costa, 2005). Nesse sentido, a historiadora Lucy Delap em “Feminismos uma história global” (2022) compreende que a existência de uma organização histórica em “ondas feministas”, sejam elas - a primeira, a segunda, a terceira ou a quarta onda - não conseguem dar conta da complexidade da história feminista, uma vez que, o feminismo não teve as mesmas feições em todos os lugares e em todas as épocas. Como exemplo disso, pode ser evidenciado o caso da América Latina que, a contar pelas suas características singulares de economia, política e diversidade cultural não experienciaram o feminismo em completa semelhança e sincronia tal qual países como os da Europa e Estados Unidos.

³ A marcha da família com Deus pela liberdade foi um movimento político e religioso ocorrido durante o ano de 1964, contra uma suposta ameaça comunista, durante o governo do presidente João Goulart, ela foi organizada por setores conservadores e tinha por pretensões conter o avanço do comunismo, preservar a democracia e os valores cristãos.

⁴ A primeira onda do feminismo data de meados do século XIX e dizia respeito às reivindicações por direitos políticos, sociais e econômicos para as mulheres. Marcam, portanto, essa “Primeira Onda” o movimento de mulheres proletárias por igualdade de direitos e melhores condições de trabalho, também o movimento sufragista, constituído majoritariamente por mulheres da classe mais alta (Caetano, 2017).

Entretanto, a partir do trabalho de Joana Maria Pedro, em “Feminismos na América do Sul nos séculos XX e XXI” (2024), por razões didáticas tomei as ondas feministas, sobretudo a “Segunda Onda” como referência para este estudo, uma vez que, os pensamentos que irradiavam dos países do chamado Norte Global⁵, chegavam à América Latina, e em se tratando do Brasil, especialmente, estabeleciam “conexões, trocas, apropriações de pautas e estratégias de lutas”, tais quais serão evidenciadas ao longo do estudo. Todavia, vale ainda a ressalva de que esse contexto próprio aos anos 80 também se caracterizou por uma reviravolta na maneira de teorizar o feminismo, a saber, de acordo com a cientista social Luciana Maria de Aragão Ballestrin (2017) foi durante os anos 80 que o feminismo se encontrou com o pós-colonialismo e vice-versa, passando a contestar o feminismo que irradiava do Norte e da Europa, cujos traços podem ser identificados como universalista, ocidental, branco, heterossexual e de classe média. Esse encontro teórico tornou possível a visibilidade dos “feminismos subalternos”.⁶ Como uma corrente do “feminismo subalterno”, o feminismo decolonial trouxe a possibilidade das mulheres não pertencentes ao Norte Global falarem por si, de serem contempladas em um debate que dizia respeito a elas mesmas em sua integralidade histórica, política, social e econômica, de modo que, as suas questões raciais e coloniais não mais poderiam ser ignoradas.

No que diz respeito à composição do Grupo Mulheres da Ilha, este era inicialmente composto por professoras universitárias e estudantes, mas também fizeram parte dele, em menor número, educadoras populares, profissionais liberais e microempresárias (Ferreira, 2007). Ademais, o grupo foi pensado a partir de um curso de extensão dentro da Universidade Federal do Maranhão, cujo tema era “Mulher na sociedade brasileira”, o que despertou particular interesse das ouvintes. Desta forma, a organização do grupo se deveu em razão da consciência de que deveriam encontrar uma solução para as discriminações que afetavam as mulheres na sociedade maranhense, as quais perpassavam a violência ocasionada por seus companheiros e que revelava as desigualdades nas relações de poder; desigualdade salarial entre os sexos; diferenças nas educações destinadas aos meninos e às meninas, saúde e sexualidade da mulher, dentre outras questões. As reuniões inicialmente aconteciam nas casas das próprias militantes, mas as paredes de suas casas não conseguiram segurar um debate que carecia de ações organizadas.

⁵ Norte Global é tomado em contraposição ao Sul Global, não apontando necessariamente para posições geográficas, mas para as relações de poder entre os chamados países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

⁶ Os “feminismos subalternos” podem ser identificados a partir de variados feminismos, dentre os quais o latino-americano, do Sul, terceiro-mundista, negro, indígena, africano, islâmico, comunitário, entre outros.

Diante dessa breve explanação sobre o Grupo Mulheres da Ilha, pretendo reiterar que a pesquisa diz respeito ao espaço da cidade de São Luís — capital do Estado do Maranhão, cujo recorte temporal se refere ao contexto de redemocratização do país e luta por cidadania. Assim é que a explicação para a delimitação temporal da pesquisa, cujo recorte é de 1980 à 1988, reside na criação do próprio Grupo Mulheres da Ilha (1980) e na realização sob forma da lei maior do país, a Constituição de 1988, de muitas das demandas outrora debatidas e reivindicadas, não somente pelo grupo em questão, mas por vários outros grupos feministas em atividade pelo país. Desta feita, destaco que o objetivo geral desta pesquisa é de compreender os processos históricos do feminismo local, a partir do Grupo Mulheres da Ilha de São Luís, de modo a conectá-los a processos maiores, a exemplo do que acontecia no país, América Latina e Europa. No que compete aos objetivos específicos, buscou-se trazer à tona a trajetória de luta pelos direitos das mulheres, analisar os debates e as ações do grupo à luz de sua realidade social e histórica, além da análise sobre as adversidades que se constituíam em ser mulher e feminista durante o decênio de 80.

O estabelecimento de conexões presentes neste estudo dialoga com o pensamento aprofundado pelo historiador francês Serge Gruzinski em “Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories” (2001), quando sugere que o historiador deve explorar as conexões históricas, uma vez que, a história não é única, mas se constitui em múltiplas. À propósito, o autor defende a limitação do etnocentrismo em favor de que se ampliem os horizontes, fazendo aparecer as continuidades, as conexões e os confrontos, convertendo-se, desse modo, em um eletricista, que a partir da compreensão de múltiplas escalas, encarrega-se de “restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras” (Gruzinski, 2001, p. 176). De fato, Serge Gruzinski tomou a Monarquia Católica e demonstrou como esse objeto estabelecia conexões. Nesta dissertação, porém, tomei o feminismo como objeto, uma vez que, seu estudo admite mesclas, confrontações e conflitos, “são margens sempre em contato com outros universos” (Gruzinski, 2001, p. 192), à propósito do que se pretendeu evidenciar ao estabelecer conexões entre o feminismo local e os processos históricos do país, da América Latina e da Europa.

Para este estudo, lancei mão da metodologia da História Oral, que se procedeu nas entrevistas com as militantes do Grupo Mulheres da Ilha e da pesquisa documental, a qual se fez por meio de alguns recortes de periódicos, tais quais jornais do Maranhão. A metodologia da História Oral é, por excelência, o método pelo qual possibilita compreender as “histórias

dentro da história”. Por ocasião desta pesquisa, a História Oral auxiliou na compreensão de como o Grupo Mulheres da Ilha experienciou o feminismo, bem como na compreensão de suas conexões e análises dos conflitos, os quais possibilitam novas perspectivas sobre a temática.

Sobre isso, conforme a historiadora Verena Alberti (2008) essa metodologia permite conhecer as experiências das pessoas no passado, desse modo, pode-se questionar as generalizações que recaem sobre os acontecimentos, ou sobre as conjunturas, no que, contradizendo as generalizações, permite uma mudança de perspectiva, ampliando a percepção histórica. Assim é que foram entrevistadas sete militantes que fizeram parte do Grupo Mulheres da Ilha, as quais, em grande parte, atuaram desde o início de sua formação. Faz-se necessário informar que, ao longo do trabalho, irei me referir a elas como militantes do Grupo Mulheres da Ilha, depoentes ou entrevistadas.

No que compete às militantes entrevistadas foram elas: Mary Ferreira⁷, Maria Victória Borges Diaz⁸, Elizabeth Maria Bezerra Coelho/ Beta⁹, Beatriz Fontana¹⁰, Sílvia Cristina Costa Leite/ Black¹¹, Paula Renata Almeida Baltazar¹² e Mirian Regini Nuti¹³. O grupo, a despeito do que foi informado, contava com uma média de dez a quinze participantes, entretanto, ao longo dos anos 80, esse número foi pouco a pouco caindo, contabilizando no início dos anos 90 apenas sete. Algumas militantes viram a necessidade de migrar para outros grupos ao passar dos anos, outras tiveram que sair em razão de suas profissões que as levavam para outras cidades, no que os laços entre as militantes iam pouco a pouco se desfazendo. Assim é que se faz necessário ressaltar a dificuldade em contatar com essas mulheres, posto que, muitas não mais se encontram na cidade de São Luís, lugar da pesquisa, outras, pela fatalidade da vida, não mais se encontram entre nós, ou, em razão do tempo, foram acometidas por doenças que comprometeram a memória, porém, a dificuldade do contato, se fez também em razão da argumentação de que não saberiam de que modo poderiam ajudar na pesquisa.

Entretanto, mesmo em vista desses problemas, pude contar com a empatia e disponibilidade das depoentes. Desse modo, a pesquisa oral pôde ser realizada tanto pessoalmente, quanto via internet, de modo que seus relatos ficaram gravados e foram transcritos.

⁷ Profa. Dra. do Departamento de Biblioteconomia da UFMA.

⁸ Profa. Dra. aposentada pelo departamento de filosofia da UFMA.

⁹ Profa. Dra. em Antropologia.

¹⁰ Professora Dra. em Letras.

¹¹ Assistente Social na área da Saúde.

¹² Psicóloga especialista em violência doméstica e psicopedagogia.

¹³ Profa. Dra. em Antropologia.

Quanto à metodologia empregada na coleta dos depoimentos, utilizei um roteiro com algumas questões pontuais sobre a experiência dessas mulheres enquanto militantes no Grupo Mulheres da Ilha, considerei primeiramente ouvi-las, e nesse exercício de escuta, fui explorando as temáticas por elas suscitadas e usando o roteiro de entrevista, quando necessário.

Para Sarlo (2007, p. 47) “a memória é um bem comum, um dever [...] e uma necessidade [...] moral e política”, desse modo, mesmo as suas distorções ou subjetividades, podem nos direcionar a melhor compreender os valores coletivos, no que sua importância ainda pode ser assim identificada:

A constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelado à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. (Alberti, 2008, p. 167)

Desse modo, se constituiu como fonte principal da pesquisa as memórias das militantes, pois, de acordo com o que diz Ricouer (2017, p. 189) “torna-se documento tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado,” no que as matérias de jornais serviram para enriquecer o presente estudo.

Os jornais usados neste estudo, enquanto fonte de conhecimento histórico, foram tomados com a cautela proposta por Hunt (2001) quando adverte que os documentos que registram ações simbólicas do passado foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, de modo que não se configuram como textos inocentes e transparentes.

Para endossar essa reflexão a historiadora Maria Helena Rolim Capelato em “A imprensa e a história do Brasil” (1988) defendeu que a imprensa oferece amplas possibilidades para o estudo da história, quando permite compreender como viveram nossos antepassados, seus usos e costumes, uma vez que a vida cotidiana é por ela registrada em seus múltiplos aspectos. Se somam a isso ainda o olhar crítico - de modo que a autora advertiu quanto à necessidade de questionar, no que compete aos jornais quem? Quando? Como? e para quê foram produzidos? E a diagramação, a exemplo do lugar que ocupa a notícia no espaço do jornal, o que denota a ela maior, ou menor importância.

Nessa mesma direção foi a historiadora Tania Regina de Luca em “História dos, nos e por meio dos periódicos” (2008) quando, ao fazer uma análise que perpassou pela tomada dos periódicos como fonte histórica, até uma análise mais detalhada de estudos em diferentes épocas que se valeram dessas fontes, corroborou no sentido de apreender o jornal como fonte de investigação e análise crítica. Assim a autora chamou atenção para o fato de que por trás dos jornais existem ideias, crenças e valores e que os mesmos são veiculados a partir da palavra

escrita. A autora ainda apontou para a riqueza que se constituem os jornais, na medida em que abordam as mulheres, o que proporciona avaliar sua imersão na sociedade, os papéis sociais desempenhados por elas, os preconceitos de gênero, dentre outras possibilidades, a partir de uma análise histórico-social. As matérias de jornais utilizadas neste estudo dizem respeito ao Estado do Maranhão, sobretudo, à capital São Luís dos anos 80. Embora sejam poucas as matérias usadas neste estudo, é possível perceber que as militantes do Grupo Mulheres da Ilha utilizavam dos jornais para a divulgação de suas ideias e a imprensa acompanhava as suas manifestações pela cidade. Dentre os jornais enumeram-se *O Imparcial* (1980), *O Estado do Maranhão* (1981), *Jornal de Hoje* (1982) e *O Jornal Pequeno* (1980).

Quanto à metodologia de análise das fontes, a mesma foi feita a partir da análise dialógica do discurso de Mikhail Bakhtin, a qual se insere na perspectiva sobre o estudo da linguagem, a partir da concepção histórica, social e cultural que evidencia um sujeito cuja fala é situada. Assim, dentre as várias especificidades dessa teoria está a de que o indivíduo é um ser social, cujo enunciado está cheio de ecos de outros enunciados. Segundo Bakhtin (2016, p. 57) “É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições”. Assim é que, tomando por referência a análise dialógica do discurso de Mikhail Bakhtin, tanto os enunciados das militantes, quanto os enunciados dos jornais foram analisados à luz de seu contexto histórico e social, os quais, pode-se dizer, foram ecos dos enunciados que em muito diziam respeito a um contexto de efervescência nos debates e desejo de mudanças sociais, ou ainda, de enunciados que se empenharam em manter a ordem conservadora.

Para além disso, conforme se tentou demonstrar sobre a análise feita do objeto dessa pesquisa, reitero que me vali do estudo das relações de gênero, mas também do conceito de interseccionalidade. Para o estudo das relações de gênero, o pensamento da historiadora Joan Scott (2019) foi de grande valia, pois sugere o gênero enquanto uma maneira de indicar as construções sociais relativas aos papéis próprios ao homem e a mulher, de modo que também sugere o gênero como a forma primeira de significar as relações de poder, sem, no entanto, deixar de fora os aspectos intrínsecos de classe e raça.

Por sua vez, de acordo com o que define Kimberlé Crenshaw, professora de Direito e defensora dos Direitos Civis, interseccionalidade é:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 7).

Todos os indivíduos são atravessados por marcadores sociais como raça, classe, gênero, entre outros, os quais nos revelam múltiplas identidades. Entretanto, as experiências, vivências e demandas das mulheres atravessadas pelo racismo são diferentes das que não o são, uma vez que são afetadas por mais de uma discriminação, das quais se contemplam não apenas no gênero, mas também na classe e na raça (Assis, 2019).

Assim é que os conceitos analíticos e metodológicos do gênero e interseccionalidade foram úteis para auxiliar a refletir sobre as experiências das militantes feministas, cujos eixos discriminatórios que as contemplavam puderam ser percebidos em suas demandas por serem reivindicadas. A fim de colaborar no alcance dos objetivos propostos pela pesquisa, lancei mão de bibliografias, as quais me auxiliaram a ampliar a visão acerca da temática.

O livro “As caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão” (2007) da militante e professora do departamento de biblioteconomia da UFMA, Mary Ferreira, foi escrito por ocasião do fim do “Grupo Mulheres da Ilha”, o qual o presente trabalho se debruçou para trazer à tona as suas peculiaridades dentro do movimento feminista que na cidade atuou. Nele há indicadores da trajetória do grupo, no que se pontua sua atuação no alcance de políticas públicas para as mulheres.

Para a produção do presente estudo suas contribuições foram de grande valia, uma vez que possibilitaram uma melhor percepção sobre o feminismo que aqui se experienciou. Entretanto, importa dizer que o estudo que me propus a fazer, se diferencia do proposto pela Mary Ferreira não apenas por fatores metodológicos ou pelas singularidades da escrita, mas por visões de mundo próprias que determinam a forma de ver o objeto em questão. Sobre isso, o meu olhar incidiu sobre o feminismo em São Luís sob as lentes da história, de modo a repensar, relacionar e conectar experiências diversas.

A obra “Mulheres públicas” da historiadora francesa Michelle Perrot (1998), por ocasião de sua temática sobre os espaços públicos de poder e a invisibilidade das mulheres nas tomadas de decisão, corroborou com a pesquisa no sentido de perceber como a presença feminina pôde ser ao longo da história compreendida como problemática nos espaços de poder. Na casa a sua presença era benéfica, mas nos espaços públicos, considerada nefasta, levando-nos a redimensionar e repensar as barreiras ideológicas de uma sociedade sexista e marcada pelo autoritarismo. Ainda nessa perspectiva, o artigo “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários” (2005) da historiadora Rachel Soihet foi substancial ao evidenciar como, por ocasião de uma suposta perda do domínio masculino nas relações de poder, a ridicularização sobre as mulheres logo se incide, de modo que tornou proeminente a

atenção sobre os preconceitos de gênero vivenciados pelas militantes, em maior ou menor grau, fosse sobre suas posturas mais liberais, portanto, em desalinho com os preceitos socialmente difundidos, ou, quando no ato de suas lutas por direitos, em manifestações pelas ruas proclamavam palavras em tom de ordenança.

A obra “Explosão feminista” organizada pela editora, escritora e crítica literária Heloisa Buarque de Hollanda (2018) oportunizou um conhecimento mais abrangente sobre o feminismo, posto que, a partir de um copilado de artigos, revelou a dimensão e diversificação do movimento, as quais não tem a intenção de desmembrá-lo, mas especificá-lo a partir das demandas de cada grupo. O livro também demonstrou sua relevância para o presente estudo quando, a partir dos relatos de feministas que experienciaram o feminismo do fim do século XX, nos ajudaram a melhor compreender o que acontecia em nível nacional e internacional, naquilo que diz respeito às pautas feministas, organizações e ações.

Os ensaios escritos por Lélia Gonzalez, intelectual e ativista brasileira, à exemplo de “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica” (2022) foi substancial no processo de compreensão dessa mulher, a qual é atravessada por eixos discriminatórios, tais quais o de gênero, classe e raça, que operam estabelecendo barreiras cotidianas para o desempenho de sua cidadania plena, e em seu processo de ascendência social. Para a compreensão da luta empreendida pelo feminismo negro, abordado neste estudo, o pensamento da autora foi de grande valia.

Por fim, o artigo da historiadora brasileira Joana Maria Pedro “Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul” (2008) revelou como as “Sublevações de 1968” e os “Feminismos de Segunda Onda” tiveram continuidades nos países do Cone Sul, tais quais Brasil, Chile, Bolívia, entre outros, evidenciando a participação e as articulações das mulheres. Assim é que as continuidades desses movimentos nos países do Cone Sul se revelaram a partir de, dentre outras, da criação de grupos de consciência (pequenos grupos de mulheres que se reuniam para expansão da consciência sobre a condição da mulher). Ademais, tais continuidades podem ser, inclusive, visualizadas em maior ou menor proporção no grupo feminista estudado o “Mulheres da Ilha”, uma vez que, nele havia uma integrante que experienciara o feminismo na França, mas também, a partir do contato que o grupo tinha com as agendas e ações do feminismo em âmbito nacional.

Isto posto, a dissertação encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Do nascer ao florescer: uma história feminista no século XX* teve por pretensão situar o leitor acerca de uma história do feminismo no século XX, assim é que se discorreu sobre o

feminismo que se evidenciou no Brasil, o qual teve seu início em fins do século XIX e início do XX- que se configurou, sobretudo, pelas lutas sufragistas e proletárias. Ao perpassar pelo período ditatorial e da redemocratização (1964 a 1985), se revelou uma conexão muito evidente com o feminismo atuante em grande parte da América Latina. Por fim e sem demérito, se evidenciou o feminismo no Maranhão, protagonizado por diversos grupos, o qual se resignou, em grande medida, a capital São Luís.

O segundo capítulo intitulado “*A gente contrariava o que era dito normal*”: o Grupo *Mulheres da Ilha*, abordou-se sobre a origem do Grupo Mulheres da Ilha de São Luís, como o debate feminista era compartilhado, sobretudo, aquele que dizia respeito à opressão feminina, sexualidade e saúde, e ainda, sobre a sua organização no contexto social, econômico e político dos anos 80, o qual, a partir de suas memórias, as militantes retomaram as suas vivências enquanto mulheres e feministas.

O terceiro e último capítulo, por sua vez, cujo título chama-se *Conexões feministas em São Luís*, pretendeu-se demonstrar como o feminismo na cidade, a partir do Grupo Mulheres da Ilha se conectava ao feminismo em âmbito nacional e internacional, fosse por suas agendas, organização e ações, ou mesmo por razões de suas experiências, partir de duas temáticas, sendo elas: a Violência contra a Mulher e o Feminismo Negro.

CAPÍTULO I

1 DO NASCER AO FLORESCER: uma história feminista no século XX

Falar sobre feminismo é levar em consideração uma diversidade de noções e de manifestações. Nessa perspectiva, o feminismo se caracteriza por sua heterogeneidade tanto ideológica, quanto por suas práticas no seio social, as quais se evidenciam sob transformações, rupturas e permanências. O feminismo é reconhecido enquanto um movimento protagonizado por mulheres que ao se colocarem na posição de sujeitos históricos lutam pela transformação de sua própria condição social. O movimento, desde sua origem, reivindicava a igualdade política, jurídica e social entre homens e mulheres, com isso não buscava impor a superioridade feminina, mas a igualdade entre os sexos, no que, para além disso, também categorizava que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza, mas consequência da cultura.

Foi rebatendo essa ideia da determinação biológica que resigna às mulheres uma essência imutável e a-histórica que a filósofa francesa Simone de Beauvoir, no ano de 1949, em seu livro “O segundo Sexo: a experiencia vivida” declarou que:

ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (Beauvoir, 1949, p. 8).

Do mesmo modo, ainda a despeito dessa ideia de natureza, o filósofo Pierre Bourdieu (2012) pontuou que a dominação do homem sobre a mulher pode ser compreendida a partir de aspectos naturais/biológicos que dizem respeito às diferenças entre homem e mulher, o que tem como resultante as desigualdades de gênero tão fortemente percebidas ao longo da história das mulheres. Essa compreensão tornou possível avaliar a luta de muitas mulheres diante de empecilhos cotidianos que lhes barravam a atuar politicamente, juridicamente, socialmente e ainda economicamente, o que pôde ser percebida, por exemplo, a partir de sua exclusão diante dos assuntos públicos, quando esteve resignada durante muito tempo ao espaço doméstico, sob os papéis sociais de filha e posteriormente enquanto esposa e mãe.

Assim é que, importa evidenciar, de antemão, que ao longo deste estudo não pretendo tomar as mulheres por uma essência a-histórica, portanto, desconexa de suas realidades sociais, políticas e econômicas, tampouco compreendê-las de forma homogênea, desconsiderando suas demandas próprias, as quais implicam em suas classes sociais, suas identidades étnicas, dentre outros marcadores. Diante da verificação das diferenças existentes entre os sexos e na busca

por igualdade, uma “consciência de gênero” vai ser identificada pela primeira vez na Europa, no contexto das revoluções burguesas, sob a inspiração do lema da “liberdade, igualdade e fraternidade” presente na Revolução Francesa, em fins do século XVIII (Costa; Sardenberg, 1994). Nessa Revolução, o protagonismo das mulheres se evidenciou de várias maneiras quando,

Lhegaron a participar en los conflictos armados y estuvieron siempre en los motines y en las insurrecciones sociales y revolucionarias, espontánea y/o organizadamente, irrumpieron y practicaron la política en el espacio público, en las asociaciones populares y socciales; crearon sus propias organizaciones, el club de las tejedoras. El número de mujeres arrestadas por sospechosas durante lá época del terror y asesinadas en la guillotina, dan cuenta de la activa participación de las mujeres en el processo revolucionario y en la revolución (Saldaña, 2010, p. 53).

Na ocasião, a igualdade que fora revelada aos quatro cantos estava unicamente atribuída aos homens, ou melhor, aos homens cuja posição social tivesse importância, de modo que as mulheres permaneciam sob um código conservador e medievalista, a exemplo da “Le Ménagier de Paris”¹⁴, cujos conselhos advertiam às mulheres a como se comportar no casamento, como deveriam coordenar sua casa, entre outras atribuições (Costa; Sardenberg, 1994). Durante esse contexto, em 1792 surgiu o “Vindication of the Rights os Women”, publicado por Mary Wollstonecraft e reconhecida como uma das primeiras obras da filosofia feminista. Nesse importante documento, a autora e jornalista inglesa chamou a atenção para a educação das mulheres e revelou que a posição inferior delas, na sociedade, dizia respeito à ausência do acesso das mesmas à educação, o que em muito também interferia na educação dos seus filhos, uma vez que, com uma melhor instrução, também seria melhor o desempenho de duas funções maternas.

O movimento pelo voto feminino, ou sufragista passou a ter visibilidade, no que se tornou mais amplo e organizado nas campanhas dos Estados Unidos e Inglaterra, quando as mulheres abolicionistas, mesmo compondo um pequeno grupo, entenderam que a luta pela libertação dos escravizados e a luta feminina eram uma só. Em Seneca Falls, Nova York, por exemplo, durante o ano de 1848, uma convenção foi organizada para discutir acerca da condição das mulheres em várias vertentes e encontrou terreno fértil com a aparição de cerca de 300 pessoas, sendo a maioria mulheres (Alves; Pitanguy, 2022).

Mesmo contando com um sistema social patriarcal, o movimento se organizou de diversas maneiras, tais quais em associações, sociedades, partidos, clubes e editoras. As

¹⁴ Esse é um guia medievalista que consta do século XIV, cujo tema central remete à obediência conjugal.

organizações eram socialistas, progressistas e conservadoras, o que denuncia a existência de várias ideologias, no que, além do voto, também saiam em defesa de melhores condições de trabalho, educação igualitária, entre outras pautas.

Na Inglaterra, por sua vez, diante de vários fracassos do movimento, um grupo de mulheres decidiu tornar a luta mais aparente, quando se empenharam na prática de causar danos aos bens materiais. Elas eram conhecidas como “Suffragettes”, termo usado para diferenciá-las das sufragistas “bem-comportadas”, em vistas de suas ações em desalinho. As “Suffragettes” muitas vezes foram presas, e na prisão, forçadas a se alimentar, uma prática de tortura, uma vez que faziam greves de fome para chamar a atenção pública (Alvez; Pitanguy, 2022).

Numa tentativa de mudar o curso da situação das mulheres, no Brasil da primeira metade do século XIX, Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), a qual é por muitos reconhecida como aquela responsável por introduzir o pensamento feminista no Brasil, chamou a atenção da sociedade no que dizia respeito aos direitos da educação das mulheres. Em seu livro “Conselhos a minha filha” (1842), o qual é uma publicação que evidenciou as concepções de seu tempo, também promoveu a educação como necessária aos atributos das mulheres, quando assim ela aconselhou a sua filha:

Se procuro abrir-te, e facilitar-te o caminho das sciencias, se me esforço por dar-te uma educação, que entre nós se nega ao nosso sexo, é sem dúvida na esperança de que a minha cara filha, bebendo as saudáveis lições da sabedoria, procure dar um dia á seu espirito o realce das virtudes que tanto o enobrecem, e que é o único a torna-lo digno da estima e respeitos da sociedade. E como não pertendo limitar-me a dar apenas a teu espirito uma leve notícia da sciencia, que, diz o vulgo, não ser necessária á mulher, eu não temo que a vaidade, vicio desprezível, que geralmente se atribue ao nosso sexo, infeccione tua alma (Augusta, 1945, p. 17).

Aliás, no Brasil do século XIX, em um momento em que as mulheres ainda eram excluídas da participação de assuntos políticos, outro importante nome a ser citado é o de Maria Firmina dos Reis (1825-1917), escritora negra nascida em São Luís, Maranhão, que através de seus romances denunciava a escravidão quando se posicionava como uma mulher negra e abolicionista (o que não era tão comum, uma vez que os abolicionistas eram, em sua maioria, homens e brancos). Em sua trajetória, outro fato que chama atenção é o de que, enquanto professora, criou a primeira escola primária mista no interior de Guimarães, traço que pode revelar a inconformidade com a educação que era destinada a meninos e meninas (Silva, 2011).

O século XIX, no Brasil, a exemplo do que há algum tempo acontecia na Europa, vivenciou transformações econômicas e políticas que modificaram significativamente suas feições, as quais se revelaram a partir do crescimento urbano, expressivo número de profissionais liberais, ideias de modernização para as cidades e fluxo dos ideais burgueses. Mas,

foi ao fim desse século, com a Proclamação da República brasileira que as lutas feministas passaram a ser fomentadas. Entretanto, segundo a historiadora e cientista política Céli Pinto (2003), as manifestações que passaram a existir no Brasil não se resumiram às lutas sufragistas, mas diziam respeito a outras manifestações, entre as quais se observam o que ela denominou de “feminismo difuso”, o qual dizia respeito à luta de mulheres cultas, de posse da imprensa, entre as quais professoras, jornalistas, escritoras que não só defendiam a educação das mulheres, como também denunciavam a dominação dos homens; a outra manifestação era referente às lutas do movimento anarquista e mais tarde no Partido Comunista, composto por trabalhadoras e intelectuais por melhores condições de trabalho.

Durante as primeiras décadas do século XX, a partir de 1910, modificações importantes passaram a ocorrer na sociedade brasileira, ao tempo que o processo de industrialização nas principais capitais levou ao aparecimento de uma considerável classe operária e classe média urbana, delineando pouco a pouco os traços urbanos no Brasil, sem desconsiderar que, em razão de seu passado escravagista, as marcas sociais de mais de trezentos anos de escravidão ainda eram evidentes. No entanto, foi nesse contexto de crescente urbanização que se tornou fértil o espaço público para a aparição de mulheres, com restrições, é evidente, e eram elas, sobretudo, das classes mais abastadas, brancas e letradas. Nesse interim, no ano de 1910, sob o principal argumento da negação do direito ao voto feminino na nova constituição brasileira, foi criado o Partido Republicano Feminino, cujas fundadoras foram a professora Leolinda Daltro¹⁵ e a poetisa Gilka Machado.¹⁶

Entretanto, as ideias do partido não estiveram restritas ao direito ao voto. Em seu estatuto, a legenda categorizava a importância da emancipação das mulheres e o combate à sua exploração. As ideias do Partido Republicano se fizeram presentes tanto na imprensa da época, quanto nas ruas. Em certa ocasião, durante o ano de 1917, as lideranças do partido promoveram uma marcha pelas ruas do Rio de Janeiro, na qual se somaram cerca de 90 mulheres, um número expressivo quando se leva em consideração que a rua não era um espaço para as mulheres (Pinto, 2003).

Somente com a criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino em 1922, segundo a socióloga Ana Alice Alcântara Costa (1998) que o movimento sufragista contou com um maior impulso. Bertha Lutz foi a responsável pela organização que teve como foco a luta

¹⁵ Leolinda Figueiredo Daltro foi uma bahiana que nasceu em 14 de julho de 1859, foi uma professora envolvida na causa sufragista brasileira e na defesa dos direitos das mulheres. Consta sobre o seu falecimento na data de 4 de maio de 1935, na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁶ A carioca Gilka da Costa de Melo Machado (1893-1980) foi uma poetisa reconhecida como uma das primeiras mulheres do Brasil a escrever poesia erótica.

das mulheres pelo voto sem, no entanto, questionar os problemas profundos relativos à dominação masculina. Bertha Lutz foi uma mulher incomum, o que lhe propiciou um papel incomum naquela sociedade do início do século, pois vinda de uma família de muitas posses e intelectualmente distinta, teve seus estudos em Paris financiados pelos pais, formou-se em biologia na Sorbonne de Paris, tendo mais tarde também se formado em direito e atuado no serviço público brasileiro. Ela, portanto, reunia as características ideais para transitar nos espaços públicos de poder na luta por seu ideal, de modo que à frente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino conseguiu apoio junto aos poderes constituídos, a exemplo dos deputados e senadores. Como compreendia a importância de ter os poderes constituídos ao seu lado na luta pelo voto feminino, Bertha Lutz fazia questão de se desvincular de uma associação com as Suffragettes, aquelas consideradas “mal-comportadas”.

Vários estados passaram a ter suas Federações, aos moldes da criada por Bertha, de modo que se tinha notícias delas nos estados de Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte e Ceará. No que compete às integrantes dessas Federações, além de Bertha Lutz, essas também eram mulheres de posições distintas, cujas famílias eram de políticos, militares, intelectuais, cujas profissões exercidas eram as dos ramos da medicina, engenharia e direito. Ainda sobre essas integrantes, muitas eram professoras, mas havia também profissionais advogadas e jornalistas, bem como a primeira médica do Brasil, Francisca Frois, a engenheira Carmem Portinho e Anésia Pinheiro Machado, reconhecida enquanto a primeira aviadora do país (Pinto, 2003). O feminismo que caracterizou as lutas empreendidas na Confederação, segundo Pinto (2003), se revelou como um feminismo bem-comportado, na medida em que não ousavam a radicalidade em confrontar as relações patriarcais, muitas vezes se aliando ao Estado como um caminho possível para a conquista do voto feminino no Brasil, o qual se tornou uma realidade com o advento do novo Código Eleitoral de 1932¹⁷, durante o governo Vargas.

As lutas das mulheres travadas por meio da imprensa, por sua vez, também deixaram marcas na história do feminismo brasileiro, quando usavam da estratégia de formação de uma opinião pública em defesa da causa das mulheres. Os jornais, por exemplo, fossem pequenos ou grandes eram muitas vezes mantidos pelas próprias mulheres, fato que indica que eram mulheres de famílias com posses e que tiveram o privilégio de receber uma educação singular, não raro, no exterior. Dentre os principais nomes de mulheres que estiveram à frente dos jornais,

¹⁷ Bertha Lutz no ano de 1934 foi eleita deputada suplente, assumindo o mandato na Câmara Federal em 1937. O seu projeto denominado “Estatuto da Mulher” foi apresentado no ano de 1937. Esse Estatuto versava sobre reivindicações necessárias à libertação da mulher, de modo que estabelecia na época do parto, em caso de aborto terapêutico ou medicinal licença especial de três meses, além de leis de proteção ao trabalho feminino (Costa; Sardenberg, 1994).

compartilhando suas ideias de libertação feminina destacam-se Francisca Senhorinha Motta Diniz, fundadora do Jornal “*O Sexo Feminino*” em Minas Gerais e do Jornal “*15 de Novembro do Sexo Feminino*” no Rio de Janeiro. Além de Josephina Álvares de Azevedo, que editava o jornal “*A Família*”, em São Paulo, e Andradina de Oliveira, fundadora do jornal “*Pela Mulher*” no Rio Grande do Sul, em uma cidade do interior chamada Begé.

De posse da imprensa, essas e tantas outras mulheres emitiam suas opiniões sem, muitas vezes, resguardar as opiniões mais radicais, assim é que além de defenderem o voto, reivindicavam por educação, com a concepção de que na ausência dela continuariam a levar uma vida de engano, abnegadas de compreender o porquê e o pelo quê, fato que lhes atribuiu o codinome de “malcomportadas”.

Com esse mesmo reconhecimento ficaram as feministas anarquista, quando estiveram à frente das grandes greves do início do século denunciando a exploração da classe trabalhadora¹⁸. O anarquismo, bem como o comunismo, apreciava as mulheres como companheiras revolucionárias, entretanto, boa parte dos integrantes desses movimentos não viam com bons olhos sua luta contra a dominação masculina, pois consideravam que com o fim da dominação de classe também teria fim o problema da dominação sobre a mulher. Entretanto, essas mulheres constataram, ainda no início do século sua dupla opressão, a qual se interseccionava enquanto classe trabalhadora e enquanto mulher.

Conforme se viu, as lutas feministas do século XIX e início do XX tiveram como principal motor as lutas sufragistas e em prol da educação das mulheres sem, no entanto, excluir, ainda que em menor proporção, a consciência da dominação dos homens sobre as mulheres. A historiografia, entretanto, passou a considerar que após a conquista do voto pelas mulheres, o feminismo não só no Brasil, mas nos Estados Unidos e Europa viveu uma relativa desarticulação.

No Brasil, por exemplo, até a década de 1960 o movimento de mulheres que se declarava feminista parece ter sofrido uma baixa, o que pode ser considerado em razão da carga pejorativa impressa em termos como feminismo/feminista, os quais aludiam a uma concepção de que essas eram mulheres feias, histéricas, insatisfeitas com seu gênero, ou contrárias aos homens. E, mais ainda, pode ter sido em razão de identificarem o feminismo como de orientação burguesa e,

¹⁸ De acordo com a historiadora Elizabeth Rago (2017) o trabalho nas fábricas se fazia sob a constante vigilância dos supervisores e dos patrões, cuja carga horária variava de 10 a 14 horas, de posse das tarefas mais mal remuneradas e menos especializadas, somavam-se a isso as péssimas condições de trabalho e higiene, a contar ainda pelos assédios que também eram constantes.

portanto, contrário ao comunismo, como sugeriram as trabalhadoras inspiradas nos ideais comunistas.¹⁹

Isso, entretanto, não sugere que outros movimentos de mulheres não se organizassem – e aqui cabe a ressalva de que o feminismo é apenas uma vertente de um movimento mais amplo protagonizado por mulheres, desse modo, fossem nas classes médias ou populares, elas se empenhavam contra a carestia, a favor das creches e por melhores condições de trabalho e saúde, de modo que se configuravam como movimentos próprios à sobrevivência cotidiana sem, muitas vezes, dar uma maior visibilidade para os questionamentos acerca de suas subjetividades enquanto mulheres.

A historiografia convencionou chamar essa primeira experiência organizada de mulheres, na luta pelos direitos políticos, articulados em torno do voto de “Primeira Onda Feminista”, de modo que, a “Segunda Onda”, a qual ocorreu a partir de meados dos anos de 1960, se caracterizou, dentre outras temáticas, pelos temas relativos à sexualidade das mulheres e direito ao corpo. A estruturação de uma história feminista compreendida a partir de ondas foi, neste estudo, utilizada por razões didáticas e pelas evidentes conexões e trocas de ideias estabelecidas entre a Europa, América Latina e o Brasil, por exemplo. À propósito, essa “Primeira Onda” somente foi assim nominada durante o período da “Segunda Onda”.

Destarte, o pensamento de Lucy Delap (2022, p. 12) neste momento é pertinente, pois, ela profere que “o feminismo foi descartado repetidas vezes como um movimento político que conseguiu alcançar seus objetivos -, e, no entanto, ele volta com força renovada quando outra geração de mulheres tomadas de ira dá um nome ao seu mal-estar,” neste caso, a geração da “Segunda Onda” apontará para o mais subjetivo, pois de acordo com elas, o “pessoal é político”.

1.1 “O grito por democracia em casa, na cama e na política”

Na Europa e nos Estados Unidos durante os anos que se seguiram à conquista do sufrágio feminino, a cada vez mais propunham a resignação das mulheres aos cômodos domésticos, mesmo diante de sua crescente escolarização e atuação nos empregos formais.

¹⁹ A historiadora Iracéli da Cruz Alves (2022) ao analisar o semanário “*Momento Feminino: um jornal para o seu lar*” entre os anos de 1947 a 1956, avaliou as discussões encabeçadas pelas escritoras do semanário como de viés feminista, uma vez que se voltavam para a emancipação feminina, defendiam o fim das estruturas que impunham às mulheres a situação de vulnerabilidade e inferioridade e defendiam a participação das mulheres na política. Entretanto, essas mulheres não se consideravam feministas, em vista da carga pejorativa que incidia sobre o termo, mas também por ocasião de serem elas comunistas e identificarem o feminismo como de ideologia burguesa e, portanto, avessa ao comunismo.

Nesse contexto, a filósofa francesa Simone Beauvoir, citada anteriormente, por exemplo, escreveu o livro “O segundo Sexo” no ano de 1948, contestando na sociedade em que vivia os papéis sociais designados às mulheres, segundo a autora, a identidade feminina fora forjada em um processo sociocultural, de modo que contestava as determinações biológicas (Beauvoir, 1967, p. 9).

Nos Estados Unidos, por sua vez, “A Mística Feminina” (1963) obra escrita por Betty Friedan, também se virou contra o peso que as determinações ao sexo feminino aludiam. Naquela sociedade as mulheres alcançaram a oportunidade de estudar e se profissionalizar, entretanto, renasceu com mais precisão a ideologia de sua função ser necessária e louvada no espaço doméstico, sob o papel de mãe e esposa. Nessa configuração, segundo a autora, muitas vezes elas se sentiam frustradas. Os contextos sociais de onde partem as falas tanto de Simone Beauvoir quanto a de Betty Friedan remetiam a sociedades que se apresentavam com características sociais, políticas e econômicas singulares, e cujos discursos tocavam, sobretudo, mulheres brancas e de classe média alta. De acordo com Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (2022) esses pensamentos que remetiam à importância das mulheres ao espaço privado se encontravam dentro de um contexto geopolítico maior, pois,

Com o fim da Segunda Guerra, era necessário que as jovens e as donas de casa, que haviam sido incentivadas a entrar no mercado de trabalho, cedessem agora seu lugar aos soldados retornados. Esse retrocesso se legitima com a revalorização de seu papel de mães e rainhas do lar (Alves; Pitanguy, 2022).

No Brasil, essas ideias eram igualmente defendidas, de modo que convém retomar o estudo de Carla Bassanezi (2005) ao analisar duas importantes revistas femininas durante os anos de 1945-1964, sendo elas “*Jornal das Moças*” e “*Cláudia*”. As páginas dessas revistas se encarregavam da reprodução de papéis relativos ao gênero masculino e feminino.

Assim é que os homens eram concebidos como chefes da família, responsáveis pelo trabalho externo ao lar e responsáveis pela provisão, o adultério era considerado um problema grave, entretanto, o masculino era tolerado. As mulheres, por sua vez, segundo a ideologia da época, somente encontrariam a realização no casamento, desempenhando suas funções maternas e de donas de casa, a responsabilidade pela felicidade do lar pertencia inteiramente a elas. Segundo Bassanezi,

Estas relações são defendidas por um conjunto de normas sociais, mas aparecem em termos de representações como naturais, desistorizadas e válidas para todas as classes. O casamento define direitos e atribuições distintas com relação aos gêneros traduzidos, frequentemente, em desigualdades e dominação do feminino pelo masculino (Bassanezi, 2005, p. 115).

Sobre isso, a propósito do que a historiadora Joan Scott (2019) constatou, a partir do seu estudo pioneiro sobre o gênero – as relações de gênero são as primeiras formas de se identificar as relações de poder – assim é que, no casamento, diante das desigualdades que se expressam entre os papéis que desempenham homens e mulheres, expressam-se também as relações de poder nas formas de dominação do homem sobre a mulher, não tomados aqui como categoria homogênea.

Esse pensamento conservador há pouco revelado, o qual implicava em papéis sociais próprios às mulheres e aos homens, a uma dominação masculina justificada a partir de uma ideia de natureza e por isso imutável, entre outros problemas que se categorizavam como um “mal-estar”, entretanto, pouco a pouco passou a ser contestado dentro daquilo que a historiografia feminista convencionou chamar de “Segunda Onda”, mais contestatória e revolucionária do que foi a primeira, a ponto de colocar em xeque e tornar político as questões mais pessoais das mulheres.

De acordo com Joana Maria Pedro em “Feminismos na América do Sul nos séculos XX e XXI” (2024), tanto o feminismo de “Primeira Onda” ocorrido no início do século XX, quanto o feminismo de “Segunda Onda” próprio a segunda metade desse século são, durante o século XXI, apontados como movimentos de mulheres brancas, de classe média intelectualizada, cis e heterossexuais. Sobre isso, a autora concorda, evidenciando que a maioria de fato atendia a essas especificidades, entretanto, há que se chamar a atenção para realidades diversas e de como esse feminismo de “Segunda Onda” foi adaptado em circunstâncias sociais, políticas e econômicas singulares, a exemplo da América Latina, mais precisamente o Brasil e a cidade de São Luís, espaço da investigação.

Afim de analisar o Feminismo de “Segunda Onda”, importa de antemão analisar os processos históricos que perpassam a sua emergência, assim é que vale a pena compreender os movimentos de contracultura protagonizados pela juventude dos anos de 1960 e 1970, que ao se posicionarem contrários a uma sociedade conservadora, influenciaram pautas políticas e culturais importantes, dentre as quais destacaram-se às ligadas aos direitos das mulheres, à diversidade de gênero e orientações sexuais, às minorias raciais e à questão ecológica.

O historiador Marcos Napolitano em seu livro “Juventude e Contracultura” (2023) definiu o termo contracultura como:

Um conjunto de atitudes, comportamentos, sociabilidades, produções culturais e movimentos de contestação política criados e vividos pela juventude dos anos 1960-1970. Manifestada na contracultura, a perspectiva crítica se voltou contra os padrões estéticos, comportamentais e políticos vigentes, herdados da tradição, do passado e dos modos de vida impostos pela burguesia e pelas classes médias estadunidenses e europeias entre meados do século XIX e meados do século XX. Foram então

contestados e denunciados como opressivos e excludentes padrões normativos que se traduziam em famílias patriarcais, submissão das mulheres, hierarquias etárias, de classe e de “raça” (com o predomínio da chamada “cultura branca”), consumismo e individualismo exacerbado (Napolitano, 2023, p. 10).

Esse movimento teve início nos Estados Unidos, expandindo-se pela Europa e América Latina, de modo que posteriormente se espalhou para os demais continentes. Nos Estados Unidos, por exemplo, durante a década de 60, viu emergir vários movimentos contestatórios, dentre os quais destacam-se contra a Guerra do Vietnã, como o movimento Beatnik²⁰ e Hippie²¹, e ainda o movimento negro pelos direitos civis.

Na Europa, o Maio de 1968, ocorrido em Paris, foi consagrado pela mídia e também pela historiografia como um dos mais importantes movimentos jovens contestadores. O movimento foi iniciado pelos estudantes franceses, mas que se expandiu pelos sindicatos operários, influenciou vários jovens de outras partes do mundo, que passaram a questionar as estruturas sociais em que estavam inseridos. Dentre as reivindicações, somam-se as denúncias contra as guerras e a democratização, de modo que o movimento ainda abriu espaço para temas como o corpo, comportamento não normativos e a linguagem.

No contexto imperava a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã e vários movimentos ditatoriais na América Latina, temia-se uma grande guerra, mas também o conservadorismo. Para Marcos Napolitano (2024, p. 104) “o continente latino-americano abrigou uma forte contracultura local que não pode ser vista como mera cópia importada da Contracultura americana”, o Brasil, por exemplo, contou com o movimento Jovem Guarda²², o movimento tropicalista²³ e o movimento estudantil, quando em 1964, com o início da ditadura, experimentou uma politização mais radical.

Ainda de acordo com o autor, em cada um dos países da América Latina, esses movimentos tiveram agendas próprias, de acordo com suas realidades sócio-políticas, de modo que mantinham tanto pontos em comum entre si, quanto com os movimentos dos Estados Unidos e da Europa. Em síntese, esses movimentos de contracultura significaram uma brecha para se lutar por bandeiras que, durante várias décadas, estiveram silenciadas, assim é que nesse

²⁰ Faziam parte desse movimento os jovens com comportamentos fora do padrão socialmente aceitos. Foram considerados como propulsores do movimento Hippie.

²¹ Esse movimento tinha como lema “faça amor, não faça guerra” e tinha características pacifistas e de contracultura.

²² De acordo com Marcos Napolitano (2024, p. 104) “o movimento Jovem Guarda mesclou uma nova cultura de consumo e comportamento jovem com a incorporação de elementos da música pop internacional”.

²³ O movimento tropicalista teve características revolucionárias e libertárias. Surgiu em meio ao Regime Militar brasileiro tendo influência na música, no teatro, cinema e artes plásticas.

bojo surgiram movimentos em defesa dos direitos das minorias, igualdade racial entre negros e brancos, liberdade sexual e a reorganização da luta do movimento feminista.

Segundo Pedro (2008, p. 67) “diferente do que ocorreu com o feminismo de “Primeira Onda”, que teve poucos laços com outros movimentos da época, este de “Segunda Onda” articulou-se com diferentes grupos que lutavam contra diversas formas de opressão.”

E acrescentou sobre o movimento negro dizendo que,

Tanto na primeira como na segunda onda do feminismo, o movimento negro foi uma grande inspiração para o movimento de libertação da mulher nos Estados Unidos. E, neste período, começou moderado, porém, e a cada encontro com a sociedade hostil, se tornou cada vez mais militante. O mesmo ocorreu com o movimento de mulheres (Pedro, 2008, p. 67).

Se na Europa e nos Estados Unidos ocorria uma renovação política e os costumes estavam sendo contestados, por outro lado, na América Latina e nisso se insere o Brasil, os ditames eram de regimes ditatoriais que se instauravam, e em partes limitavam e reconfiguravam a atuação do feminismo e demais movimentos sociais.

De acordo com as autoras especialistas na América Latina, Nancy Saporta Sternbach, Marisa Navarro-Aranguren, Patrícia Chuchryk e Sonia E. Alvarez, no artigo intitulado “Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo” (1994), o feminismo de “Segunda Onda”, na América Latina, ocorreu durante uma das décadas mais sombrias desses territórios, em que pesem as crises econômicas e, sobretudo, políticas, as quais exigiram esforços heroicos para manter a organização do movimento. Na América Latina, durante os anos 60 e 70, ocorreu o esmagamento dos movimentos progressistas, os quais se fizeram fosse pelas ditaduras militares ou pelas democracias nominais, em nome da segurança nacional. Ainda com esse pretexto, milhares de pessoas desapareceram e o aparelho repressivo estatal passou a ser sentido pela sociedade civil.

No Brasil, a década de 60 se revelou agitada, pois seu início contou com o movimento estudantil e sindical se manifestando, além das lutas sociais que no campo foram travadas, até que em 1964, afim de que uma suposta ameaça comunista fosse detida, o presidente João Goulart sofreu um golpe militar e foi destituído do poder. Os próximos 21 anos foram demarcados, a exemplo do que acontecia nos demais países da América Latina, por censura, repressão, cassação dos direitos políticos, exílio e tudo aquilo que imperava contra a dignidade humana. Segundo Sternbach et al. (1994), nos territórios Latino-americanos, os movimentos feministas proporcionaram novas definições do que era ser feminista quando agiram desafiando os regimes ditatoriais, conforme ocorreu no Chile, quando em países como Honduras,

Guatemala e El Salvador elas se uniram em combate com o restante da população, e ainda, quando na Nicarágua e Brasil conseguiram o reconhecimento de seus governos.

As ações dos movimentos feministas que ocorreram na América Latina, além da luta contra o patriarcado (encarnado no Estado militarista), e na luta contra a opressão que atingia as mulheres, também se empenhavam no combate à opressão social, econômica e política, dado que reforça a singularidade do feminismo nesses espaços, posto que conferem a elas protagonismo contra o Estado repressor e junto às lutas de classe. As lutas feministas na América Latina surgiram atreladas à esquerda política que, em virtude dos regimes repressivos, viam na união com a oposição a saída para a realização de seus projetos. Entretanto, a influência exercida pela esquerda, no movimento feminista, foi tão grande, a ponto de durante seus primeiros anos a temática sobre o gênero ficar na retaguarda, privilegiando-se a luta de classes.

Desse modo, os “problemas da mulher” foram tomando sempre uma posição secundária e, muitas vezes, julgados por setores importantes da própria esquerda como desnecessários à causa revolucionária. Dentre os chamados “problemas da mulher”, e que caracterizavam o feminismo de “Segunda Onda” estavam os ligados ao corpo e à sexualidade, mas também a participação feminina no mercado de trabalho, a educação igualitária, a violência de gênero, e ainda o trabalho doméstico, o qual carecia ser dividido com os homens.

Alguns grupos da esquerda, de tradição marxista, por exemplo, consideravam a existência de dois feminismos, aos quais chamavam de “feminismo bom” e “feminismo ruim”. O bom, evidentemente, dizia respeito à atuação que privilegiava a luta de classes, o ruim, por sua vez, dizia respeito a um feminismo burguês, considerado divisionista por pregar o ódio aos homens (Sternbach, et al., 1994).

No Brasil, por exemplo, além do feminismo ser acusado de divisionista, na medida em que parte da esquerda considerava que as feministas estavam promovendo a discórdia não só dentro das famílias, mas dentro da própria esquerda política, as suas reivindicações específicas também foram consideradas como “desvio pequeno-burguês”. Para os partidos políticos que estavam na clandestinidade, as causas específicas do feminismo eram percas de tempo, devendo ser o seu ativismo empregado na luta maior e geral, contra o autoritarismo e em prol da luta de classes (Pedro, 2012). Assim, nos países da América Latina, a prioridade foram as lutas junto às operárias pobres, cuja ajuda se dava na organização de suas demandas comunitárias na busca por sobrevivência sem, no entanto, deixar de promover a consciência de que o papel social que desempenhavam era determinante para suas atuações políticas. É pertinente ainda mencionar que, ao lado da atuação feminista junto à classe trabalhadora, também estava a ala progressista

da Igreja Católica, sob o embasamento da Teologia da Libertação²⁴. Entre as feministas e a ala progressista da Igreja Católica existiam discordâncias ideológicas evidentes, entretanto, a luta contra a exploração/opressão política e social dessa classe desfavorecida e subjugada por um regime autoritário lhes unia em diversas frentes de luta.

Pouco a pouco as feministas da América Latina passaram a reivindicar uma revolução na vida diária, chamando atenção para uma revolução, cujos ditames se distinguiam daqueles designados para as relações de classes, no que insistiam no percurso democrático e participativo para a realização dessas transformações sociais.

De acordo com a historiadora Joana Maria Pedro (2012), as mulheres estiveram envolvidas em vários movimentos sociais, suas histórias, fossem elas nos Estados Unidos, Europa ou América Latina enfrentavam dentro desses movimentos os preconceitos de gênero. Atuavam junto aos homens da esquerda ou progressistas, mas não ocupavam lugar de importância nos desempenhos das funções, tampouco tinham suas vozes ouvidas, sentiam-se, por vezes, desprezadas pelos seus companheiros. Assim é que, dentre algumas das queixas dessas mulheres estavam as de que elas estavam resignadas a fazer café, limpar os ambientes, datilografar, reproduzir material de divulgação, distribuir panfletos, entre outras atividades socialmente atribuídas ao gênero feminino.

Pode-se pensar que, a partir de sua tomada de consciência e do desejo de falarem e serem ouvidas surgiram os chamados “grupos de consciência” ou “grupos de reflexão”, os quais representaram um importante mecanismo de divulgação das ideias que constituíam a “Segunda Onda” do movimento feminista. Para elas, sobretudo as feministas da América Latina, não bastavam apenas estar inseridas em uma luta contra um Estado repressor, quando sua condição enquanto “mulher” era reprimida em vários aspectos, a exemplo do lar e no âmbito sexual. Sobre isso, de acordo com Pitanguy (2018, p. 464) “A luta pela redemocratização do país era também uma luta pela democratização das relações interpessoais em todos os níveis, inclusive na sexualidade.”

Nos Estados Unidos, há indícios de criação desses grupos bem antes de 1968, mas como em todos os países por onde os grupos se expandiram, uma regra era essencial, somente seriam aceitas mulheres, nada de presença masculina. A ideia era fazê-las falar, falar de suas vidas, problematizar a situação da mulher, a qual somente elas mesmas entenderiam as dores de umas

²⁴ A Teologia da Libertação se caracterizou como um movimento iniciado na década de 60 sócio eclesial que surgiu na América Latina. Segundo a compreensão desse movimento, os pobres não são pobres porque Deus quer, pelo contrário, os mesmos estão nessa condição devida à opressão social e política que lhes assolam. A tomada dessa consciência lhes permitiria lutar contra essa opressão, permitindo a sua libertação (Boff, 2024).

às outras. Nesses grupos as participantes usavam a metodologia chamada “linha de vida”, segundo a qual

Conversavam sobre como viam o próprio corpo e o dos homens, contavam sobre a experiência da menstruação ou do aborto, narravam situações em que percebiam ser discriminadas por ser mulher na família ou no trabalho, comentavam a relação com o pai, com marido, com outros homens, diziam o que pensavam a respeito do desejo sexual e do prazer (Pedro, 2012, p. 244).

Essa prática permitia a elas se darem conta da opressão que vivenciavam enquanto mulheres, em um processo de “criação de consciência”, uma fala muitas vezes ignorada em casa, no trabalho e na própria militância nos outros movimentos em que estavam inseridas.²⁵ A partir dessa “criação de consciência” passaram a entender que muitas das suas opressões, as quais se configuravam enquanto do espaço privado, eram reflexos do que acontecia na instância do público, de modo que cunharam a frase internacionalmente difundida de que “o pessoal é político”.

Esses grupos se reuniam em diversos ambientes, dentre os quais as casas das próprias participantes, ou bares, bibliotecas, cafés e escritórios. A ideia era a existência de uma ampla rede de grupos, desse modo, cada participante deveria trazer outras mulheres, assim, quando o grupo ultrapasse as 24 pessoas seria dividido e formado outros grupos. Nesses grupos não havia hierarquia, ou existência de uma liderança, pelo contrário, a todas era reservado o direito à fala. Além disso, era comum que as reuniões fossem feitas em círculo e não havia uma predeterminação temática, existiam mulheres que somavam as suas experiências às das outras (Pedro, 2012).

Os primeiros grupos que se tem notícia no Brasil foram compostos por mulheres que estiveram nos Estados Unidos ou nos países da Europa e lá tiveram contato com essa formação, ou apenas ouviram falar. Em razão da ditadura brasileira, algumas mulheres saíram do país, fosse por terem sido banidas ou por receio de serem presas, nesses exílios elas também participavam de grupos feministas, de modo que suas presenças puderam ser verificadas em grupos no Chile, em Paris e em Lisboa.

Sobre esses primeiros “grupos de consciência” ou “reflexão” que no Brasil se formaram, uma das suas características, durante os anos mais duros da ditadura, foi o seu caráter privativo. De acordo com socióloga Ana Alice Alcântara Costa,

A ideia de “grupo privado” para caracterizar os grupos de reflexão reflete o clima de terror e perseguições que caracterizava o regime militar naquele momento no Brasil.

²⁵ A “criação de consciência” é uma nova interpretação de uma prática revolucionária chinesa, que se chama “expressando amarguras”. Os camponeses subjugados por métodos violentos de coerção e miséria, deram um passo a diante ao deixar de pensar que seu destino era algo natural, pelo único fato de falar em voz alta (Pedro, 2008, p. 69).

Reunir mais de quatro pessoas em um lugar, mesmo que privado, poderia ser caracterizado como um ato subversivo e, portanto, exposto às penalidades “previstas” (Costa, 2010, p. 178)

Existem notícias dessas formações em São Paulo, durante o ano de 1972, e abrigavam um público de mulheres intelectualizadas como, professoras universitárias, cuja faixa etária era de 30 a 38 anos. Nomes como, por exemplo, Maria Odila, Célia Sampaio, Albertina Costa, entre outros, compunham um desses primeiros grupos, o qual se chamava “Grupo de Conscientização feminista” que atuou até 1975, como grupo de consciência (Pedro, 2012).

No Rio de Janeiro, por sua vez, também foi criado em 1972 um grupo cujo nome adotado foi “Grupo de Reflexão”. Branca Moreira Alvez foi um dos nomes que esteve à frente dessa formação que conquistou um número significativo de participantes, sendo posteriormente dividido em dois – um com participantes jovens que discutiam literatura feminista, mas também se preocupavam com temas relativos à sexualidade, com diálogos mais íntimos, enquanto as mais velhas se preocupavam mais com as discussões próprias à literatura feminista.

No livro “Explosão feminista” (2018), em capítulo dedicado às feministas que fizeram história durante a “Segunda Onda”, a socióloga Bila Sorj ao contar a sua experiência feminista, assim rememora sobre os grupos:

A participação nesses grupos de reflexão foi a primeira oportunidade que tive de me enxergar nessa dupla dimensão pessoal/social, íntima/política. Pude pensar na minha vida pessoal, compartilhar com outras mulheres vivências e refletir com elas as origens sociais e políticas do nosso mal-estar no mundo. Foi uma experiência, embora breve, muito marcante, porque até então o feminismo era pra mim uma atividade intelectual, uma reflexão acadêmica (Sorje, 2018, p. 446).

No Brasil as redes de grupos feministas se estenderam por vários estados além de São Paulo e Rio de Janeiro, e mesmo diante das menores alternativas de comunicação, esses grupos se comunicavam. Havia deles por Campinas (São Paulo), Florianópolis (Santa Catarina), Vitória (Espírito Santo), Rio Branco (Acre) e também se estenderam ao Nordeste, inclusive à capital São Luís (Maranhão).

Essas comunicações, conforme se viu, se faziam com os grupos feministas do exterior, quando as mulheres chegavam ao Brasil com uma robusta bagagem das produções e discussões feministas publicadas, mas elas também se davam por várias outras formas de articulações (congressos, passeatas, entre outros) e motivações, quando o objetivo era, por exemplo, expor um assediador.²⁶

²⁶ Branca Moreira, por exemplo, assim atuou quando uma secretária foi assediada por um diretor de jornal, por ter reclamado, a secretária foi despedida. Ao terem o conhecimento do caso, as feministas fizeram uma manifestação na esquina do jornal, o jornal, por sua vez, mandou que o diretor fosse ser representante em Paris. É nesse instante que as conexões a partir do Brasil se estabelecem com outras feministas, pois Danda Prado estando em Paris, soube

Uma das críticas contundentes aos grupos de consciência/reflexão era de sua falta de ação, muitas feministas, inclusive, chamavam atenção para isso, pois, segundo elas a sexualidade não era uma questão importante, mais eficaz para as mulheres seria atuarem na questão do trabalho feminino, ou criar centros de ajuda às mulheres vítimas de violência doméstica, pressionar por uma legislação que lhes atendessem e ainda, fazerem manifestações nas ruas, pressionando o poder público (Pedro, 2012), assim

As primeiras organizações feministas contemporâneas só davam uma atenção mínima às atividades “voltadas para dentro” – como a conscientização – tão essenciais para as primeiras feministas nos Estados Unidos e na Europa. Durante grande parte da década de 70, ao contrário, as feministas brasileiras concentravam muito de suas energias nas atividades “voltadas para fora”, numa tentativa de disseminar a mensagem feminista a mulheres das classes populares, para ligar o feminismo a outras forças progressistas e relacionar as lutas das mulheres à luta da sociedade contra o governo militar (Sternbach, et al., 1994, p. 263).

Nessas atividades voltadas para fora as feministas se utilizaram dos jornais, das artes, dos encontros/congressos e das ruas, cujo objetivo era o de levar as ideias feministas, que como demonstrado até aqui, mesclavam as lutas gerais às lutas específicas das mulheres, adentrando por todas as classes, sobretudo as populares.

Os jornais que veiculavam as ideias feministas passaram a existir a partir dos anos 70. Em 1975, em Londrina, Paraná surgiu o jornal “*Brasil mulher*”, um periódico mais voltado às lutas gerais, tais quais a ditadura, a luta de classes, a luta pela anistia política. Em 1976, em São Paulo surgiu o “*Nós Mulheres*”, esse jornal, por sua vez privilegiava mais a temática das mulheres e proclamava-se feminista, diferente do primeiro que enfrentava dificuldade em se assumir feminista, em razão de sua causa maior. Esses jornais eram bastante utilizados na busca por novas militantes, quando seus artigos eram levados para serem discutidos em clubes de mães nos bairros periféricos (Pedro, 2012).

Durante os anos 80 a imprensa feminista se expandiu ainda mais, e elas também passaram a ter mais visibilidade em diferentes jornais, quando tinham espaço para compartilhar as suas ideias, o que também se dava em razão da abertura que pouco a pouco passou a existir com o processo de redemocratização.²⁷

do ocorrido e montou outra manifestação com cartazes no aeroporto, não se sabem o que aconteceu com ele, mas certo é que elas reagiram (Moreira, 2018).

²⁷ A abertura política começou em 1974, durante o governo do general presidente Ernesto Geisel, quando alguns traços marcantes do Regime Militar que se iniciou em 1964 começaram a ruir. Dentre as ações de Ernesto Geisel estão a revogação do AI-5, diminuição das restrições à propaganda eleitoral, volta dos primeiros exilados políticos e o fim da censura prévia. Entretanto, de modo mais efetivo, as ações pela redemocratização do Brasil aconteceram durante o governo de Figueiredo (1979-1985), posto que, atendendo às exigências da oposição esteve à frente de iniciativas reformistas, das quais se destacaram o reconhecimento dos novos partidos, liberdade sindical, eleições

Entretanto, elas não passaram ilesas diante das falas misóginas da imprensa, mesmo da imprensa que fazia oposição ao Regime Militar, a exemplo do jornal “*O Pasquim*”. De acordo com a historiadora Soihet (2005) diante do fato das feministas lutarem por seus direitos ou terem atitudes consideradas inadequadas para o gênero feminino, ou seja, assumir uma atitude divergente da concepção do seu papel de mulher, dócil, delicado e maternal, o jornal se voltava contra elas, ressuscitando antigos estereótipos que caracterizavam as feministas, à exemplo da menor inteligência ou o perigo dela, a feiura ou a inconsequência, tudo isso com o objetivo de desqualificá-las, pois essas eram mulheres que ameaçavam a ordem tradicional dos gêneros.

A arte também se empenhou em levar o feminismo ao conhecimento das mulheres, quando usavam como veículo o teatro ou a televisão que, dia após dia, se popularizava nos lares brasileiros. A peça teatral “Homem não entra” (1975) trazia o debate sobre condição das mulheres e foi proibida pelo regime militar, acusada de sexismo. Na Rede Globo, por sua vez, em razão das temáticas próprias às mulheres despertarem os interesses das mesmas, surgiu o seriado “Malu Mulher” (1979-1980), o qual exibia uma mulher divorciada, mas também emancipada. No programa “TV Mulher”, por sua vez, havia um quadro inteiramente dedicado a discutir prazer, masturbação feminina, entre outros, o qual não existiu sem os ataques de grupos conservadores (Pedro, 2012).

De acordo com Sternbach et al. (1994), a fim de desenvolver/ difundir a teoria e a prática feminista, além de obter o apoio fraternal de outros países que compartilhavam da mesma situação organizacional e teórica, vários encontros regionais foram realizados nos países da América Latina, sobre isso, destacam-se os Encuentros²⁸ feministas de Bogotá, Colômbia (1981), Lima, Peru (1983), Bertioga, Brasil (1985), Taxco, México (1987) e San Bernardo, Argentina (1990). De modo geral, esses encontros tinham por objetivos a troca de opiniões e experiências entre as feministas, a identificação de problemas e avaliação de como deveriam ser desenvolvidas as práticas, além do planejamento de tarefas e projetos futuros.

Em Bogotá, na Colômbia, em julho de 1981, durante quatro dias 200 feministas latino-americanas se reuniram naquele que seria o primeiro encontro continental com características feministas desde os primeiros anos do século XX.²⁹ No Encuentro de Lima, no Chile (1983),

livres, e anistia, os quais significaram o processo de abertura política pactuada, embora ainda em condições restritivas.

²⁸ Esses eram Encontros que aconteciam a cada dois anos, desde 1981.

²⁹ As discussões giraram primordialmente sobre o conflito com a esquerda masculina, que já tinha raízes históricas. Dentre os países que se fizeram representados estavam Porto Rico, Panamá, Venezuela, Curaçao, México, República Dominicana, Argentina, Peru, Chile, e Brasil. Dentre as mulheres que se fizeram presentes, elas eram, em sua maioria, mulheres da classe média, com educação universitária e brancas.

reuniram-se 600 mulheres, para surpresa da comissão organizadora, sendo discutido como eixo principal o “patriarcado”, priorizando as mulheres, uma política autônoma e não-partidária (Sternbach, et al., 1994).³⁰

Dois anos depois, o *Encuentro* ocorreu aqui no Brasil, em Bertioga³¹, onde se fizeram presentes cerca de 900 mulheres, dentre as quais as 400 brasileiras presentes revelaram a diversidade feminista aqui existente durante a década de 80. Em razão da participação que o movimento feminista brasileiro desempenhava na política nacional, junto às eleições e aos partidos políticos, considerava-se que ele servia de modelo aos feminismos latino-americanos, além disso, as discussões em torno do feminismo negro e lésbico já se encontravam acaloradas, o que revela a presença marcante de representantes desses grupos (Sternbach, et al., 1994).

O número de participantes em Bertioga veio a ser superado em 1987 no *Encuentro* em Taxco, no México, com mais de 1500 mulheres³². Em San Bernardo, Argentina, por sua vez, no ano de 1990 ocorreu o quinto *Encuentro*, o qual contou com mais de 2.000 mil mulheres (Sternbach, et al., 1994).³³

Em síntese, esses *Encuentros* além de difundirem o ideário feminista, abordavam temas comuns aos feminismos da América Latina, em razão dos processos de abertura política e da carência por políticas públicas, tão necessárias diante dos elevados índices de pobreza nesses países, os quais impactavam diretamente a vida das mulheres e de seus filhos.

O processo de abertura político brasileiro (1974-1985), embora lento e gradual, tornou possível a difusão das ideias feministas, com restrições, é evidente. Mas, a proclamação da “Década da Mulher”, no ano de 1975 pelas Nações Unidas tornou o movimento mais forte, mesmo em um contexto insalubre para as manifestações da sociedade civil, ajudando a legitimar as demandas existentes pela igualdade entre homens e mulheres. Assim, junto as suas articulações em jornais e nos encontros, conforme anteriormente revelado, a força feminista também se articulou junto às instâncias públicas.

³⁰ Nesse *Encuentro*, assim como nos demais, a taxa de inscrição era considerada alta para a maioria da população, de modo que em Lima era visível a pouca representação das índias, da classe operária e das mulheres da América Central.

³¹ Bertioga é uma cidade pertencente ao Estado de São Paulo, cuja natureza encantou as feministas Latino-Americanas durante o *Encuentro*.

³² Deve-se considerar que todos os ativismos feministas eram contemplados, perpassando a política, a cultura e a educação. Nesse *Encuentro* ficou evidente a proporção que as ideias feministas haviam tomado, uma vez que as instâncias públicas mandavam suas representantes fossem elas do Estado, de partidos, ou de sindicatos rurais/urbanos.

³³ A principal discussão desse *Encuentro* dizia respeito aos desafios feministas durante a década de 90, os quais deveriam considerar a democracia, a produção interna de conhecimento e as diversidades do movimento.

O Centro da Mulher Brasileira (CMB), constituído por pessoas da esquerda política, acredita-se que foi a primeira organização institucional feminista do Brasil, cujos objetivos eram o estudo, a pesquisa e análise das questões das mulheres e a criação de um departamento de ação para tratar em nível local dos seus problemas. O CMB foi criado em 1975, após um evento no Rio de Janeiro sobre “a condição da mulher” que contou com o apoio da ONU (Organização das Nações Unidas).

A relativa abertura com eleições diretas para parlamentares e governos estaduais possibilitaram o surgimento dos Conselhos Estaduais da Mulher³⁴, os quais foram uma exigência das feministas que pressionavam por um órgão com poderes legitimados pela instância pública. O primeiro Conselho a ser formado foi o de São Paulo, em abril de 1983, que se chamou Conselho da Condição Feminina de São Paulo. Minas Gerais, por sua vez, criou o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, em agosto do mesmo ano e, posteriormente, o Rio de Janeiro também criou o seu.

Esses conselhos tinham um desempenho importante em suas instâncias, mas era necessário mais, era necessário um Conselho Nacional, criado por Projeto de Lei. Assim, foi criado em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa presidido por mulheres feministas, as quais compreendiam que agora faziam parte do governo, no que dialogavam com os movimentos sociais enquanto representantes de Estado.

Faz-se necessário mencionar que, inicialmente, houve muita discussão entre as feministas sobre essa atuação dentro do Estado, pois, de acordo com o relato de Jacqueline Pitanguy (2018), feminista atuante no movimento durante esse contexto histórico e que presidiu o CNDM,

Algumas não queriam essa relação com o Estado com medo de serem cooptadas; outras não se propunham a participar, mas entendiam e apoiavam a ideia de entrar na estrutura estatal; e tinha um grupo, no qual eu me incluo, que defendia essa ocupação. O estado naquele momento era poroso, estava se recompondo [...] (Pitanguy, 2018, p. 467).

A caminhada que o movimento feminista fez para dentro do Estado na figura dos Conselhos, propiciou o surgimento das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM)³⁵, posto que se generalizavam, dia após dia nas mídias, casos de violência contra a mulher. A primeira delegacia nesse molde foi criada em São Paulo, no ano de 1985 e de lá elas

³⁴ Os Conselhos Estaduais da Mulher não eram órgãos de execução, mas de proposição e consulta.

³⁵ Vale a ressalva de que antes das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher existiam os S.O.S que atendiam as mulheres vítimas de violência domésticas e se constituíam enquanto grupos feministas pertencentes à sociedade civil. Nessa época eram elas mesmas que financiavam a atuação do grupo.

se expandiram por vários Estados brasileiros. A fim de as mulheres vítimas de violência doméstica recebessem um atendimento humanizado o CNDM teve por estratégia oferecer formação às delegadas, levando à compreensão delas as razões estruturais da violência contra a mulher.

A saúde feminina também chamava atenção, uma vez que a saúde da mulher brasileira, nas políticas públicas, dizia respeito a um aspecto materno-infantil, desse modo, com o objetivo de dar uma atenção integral à saúde das mulheres, considerando todos os seus ciclos biológicos e o contexto sociocultural em que estavam inseridas, foi criado o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) em 1984, elaborado pelo Ministério da Saúde junto a sanitaristas, pesquisadores/as e feministas.

O PAISM tinha por propósito proporcionar autonomia na escolha dos métodos contraceptivos e valorizava as práticas de educação em saúde e sexualidade, pois elas auxiliariam a capacidade crítica das mulheres na escolha dos métodos contraceptivos, de modo que o planejamento familiar fosse feito dentro da atenção à saúde, cumprindo o princípio de integralidade do programa. No PAISM, entretanto, não se fazia menção ao aborto como um direito reprodutivo, o que gera a interpretação de que os movimentos feministas não queriam pôr em risco suas alianças, fossem com os demais movimentos sociais, ou com a Igreja Católica progressista que juntos lutavam pela redemocratização (Silveira; Paim; Adrião, 2019).

A presença feminista que se fez sentir dentro do Estado, sobretudo a partir do CNDM, quando puderam acompanhar mais de perto a tomada das decisões que diziam respeito a elas mesmas, tornou possível a participação feminina na elaboração da Constituição Federal de 1988. Para isso, inicialmente o CNDM liderou uma campanha com os slogans “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” e “Constituinte sem mulher fica pela metade” que triplicaram o número de mulheres deputadas e senadoras.

Ao lado disso, o CNDM esteve à frente da elaboração da “Carta da mulher brasileira aos constituintes”, junto aos grupos feministas e de mulheres, a qual dentre as propostas se encontravam aquelas mais gerais, que se referiam à defesa da justiça social, reforma agrária, ensino público e gratuito, além da criação do SUS (Sistema Único de Saúde). As propostas específicas com relação às mulheres, por sua vez, diziam respeito, entre outras, ao trabalho, à saúde, à violência e à relação conjugal (Carta das Mulheres, 1987).

As mais de 120 propostas e emendas populares ao Congresso Nacional, as quais foram elaboradas por diferentes entidades de mulheres e feministas, contaram com o encabeçamento do CNDM, revelando articulação com os Conselhos Estaduais de diferentes Estados brasileiros.

Dessas proposições, 80% foram aprovadas, no que puderam vislumbrar na Constituição de 1988, dentre outras, a conquista da igualdade jurídica entre homem e mulher, a ampliação dos direitos sociais, civis e econômicos, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho, a igualdade de direitos e responsabilidades na família, o estabelecimento de direitos no campo da reprodução e o princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia (Brasil, 1988), democratizando, em grande medida, os anseios das mulheres no que dizia respeito às relações em casa, na cama e na política.

1.2 O feminismo em solo fértil

No Maranhão, a despeito do que acontecia no restante do país e na América Latina, o movimento de mulheres foi uma realidade. Em virtude da crise econômica e de problemas relacionados aos serviços urbanos, infraestrutura dos bairros, ausência de políticas públicas, entre outros fatores, os anos de 1960 já contavam com grupos de mulheres, cujas conexões se fizeram, em grande medida, com as paróquias da Igreja Católica e as associações de bairros. De acordo com Vera Soares,

As mulheres – novas atrizes –, ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como inteiras, múltiplas. Elas estavam no movimento contra a alta do custo de vida, pela anistia política, por creches. Criaram associações e casas de mulheres, entraram nos sindicatos, onde reivindicaram um espaço próprio. Novos temas entraram no cenário político, novas práticas surgiram (Soares, 1998, p.35).

Um movimento de mulheres autodeclarado feminista, nesse Estado, somente foi uma realidade a partir dos anos de 1980, quando eclodiram variados movimentos sociais unindo força junto à sociedade civil na busca pela redemocratização e cidadania. Desta feita, convém mencionar que o feminismo é apenas uma das faces do movimento de mulheres (Soares, 1998), de modo a integrar e não desintegrar a luta por uma sociedade mais justa.

O eixo brasileiro irradiador do feminismo, conforme se revelou, se encontrava localizado na Região Sudeste, sobretudo nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, se expandido pelas regiões Norte, Sul, Centro-Oeste e Nordeste do país. Levantando a bandeira feminista, no Nordeste brasileiro as redes feministas se conectavam e se articulavam através dos grupos. De acordo com Ferreira (2011), em Recife surgiu o grupo feminista “Ação Mulher”, no ano de 1978, inicialmente como um grupo de reflexão; em João Pessoa, em 1979, surgiu o “Centro da Mulher de João Pessoa”, posteriormente renomeado de “Grupo feminista Maria Mulher”; em Pernambuco, por sua vez, durante a década de 1980 surgiram vários grupos, entre os quais “Centro de Mulheres do Cabo” e “Viva Mulher”.

O Maranhão da década de 1980 passou por graves problemas sociais, os quais tiveram complexa relação com os Programas Desenvolvimentistas (Projeto Grande Carajás e ALUMAR) e a crise que assolava o país, caracterizada pelos altos índices de desemprego, hiperinflação e alta nos custos de vida, assim é que a sociedade civil maranhense se organizou em movimentos, tais quais, por exemplo, os setores progressistas da Igreja Católica como (a Pastoral da Juventude, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's); além do Comitê de Defesa da Ilha³⁶, das Associações de Bairro³⁷ e o Movimento pela Moradia.

Na busca por cidadania, o problema da habitação na cidade levou a existência do Movimento pela Moradia. Uma característica importante desses movimentos atuantes durante o período de redemocratização está no fato de que os mesmos envolviam diferentes atores sociais, pertencentes a outros movimentos, mas que se juntavam para dar consistência à causa da cidadania.

Desse modo é que, conforme Pereira (2015), o Movimento pela Moradia contou com os populares que viviam em situação de conflitos nos bairros, mas também contou com “aliados fortes”, dentre os quais podem ser citados profissionais liberais (médicos, engenheiros, jornalistas, advogados, professores), além de vereadores, sindicalistas, os seguimentos progressistas da Igreja Católica, a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), o Centro de Cultura Negra (CCN), União Nacional de Estudantes (UNE), o Movimento Feminista, entre outros, os quais possibilitaram a inserção na agenda do Movimento pela Moradia como um direito básico a ser exigido.

Importante característica das mobilizações democrático-populares ocorridas em São Luís naquele período foi a constituição de Frentes de atuação política que representavam a reunião de diversas entidades, movimentos ou lideranças políticas que se agrupavam todas elas em torno de reivindicações específicas ora de um ora de outro movimento (Borges, 1998, p. 32).

Diante disso foi possível pensar a inserção dos vários atores sociais de distintos movimentos se embrenhando em outras lutas, constituindo as chamadas “Frentes de atuação política”, as quais colocavam em xeque um ideal de cidadania que contemplava as ações para o gênero, para a classe e para a raça. Sobre o movimento feminista que no Maranhão se inseriu, o mesmo passou a polarizar o debate feminista dentro de outros grupos, no que sua presença

³⁶ O Comitê de Defesa da Ilha manifestava-se contra a ALCOA (multinacional fabricante de alumínio e alumina em São Luís) sob o argumento de que a empresa provocara vários problemas ambientais e sociais, no que se configurou como primeiro movimento ecológico a ser organizado na cidade (Borges, 1998).

³⁷ O movimento desempenhado pelas Associações de Bairro, por sua vez, atuava no sentido da obtenção de saúde para os bairros, saneamento básico (água, coleta de lixo, rede de esgotos) e cultura para suas gentes.

foi sentida no Centro de Cultura Negra (CCN), no Comitê de Defesa da Ilha, na Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), nas Associações de Bairros, nos Clubes de Mães e tantos outros movimentos e instituições.

No Maranhão, de acordo com os registros, o primeiro grupo feminista a se formar foi o “Grupo Mulheres da Ilha de São Luís”, em julho de 1980, e de modo semelhante aos demais grupos do Nordeste brasileiro atuava de maneira autônoma, lutando pela igualdade de direitos entre homem e mulher e fim da opressão feminina. O grupo era composto por várias professoras universitárias, mas também por estudantes e outras profissionais, inicialmente se caracterizando como um grupo de reflexão e posteriormente casando essa característica à ação.

Assim, o Grupo Mulheres da Ilha iniciou suas discussões a princípio na capital. Dentre as articulações do grupo podem ser citadas as passeatas, panfletagens, artigos publicados em jornais, palestras, entre outros. Os vários eventos promovidos pelo grupo chamavam a atenção para diversas questões, dentre as quais apontavam-se o salário diferenciado entre homens e mulheres, a saúde da mulher (a denúncia dos altos índices de aborto e esterilização feminina, os quais, no Maranhão, se constituíam como altos, a gravidez na adolescência, a contracepção, a sexualidade), e ainda, chamava-se a atenção para a violência contra a mulher, temática durante aquele momento ainda duramente tratada com negligência. Diante disso, segundo Ferreira, “o movimento pode ser considerado como de vanguarda, já que denunciava as estruturas desiguais, chamando a atenção para as relações de desigualdades de gênero que estavam, e ainda estão, enraizadas na sociedade maranhense” (Ferreira, 2007, p. 91),

Entretanto, em vista da situação em que a cidade de São Luís passava, em razão dos problemas habitacionais, o Grupo Mulheres da Ilha, na ocasião, prestava assistência às mulheres em suas lutas nos bairros, dentre os quais citam-se, especialmente, o bairro São Bernardo, Vila Isabel, Vila Conceição, Bom Jesus e Vila Padre Xavier (Ferreira, 2007), revelando que:

Apesar da ligação acadêmica, as militantes feministas se articularam com as mulheres dos bairros populares. Tanto autonomamente quanto por intermédio da Igreja Católica, que tinha setores ligados às comunidades em um período caracterizado pelo conflito em torno de problemas de infraestrutura e de moradia (Araújo, 2018, p. 10).

A despeito da atuação feminista nos bairros, ligada aos assuntos de cunho emergenciais, a “Segunda Onda do feminismo”, a qual chegava ao Brasil com assuntos relacionados à sexualidade e direito ao corpo também puderam se fazer presentes nos círculos de discussões entre as mulheres, embora com restrições. Uma dessas restrições dizia respeito à própria situação em que o país se encontrava, o qual era um processo de redemocratização, exigindo manifestações que atendessem às demandas correlacionadas à cidadania. O outro problema

enfrentado era a mentalidade conservadora, sobretudo dos homens que em São Luís residiam, os quais muitas vezes dificultavam a presença de suas companheiras nas reuniões promovidas pelo grupo (Ferreira, 2007).

Mas, em decorrência do momento que o Brasil experienciava, fruto de vários anos de ditadura e que agora vivia um processo de abertura política, as pautas apresentadas por esse importante movimento político no Maranhão, procurava solucionar, junto às entidades públicas, questões estruturais e emergenciais relacionadas às mulheres. Assim, a militância dos grupos feministas desde cedo esteve ligada ao movimento da esquerda política, tal qual os movimentos feministas em todo o Brasil.

Dentre os partidos que durante esse contexto as militantes tinham maior sintonia, pode-se inicialmente pontuar o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), entretanto, posteriormente, podem ser citados partidos como PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PC do B (Partido Comunista do Brasil). A militância nesses partidos, é claro, em muito interferiu na própria atuação do movimento feminista, em razão de que algumas vezes solicitavam ações mais concretas, posto que toda a situação social que a cidade de São Luís estava inserida cobrava tais ações. A trajetória política da cidade estivera ligada a um patriarcalismo de suas instituições e governos que atuavam em prol de seus próprios interesses, não se importando com as demandas pontuais da população mais pobre.

Em virtude dos problemas socioeconômicos que atingiam a população mais pobre, sobretudo as mulheres, o grupo preocupou-se em atender às necessidades imediatas e materiais, no que o caminho apontado seria o de inicialmente “refletir sobre a condição social da mulher dentro de sua realidade para que pudessem tomar uma posição a partir de suas próprias experiências” (Grupo, 1992, p. 4, *apud* Ferreira, 2007, p. 108).

O pioneirismo do Grupo Mulheres da Ilha e sua mobilização na cidade, em prol das questões das mulheres, possibilitou o surgimento de vários outros grupos feministas, com lutas específicas, e características organizacionais próprias, revelando a heterogeneidade do movimento. No que compete a esses grupos feministas que passaram a atuar na cidade de São Luís, no Maranhão, além do Grupo Mulheres da Ilha (1980), podiam ser citados durante os anos 80 o Grupo 8 de Março (1982); União de Mulheres (1984); Viva Maria (1985); Espaço Mulher (1985) e Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (1986). Já durante a década de 90 podiam ser citados o Grupo Maria Firmina e os Grupos de Estudos das Universidades (Ferreira, 2008). Alguns desses grupos, entretanto, tiveram vida curta, mas desempenharam com maestria a

missão a que se propuseram, tornando-se parte da história do movimento feminista no Maranhão. Em razão da delimitação temporal do estudo, abordarei somente as especificidades dos grupos feministas atuantes durante a década de 80.

Tanto o Grupo 8 de Março, criado por Maria Aragão, quanto o União de Mulheres eram grupos partidários, de modo que consideravam mais importante as “lutas gerais”, em detrimento das lutas específicas das mulheres³⁸, assim, de acordo com a própria Maria Aragão, não poderia existir mulher emancipada quando o restante da sociedade estivesse oprimida, fazendo referência à opressão capitalista que vitimava homens e mulheres (Araújo, 2012). No que compete ao Grupo 8 de Março, ele teve uma formação pequena, com apenas três participantes, entre elas, além de Maria, estavam Alexandrina Santos de Abreu e Ednalva Alves Lima, o Grupo União de Mulheres, por sua vez, teve como participantes Eloni Beloto, Sandra Cordeiro e Rosa Almeida (Ferreira, 2007).

O Grupo Viva Maria foi criado em razão da luta contra a violência que atingia as mulheres, desse modo, as feministas da cidade de São Luís se empenharam na conquista por uma Delegacia Especial da Mulher, a qual se tornou uma realidade em 1987. No Maranhão, a violência contra a mulher apresentava índices alarmantes, assim o grupo feminista Viva Maria se empenhou nessa causa, de modo que prestou assessoria na formação dos funcionários que nas delegacias dedicavam serviço às vítimas de violência. O Viva Maria teve seu fim no início dos anos 90 e contou com a militância de Elizabeth Bitencourt, Rita de Cássia e Ane Rocha (Ferreira, 2007).

O Grupo Espaço Mulher, criado pela professora Sandra Nascimento, por sua vez, marcou a história do feminismo no Maranhão quando, como um grupo de estudos, discutiam temas ligados ao gênero, tais quais a família, exploração do trabalho feminino e saúde, além de questionarem as relações de gênero estabelecidas no casamento. No início o grupo contava com quatro participantes, número que posteriormente chegou a quinze mulheres. Esse grupo, especialmente, era receptivo com a presença masculina, de modo que nos debates se fizeram presentes professores, intelectuais e acadêmicos, o que diversificava em grande medida as discussões (Araújo, 2012).

As reuniões do Grupo Espaço Mulher aconteciam na livraria Espaço Aberto, a qual a professora Sandra Nascimento era sócia, cuja frequência era semanal, no período noturno. O grupo não tinha bandeiras de lutas específicas, pelo contrário, estava sempre a disposição para

³⁸ De acordo Araújo (2012), a própria Maria Aragão, julgava desnecessária uma delegacia específica para as mulheres, pois para ela, as conquistas deveriam se dar do geral para o particular, importando aparelhar a polícia para proteger a todas as pessoas.

unir forças contra as desigualdades de poder entre homens e mulheres, assim é que colaboravam com outros grupos em passeatas, congressos e em encontros com temáticas relativas à saúde e às mulheres rurais.³⁹ Em razão da crise econômica que assolava o país, a livraria que promovia os encontros do Grupo Espaço Mulher foi fechada no ano de 1986, desse modo, a existência do grupo foi até essa data, no que as ocupações da vida profissional das líderes militantes também inferiram em suas separações (Araújo, 2012).

O Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa⁴⁰, criando em 1986 surgiu a partir do deslocamento de militantes negras do Grupo Mulheres da Ilha, para o engajamento específico na causa da mulher negra, dentre elas destacam-se Silvia Cristina/Black, Paula Baltazar, Silvia Cantanhede, Lúcia Dutra, entre outras. De acordo com Sousa (2018, p. 154) o grupo surgiu “se contrapondo aos ditames sociais que [tentavam] regular, inferiorizar e invisibilizar a figura da mulher negra na sociedade brasileira e maranhense”. Algumas dessas militantes compunham o Centro de Cultura Negra do Maranhão e notaram a necessidade de demandas próprias às mulheres negras, posto que sua opressão era notadamente identificada sob a intersecção da sua identidade de gênero, de classe e mais ainda de raça (Crenshaw, 2002).

Esses e os demais grupos que vieram a surgir, uniram forças e demarcaram um espaço de luta na cidade de São Luís com objetivo de trazer visibilidade às mulheres. Um exemplo importante da atuação feminista no Estado foi o I Encontro Estadual de Mulheres (1986), sob o tema “Abrindo os olhos, botando a boca no mundo”, o qual contou com o financiamento da UNICEF- Fundo das Nações Unidas para Infância; FUNABEM- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, articulado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, sendo um dos maiores encontros já realizado pelo movimento de mulheres do Maranhão.

Esse encontro contou com a organização de alguns grupos feministas, além do Mulheres da Ilha (coordenação geral), tais quais o grupo Viva Maria e Mulheres Negras Mãe Andresa, cujo objetivo era o de conhecer a realidade social em que as mulheres maranhenses estavam inseridas e elaborar propostas políticas de ação que correspondessem às suas necessidades, a fim de que fossem encaminhadas às instituições governamentais. Desse modo, o encontro possibilitou a primeira iniciativa oficial de promoção de políticas públicas para as mulheres do

³⁹ Consta que o grupo Espaço Mulher ampliou o debate teórico feminista junto às mulheres da zona rural de São Luís, o que resultou em uma troca bastante significativa de experiências, que permitiu às mulheres do grupo Espaço Mulher compreender as vivências das mulheres rurais, no que compete ao descrédito em ser mulher, a exploração feminina, a divisão do trabalho doméstico, dentre outros.

⁴⁰ Segundo Souza (2018) Mãe Andresa é uma homenagem a Andresa Maria de Sousa Ramos, popularmente conhecida como Mãe Andresa, a qual foi líder espiritual durante 40 anos da Casa das Minas em São Luís. Ela nasceu em 10 de novembro de 1854 e faleceu em 20 de abril de 1954, sendo natural da cidade de Caxias-MA.

Maranhão, uma vez que suas ações se iniciaram na capital São Luís, mas se estenderam pelas cidades do interior do Estado.

No ano de 1986, os grupos feministas se articularam naquilo que seria o principal porta voz do Movimento Feminista do Estado, o Fórum Maranhense de Mulheres, o qual tinha por missão, além de trazer visibilidade à luta por igualdade de direitos e políticas públicas, discutir a situação das mulheres maranhenses e promover ações efetivas no enfrentamento a sua exclusão participativa nas instâncias do Estado. A iniciativa para a criação do Fórum partiu do Grupo Mulheres da Ilha, entretanto, a formação do Fórum inicialmente contou com, além do Grupo Mulheres da Ilha, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, o Grupo 8 de Março, o Grupo União de Mulheres, o Grupo Espaço Mulher, o Grupo de Mulheres do PT, o Grupo de Mulheres do PDT, Coordenação de Mulheres da Fataema, Coordenação Estadual da CUT e Coletivo de Trabalhadores Rurais (Ferreira; Pinto, 2017). O Fórum era um espaço dedicado à discussão e à ação, importando dizer que a protagonista era mulher maranhense e a defesa por suas demandas, as quais entre outras, diziam respeito à saúde e fim da violência doméstica, desse modo, uniam-se tanto os grupos declaradamente feministas, quanto aqueles avessos a essa definição.

Os anos iniciais do Fórum Maranhense de Mulheres, por exemplo, foram dedicados ao fortalecimento da Delegacia Especial da Mulher de São Luís, quando da sua instalação no ano de 1987. O Grupo Viva Maria e Mulheres Negras Mãe Andresa foram os que mais ativamente participaram desse movimento. O Grupo Viva Maria, com as mulheres vítimas de violência doméstica atuava como um grupo de reflexão, no que compete ao Grupo de mulheres Negras Mãe Andresa, elas chamavam a atenção para as desigualdades que se revelavam na raça, trazendo à compreensão de que eram as negras e pardas as maiores vítimas da violência (Ferreira; Pinto, 2017).

Ainda de acordo com Ferreira e Pinto (2017) a respeito dos movimentos feministas que o Maranhão, sobretudo a cidade de São Luís experienciou, eles eram

considerados como movimentos de poucas militantes, e por isso muitas vezes desqualificados e estigmatizados, entretanto os movimentos feministas realizaram ações consideradas de enfrentamento que impactaram pela forma inusitada, criativa como as feministas se expressavam e como repercutia nos canais de comunicação [...] (Ferreira; Pinto, 2017, p.1).

A exposição que o movimento feminista fez no Maranhão, sobretudo na capital, São Luís, trazendo à tona as desigualdades sociais, se constituiu enquanto uma das estratégias do movimento. Assim é que fazia com que as mulheres rompessem com as restrições da vida privada e passassem a atuar nos espaços públicos, dadas as reivindicações das mulheres junto

aos bairros, Sindicatos e Associações, as quais não se restringiram a questões próprias ao seu sexo, mas também a questões estruturais, que impactavam a todas as relações sociais.

Nesse movimento, durante a década de 80, em São Luís, elas fizeram barulho e se fizeram ouvidas, nas ruas, nos jornais e em várias instituições públicas, de modo que conectadas às lutas em âmbito nacional conquistaram a Delegacia Especial da Mulher, se empenharam nas manifestações pelas “Diretas Já” e atuaram na composição das propostas da “Carta das Mulheres aos Constituintes”. Essa história protagonizada por mulheres contou a participação do Grupo feminista Mulheres da Ilha, de modo que as memórias das suas militantes, aqui tomadas como fonte de conhecimento histórico, ajudaram a escrever as linhas que neste estudo se seguem.

Destarte, o capítulo seguinte versará sobre a origem do Grupo Mulheres da Ilha de São Luís, como o debate feminista era compartilhado, e ainda, sobre a sua organização no contexto social, econômico e político dos anos 80, o qual, a partir de suas memórias, as militantes retomaram as suas vivências enquanto mulheres e feministas, as quais, por vezes, se conectaram e, por vezes, entraram em conflito sem, no entanto, deixar fluir o curso da história.

CAPÍTULO II

2 “A GENTE CONTRARIAVA O QUE ERA DITO NORMAL”: o Grupo Mulheres da Ilha

A década de 1980, especialmente no Brasil, foi marcada por uma crise econômica, caracterizada pela alta inflação, desemprego e salários desvalorizados, o que lhe resignou o codinome de “década perdida”. Entretanto, pelo viés político, muitas transformações aconteceram, dentre as quais se viram, por exemplo, o processo de abertura política do país, o qual desde 1964 esteve sob o domínio da ditadura militar, a maior movimentação da sociedade civil, as lutas marcadas pela participação sindicalista e dos movimentos sociais, além da inserção de novos debates que diziam respeito às mulheres e seus novos anseios, em uma sociedade ainda muito marcada pelo patriarcalismo e conservadorismos de suas instituições.

A respeito das raízes da crise econômica que assolou o Brasil durante a década de 1980, de acordo com as pesquisadoras Ana Maria Ometto, Maria Cristina Furtuoso e Marina da Silva,

As raízes dessa crise, que se manifesta inicialmente como uma crise de endividamento externo, mas que rapidamente passa a se traduzir no desajuste interno da economia, estão nas políticas adotadas na década anterior, quando a opção pela manutenção do crescimento econômico, após o primeiro choque do petróleo, e mais do que isso, a busca do salto definitivo no aprofundamento do processo de substituição de importações, levaram o Estado brasileiro a assumir um padrão de financiamento baseado no crescente endividamento externo. Neste processo, a participação do setor privado na dívida externa se reduz de 67%, no período de 1972/73 para 23% no final da década. O segundo choque do petróleo em 1979 e o brusco aumento das taxas de juros internacionais verificado, viriam a aprofundar a crise externa brasileira através de uma série de mecanismos: pelo salto nos juros da dívida; por reorientar os fluxos de capital preferencialmente para os EUA e Europa; e pelo impacto negativo sobre os preços relativos das “commodities”, itens importantes da nossa pauta de exportação (Ometto; Furtuoso; Silva, 1995, p. 404-405).

Ademais, as pesquisadoras ainda pontuam que durante o decênio de 80, em contraposição à crise econômica que se instaurou no país, e em comparação à década de 60, houve um aumento nos indicadores de saúde, possibilitando redução na mortalidade e aumento na nutrição infantil, crescimento das taxas de alfabetização e educação, no que também houve o aumento na rede de saneamento básico. Tudo isso aconteceu em razão dos investimentos públicos nas políticas sociais e nas transformações advindas do conjunto desses gastos, no que vale a ressalva de que esses aumentos, mesmo quando comparados a outras realidades como, por exemplo, a América Latina, não deram posição confortável ao país no que compete à área social (Ometto; Furtuoso; Silva, 1995).

A capital do Maranhão, São Luís, esteve ao longo da segunda metade do século XX em conformidade com o Projeto Nacional Desenvolvimentista implementado pelo Governo Federal, o qual previa a modernização das cidades, contemplando seu aspecto urbano, econômico e social. Assim é que tanto seu espaço urbano, quanto a dinâmica social foram influenciados pelos projetos governamentais que passaram a existir durante esse contexto.⁴¹ Durante os anos 80, a cidade de São Luís sentiu em seu território os efeitos da crise que se instaurou no Brasil, os quais aliados a Lei N° 2.979, de 1969 ou “Lei de terras Sarney”⁴² e os projetos desenvolvimentistas, a exemplo do Programa Grande Carajás⁴³ e ALUMAR⁴⁴, colaboraram para as desapropriações de terras tanto no interior do Estado, quanto na periferia de São Luís e no conseqüente crescimento desordenado da cidade (Lacroix, 2020).

Esse contexto, conforme se viu, foi o resultado de circunstâncias históricas, demarcadas por um processo de modernização do país, o qual por meio de planos e projetos desenvolvimentistas, implementados pelos governos militares tiveram a intenção de “salvar” o país da pobreza, o que se revelava em seu status de país subdesenvolvido - isso implicou fortemente na sua fisionomia social, econômica e política, e reafirmou estruturas tais quais: a industrialização, a concentração de renda e a integração no conjunto capitalista mundial, das quais resultaram em profundas alterações estruturais da relação campo/cidade (Silva, 2000).

Essas relações capitalistas, as quais emergiram inseridas em um processo de mudanças sociais e econômicas assistiram à significativa entrada feminina no mercado de trabalho, o que modificou de modo considerável a percepção que as mulheres tinham sobre si mesmas e as relações familiares que passaram a existir, reconfigurando, pouco a pouco, as relações de poder. Nessa perspectiva a historiadora Alessandra Pedro pontuou que as

mudanças dadas pelo desenvolvimento das forças produtivas materiais podem abrir uma época de revolução social, na medida que com a alteração da base econômica, modifica-se toda imensa superestrutura construída sobre ela. A dita consciência social

⁴¹ Na tentativa de se adequar à lógica moderna do capital, o Maranhão ainda que ideologicamente se desfaz de sua capa marcada pelo atraso econômico, a partir de discursos modernos e projetos desenvolvimentistas. A saber, o Maranhão da égide desses projetos estava marcado por um alto índice de analfabetismo, mortalidade infantil e era essencialmente agrícola, ou seja, vivia no limiar da ideologia nacional vigente.

⁴² Essa foi uma lei aprovada em 17 de junho de 1969 pelo então governador José Sarney e promulgada no governo posterior de Pedro Neiva de Santana. Com a justificativa de modernização do Maranhão, as terras devolutas do Estado foram postas à venda pelo governo aos capitalistas, retirando de suas terras tanto os povos tradicionais quanto posseiros, gerando uma onda de invasões, assassinatos e repressão do governo.

⁴³ O Programa Grande Carajás, consistia em aproveitar as jazidas minerais da Serra de Carajás, no sul do Pará. A importância do Maranhão nesse processo era a de escoar a exportação, a qual passava pela ferrovia Carajás, indo em direção ao Porto da ponta da madeira, na baía de São Marcos, localizado no Complexo Portuário de Itaqui (Abrantes, 2013).

⁴⁴ A ALUMAR (Consórcio de Alumínio do Maranhão) é uma empresa multinacional responsável pela exploração do alumínio, sendo composta pelas empresas Alcoa, Rio Tinto e South32. Tanto da Alumar, quanto do Programa Carajás resultaram impactos ambientais, os quais em muito afetaram as vidas das populações que tiveram de ser remanejadas de suas moradias (Abrantes, 2013).

é o que nos permite, enquanto historiadores, compreender como as sociedades mantêm as relações de poder (Pedro, 2018, p. 41).

Entretanto, faz-se necessário chamar atenção para o fato de que o trabalho feminino não se constituiu como uma novidade própria ao fim do século XX, uma vez que, ao longo da história, as mulheres sempre trabalharam – as mais pobres, por exemplo, o fizeram para sua sobrevivência cotidiana e familiar, em parceria com seus companheiros, de modo que, na ausência desses, a provisão do lar tornava-se completamente sua. Mas, no que compete à participação das mulheres no mundo do trabalho, durante a segunda fase do século XX, revelou-se de maneira substancial a força feminina nas atividades produtivas, sobretudo das mulheres casadas, podendo ser verificada a partir de sua participação na População Economicamente Ativa (PEA), de modo que, quando comparada a década de 80 a de 70, verificou-se que na década de 70 a PEA de mulheres era de 27%, enquanto a PEA dos anos 80 revelou um percentual de 36% (Ometto; Furtuoso; Silva, 1995).

Mesmo com a crise que assolou a década de 80, houve um aumento significativo da População Economicamente Ativa feminina, fato que até poderia ser compreendido à época como uma maneira de vencer a crise, o que, no entanto, não se comprovou, pois, conforme se viu, os números relativos à entrada feminina no mundo do trabalho foram crescendo substancialmente a cada nova década (Ometto; Furtuoso; Silva, 1995). Dessa forma, o processo de modificação do mundo do trabalho no Brasil, portanto, contou com a maior atuação feminina, no que as mulheres de posições mais elevadas que desejassem ter uma ocupação, a contar da vigência do “Estatuto da Mulher Casada”, não mais precisariam da autorização do marido para exercer sua função de trabalhadora fora do lar.⁴⁵

Faz-se importante ainda frisar que, essa presença feminina no mercado de trabalho, além de advir das transformações sociais, culturais e demográficas que vinham ocorrendo como, por exemplo, o maior acesso das mulheres às universidades e à queda da fecundidade, se devem também às articulações dos movimentos feministas nos seios dos espaços públicos, movimento de mulheres tão caro à luta por igualdade social e fim da opressão feminina. O feminismo será retomado adiante, mas antes, vale pontuar, de acordo com o que nos afiança Lélia Gonzales (2021), que toda essa movimentação feminina na sociedade, a qual dizia respeito à sua participação enquanto população economicamente ativa e enquanto número crescente dentro das universidades, não se referem, de modo algum, às mulheres negras, uma vez que sua

⁴⁵ Por intermédio do Estatuto da mulher casada (Lei 4.121/27 de agosto de 1962), a mulher pôde ter a garantia de exercer um trabalho externo ao lar sem autorização do marido, anulando o código civil de 1916 que a considerava incapaz, devendo ser representada e assessorada pelo marido, o qual poderia proibi-la de exercer profissão caso o mesmo não desejasse.

concentração se dava, sobretudo, nos trabalhos manuais, cujos rendimentos e nível de escolaridade exigidos eram baixos, o que denotava, ainda no final do século XX, a ausência de avanço dos estudos na maior parte dessa população.

Mas no que compete ao feminismo, a escritora estadunidense Bell Hooks (2019, p. 13), o sugere como “um movimento para acabar com o sexismo, exploração e opressão”, desse modo, o movimento feminista brasileiro lutava contra um sistema que dividia homens e mulheres, que as oprimia quando lhes impossibilitavam de desempenhar atividades ou funções consideradas não relativas ao seu sexo, como as desempenhadas nos espaços de poder, ou ainda, quando eram vitimadas por violências cotidianas fossem físicas, verbais ou financeiras. A articulação do movimento feminista brasileiro, tal qual também ocorreu em São Luís, se fazia a partir de sua conexão com bandeiras de outros movimentos, dado o processo de abertura política que o país passava. Essa luta ainda se unia ao combate dos problemas socioeconômicos urbanos, de modo que a cidade foi palco de manifestações populares, as quais se apresentavam na figura dos movimentos sociais e entidades civis.

Assim é que dentre os principais movimentos ou entidades ligadas à redemocratização no Estado enumera-se o movimento Oposição pra Valer⁴⁶; a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH)⁴⁷; a Secção Maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-MA)⁴⁸; e o Movimento pelas Diretas⁴⁹. No que compete a busca por cidadania, conforme exposto nas linhas anteriores, o Maranhão passava por graves problemas sociais, os quais tinham complexa relação com os Programas Desenvolvimentistas e a crise que assolava o país, assim é que a sociedade civil maranhense se organizou em movimentos, tais quais, por exemplo,

⁴⁶ O movimento Oposição pra Valer foi organizado por forças autênticas do PMDB, os quais empreenderam nas eleições de 1978 uma campanha a fim de eleger candidatos cujo compromisso fosse com o povo e suas demandas. A campanha reuniu vários setores da esquerda, dentre os quais intelectuais, católicos progressistas, estudantes, comunistas, entre outros. A campanha que contou com o intenso apoio popular resultou na eleição de Haroldo Sabóia para o cargo de deputado estadual (Borges, 1998).

⁴⁷ A Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), surgiu em 12 de fevereiro de 1979 como uma entidade pública contra os arbítrios cometidos pelo regime ditatorial. A estratégia era a mobilização popular, apresentação das denúncias de violação dos direitos humanos e educação de base. Durante os anos 80 e 90, sua atuação se direcionou na intervenção junto aos conflitos fundiários que profundamente marcaram a capital e o estado (SMDDH, [s.d]).

⁴⁸ Secção Maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-MA), criado em 1979, esteve junto ao movimento nacional na luta pela anistia dos exilados e presos políticos, de modo que reivindicava a autonomia do Congresso Nacional para iniciar o processo de anistia e a atenuação da Lei de Segurança Nacional. O CBA-MA, inserido na luta pela redemocratização, obteve apoio de diversos movimentos, assim é que se embrenhava em atividades tais quais panfletagens, comícios e atos em memória dos mortos ou desaparecidos em função do regime militar (Borges, 1998).

⁴⁹ A campanha “Diretas Já” movimentou a cidade de São Luís em abril de 1984 quando, em passeata pelas ruas do centro, a partir da praça Deodoro, duas mil pessoas reivindicavam o voto direto para presidente da República e os principais líderes oposicionistas manifestavam a sua convicção de que a emenda Dante de Oliveira seria a provada pelo Congresso Nacional (O Imparcial, 18 de abril, 1984, p.1, nº 15935.), fato que não ocorreu, mas deixou as marcas da população ludovicense nesse movimento.

os setores progressistas da Igreja Católica como (a Pastoral da Juventude, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Comissão Justiça e Paz, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)⁵⁰; além do Comitê de Defesa da Ilha⁵¹, das Associações de Bairro⁵² e o Movimento pela Moradia, resultante, em grande medida, pelas desapropriações de terras que a população pobre foi alvo.

De acordo com a escritora e crítica literária argentina Beatriz Sarlo (2007, p. 9) “O passado é sempre conflituoso”, e foi nesse contexto de efervescentes transformações históricas e culturais que as histórias de vida das militantes Elizabeth Maria Beserra Coelho/Beta⁵³, Maria Victoria Borges Diaz⁵⁴, Mary Ferreira⁵⁵, Silvia Cristina Leite/ Black⁵⁶, Beatriz Fontana⁵⁷, Paula Baltazar⁵⁸, Mirian Regini Nuti⁵⁹ e demais militantes do Grupo Feminista de São Luís, o “Mulheres da Ilha” se cruzaram e abriram espaço para o feminismo e suas demandas em prol das mulheres. De acordo com o testemunho da militante Beatriz Fontana esse foi um

momento histórico em que [começavam] a eclodir os movimentos sociais e os movimentos é ... dos gays, os movimentos dos povos originários, os movimentos anti racistas, os movimentos dos negros, dentro daquele espírito de que eram minorias qualitativas, no caso das mulheres não é minorias qualitativas, em que o objetivo era se apropriar de um discurso em que cada uma dessas minorias qualitativas falam por si, as mulheres falando por si, os negros falando por si, os gays falando por si, os povos originários falando por si (Entrevista realizada em 13 de abril de 2024).

Com um resgate de memória a militante Beatriz Fontana trouxe à tona o contexto social de uma autonomia de grupos que pouco a pouco se generalizava, cuja “narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer [...], mas a de sua lembrança (Sarlo, 2007, p. 25). Sobre a experiência narrada, ainda de acordo com Beatriz Sarlo,

a narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum (Sarlo, 2007, p. 24.)

⁵⁰ Os setores progressistas da Igreja Católica atuavam baseados na teologia da libertação, voltando suas atenções preferencialmente para a população mais pobre (Borges, 1998). Nessa empreitada, os movimentos advindos da ala progressista da Igreja atuaram com ações que objetivavam transformações sociais, assim é que apoiavam e prestavam assessoria nos conflitos fundiários e na defesa dos direitos humanos.

⁵¹ Este se configura como primeiro movimento ecológico da cidade, contra os problemas ambientais e sociais resultantes da empresa mineradora ALCOA.

⁵² As associações de bairros se empenhavam pela saúde nos bairros e por saneamento básico.

⁵³ Beta Beserra, como era conhecida, é uma professora Dra. em Antropologia aposentada (Data de nascimento 06/12/1951).

⁵⁴ Victória Borges Diaz é Professora Dra. aposentada pelo departamento de Filosofia da UFMA (Data de nascimento 10/12/1946).

⁵⁵ Mary Ferreira é professora Dra. do Departamento de Biblioteconomia da UFMA (Data de nascimento 11/05/1956).

⁵⁶ Silvia Black, como era conhecida é Assistente Social na área da saúde no HMDM- Hospital Municipal Djalma Marques (Data de nascimento 29/07/1957).

⁵⁷ Beatriz Fontana é Professora Dra. em Letras (Data de nascimento 14/07/1949).

⁵⁸ Paula Baltazar é psicóloga especialista em violência doméstica e psicopedagogia (Data de nascimento 09/04/1955).

⁵⁹ Mirian Regini Nuti é professora Dra. em Antropologia (Data de nascimento 08/03/1958).

O Grupo Mulheres da Ilha, cujas experiências narradas auxiliaram na composição deste estudo, foi um grupo em que a militância majoritária era de professoras da Universidade Federal do Maranhão e estudantes universitárias, entre as quais a maioria não era natural de São Luís. Dentre as entrevistadas tinham aquelas oriundas do Estado de São Paulo, a exemplo da antropóloga Mirian Regini Nuti (São Caetano do Sul) e da psicóloga Paula Baltazar (Campinas); do Estado do Ceará, a exemplo da Antropóloga Elizabeth Maria Beserra Coelho/Beta (Maranguape); do Estado do Rio Grande do Sul, a exemplo da professora Beatriz Fontana (Caxias do Sul); e da Espanha, a exemplo da professora Maria Victória Borges Diaz (Ilhas Canárias). Naturais de São Luís eram apenas Mary Ferreira e Silvia Cristina Leite/Black, ainda estudantes da UFMA durante o processo de formação do grupo.

2.1 O início: organização e ação

As mulheres que chegavam à cidade de São Luís, vindas de vários Estados brasileiros, vieram, muitas vezes, em razão das atividades desenvolvidas por seus ofícios enquanto professoras universitárias, ou para acompanharem os maridos, de modo que foram rapidamente inseridas no mercado de trabalho em vista de suas qualificações. A formação de um grupo composto somente por mulheres, de acordo com as militantes que na cidade chegavam, além da missão de compartilhar um debate relativo à condição das mulheres na sociedade, cumpria também o papel de as integrar socialmente, desse modo, de acordo com a militante Mirian Regini Nuti

tinha a ver também com o espaço onde mulheres que procuravam a sua autonomia e a sua independência podia conversar e aí agregar com as pessoas do local, com quem a gente tinha acolhimento, porque não era também todas as pessoas do local que acolhiam bem, mesmo num ambiente universitário, acolhiam bem as pessoas de fora. [...] Se você contar quantas mulheres de fora continha na composição oficial e quantas tem da Ilha, nascidas na Ilha, você vai ver que é muito expressivo esse número, né. Era uma vontade que a gente tinha de se integrar e de contribuir para que alguns temas fossem melhor debatidos na São Luís daquela época (Entrevista realizada em 29 de abril de 2024).

O desejo por integração, aliado à vontade de contribuir dentro da sociedade ludovicense com temáticas que, por exemplo, auxiliariam as mulheres a identificarem as opressões que lhes vitimavam e conhecerem o próprio corpo encontrou espaço quando, à propósito de um curso de extensão dentro da universidade, surgiu a motivação em várias delas de unirem-se em um grupo composto somente por mulheres e de inspiração feminista.

Desse modo, o “Mulheres da Ilha” foi um grupo gestado dentro da Universidade Federal do Maranhão, sob sugestão da professora Marisa Corrêa⁶⁰, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), quando na ministração do curso de extensão promovido dentro da própria universidade, sob o tema “Mulher na sociedade brasileira”, considerou importante a criação do grupo (Ferreira, 2007). Nesse grupo, as participantes em sua maioria professoras e estudantes deram prosseguimentos às discussões suscitadas durante o curso. As contribuições que os debates do grupo levantavam puderam significar uma virada de chave na compreensão que as mulheres tinham de si mesmas e de como a sociedade lhes compreendia – os muros da Universidade não conseguiram, a partir desse debate, conter o latente desejo feminista de se expandir pela cidade, empreendendo ações organizadas em prol dos interesses das mulheres.

Silvia Cristina/ Black relatou o início do grupo:

Lucila Scavone [...] no final dos anos 70 [...] trouxe a professora Marisa Corrêa para ministrar um curso para nós sobre feminismo no Brasil e a partir desse curso a gente achou assim importante nós enquanto estudantes de que a gente levasse esse debate para a frente, e aí tivemos o curso, muito bom, uma boa participação, não foi só para nós, mas, foi aberto para a universidade, e a partir desse curso nós nos sentimos estimuladas a dar continuidade, né? e aí depois desse curso a gente anotou todo mundo que estava presente e uma boa parte era do serviço social, e a gente fez a primeira reunião, né, de avaliação e de proposta de continuidade, e essa reunião foi lá no museu histórico, ali na rua do Sol. Aí quem estava... Estava Maria Lívia Borges, estava Vânia Albuquerque que era estudante de serviço social, eu, a Mirian Nuti, a Lucila Scavone, a “Beta” - a Elizabeth -, a Lúcia Saboia que também era do departamento. E aí nós entendemos que seria importante dar prosseguimento né, nesse grupo que não tinha nome ainda não é, um grupo que estava surgindo a partir estudos e que se propunha depois a fazer um trabalho, aí na segunda reunião foi mais ampliado e vieram mais pessoas (Entrevista realizada em 13 de abril de 2024).

Lucila Scavone era uma professora do departamento de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, foi um nome bastante citado por todas as depoentes ao rememorarem a história do grupo, de acordo com seus depoimentos, ela não apenas encabeçou a formação do grupo, como também era aquela que mais tinha experiência com o feminismo, pois há pouco tempo chegara da França e convivera de perto com os debates e as produções que estimulavam a existência do movimento, de modo que no Maranhão pôde compartilhar o debate auxiliando na expansão do pensamento da não naturalidade da condição da mulher na sociedade, junto às demais participantes do grupo. De acordo com Mary Ferreira,

a gente fazia uma crítica profunda à esquerda e fazíamos uma crítica profunda aos comportamentos e ao conservadorismo, inclusive o conservadorismo que vinha dentro da Igreja que cerceava os direitos das mulheres, o direito de ser, de existir, o direito a igualdade né? Então as Mulheres da Ilha, quando elas se colocaram como feminista, quando comecei eu tava aprendendo, eu tava começando, mas é claro que eu era das mais verdes, como posso dizer, das militantes, das debutantes, porque no grupo tinha

⁶⁰ Marisa Corrêa foi uma professora e antropóloga brasileira. Foi fundadora do Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu (UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas), e era professora da área de gênero no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da mesma instituição.

algumas expressões de mulheres mais... com conhecimentos, mais bem formadas academicamente falando, né? (Entrevista realizada em 21 de março de 2024).

A clareza sobre a opressão que perpassava a condição feminina que o feminismo, enquanto movimento trazia, já se fazia presente no meio de parte das militantes antes da formação do grupo, de acordo com o relato de Beatriz Fontana “a gente que tem essa vida acadêmica de qualquer maneira ou como estudante ou depois dentro de outras instâncias, a gente se depara com isso, né?”⁶¹ chamando a atenção para o seu histórico de formações e leituras sobre a temática.

Mas, se não havia quando anterior à formação do Grupo Mulheres da Ilha envolvimento no movimento feminista da maioria delas, havia envolvimento delas em outros tantos movimentos, pois todas vinham de uma trajetória de participação em movimentos sociais e que, a partir de sua militância no grupo feminista, passaram também a polarizar o debate feminista nesses e nos demais grupos que vieram a atuar, assim, de acordo com Victória Diaz, por ser uma época que estava saindo da fase mais dura da ditadura “começava formar os grupos, a gente formava não sei quantos grupos, sempre participava de todos os grupos”⁶².

O momento era de efervescência, o qual impulsionava a sociedade a protagonizar lutas específicas, durante o final dos anos 70, por exemplo, a cidade foi palco das lutas pela anistia aos presos políticos, em defesa dos direitos humanos, contra a carestia, surge o Centro de Cultura Negra do Maranhão, o movimento de defesa dos povos indígenas e, mais ainda, a cidade viu protagonizar pelos estudantes a greve pela meia passagem⁶³, nesse eixo, muitas das militantes do Grupo Mulheres da Ilha estavam inseridas, demarcando o seu espaço de luta.

Beta Beserra, professora e militante natural de Maranguape, Ceará, por exemplo, tinha um histórico marcante de envolvimento em movimentos sociais, assim é que ela faz menção logo que chegou à cidade à sua participação no movimento empreendido “Oposição pra valer”, de acordo com ela “era uma campanha política pra eleger um deputado de esquerda na época, que era o Haroldo Sabóia que a gente candidatou, fez a campanha, aí ele foi o mais votado” tornando-se deputado estadual. Entretanto, aliado a esse movimento sua trajetória se fez dentro do movimento pela anistia, movimento contra a carestia, contra a ditadura, no que esteve à frente da fundação da Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão

⁶¹ Entrevista realizada com Beatriz Fontana, concedida em 13 de abril de 2024.

⁶² Entrevista realizada com Victória Diaz, concedida em 10 de abril de 2024.

⁶³ A greve da meia passagem, ocorrida no ano de 1979, na capital São Luís, foi protagonizada principalmente pelos estudantes, em razão do aumento no valor da tarifa do transporte coletivo urbano, considerado abusivo. Por meio da greve, os estudantes conquistaram o direito à meia passagem, que passou a valer em 1º de outubro de 1979 (Borges, 2006).

(APRUMA) hoje sindicato, e da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH) e, mais ainda, em razão de ser antropóloga, esteve profundamente envolvida com a Comissão Pró-Índio.

Mirian Regini Nutti, também, é uma antropóloga e chegou à Ilha de São Luís ainda muito jovem, aos vinte e dois anos de idade, após aprovação no seletivo para professor da UFMA. O envolvimento da militante conta com histórico de participação em movimentos em defesa dos povos indígenas, fundação de partido e, já durante os anos 90, em razão das pesquisas sobre atingidos por barragens, passou a apoiar o movimento.

Victória Diaz, natural das Ilhas Canárias, na Espanha, foi professora do Departamento de Filosofia da UFMA e durante a entrevista pôde rememorar o seu histórico de participações em grupos que, para além do Grupo Mulheres da Ilha, se dava dentro da Universidade, à exemplo da APRUMA e SEAF (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas).

Paula Baltazar, por sua vez, era uma psicóloga que veio de Campinas - SP à cidade para acompanhar o marido, que se dedicaria à docência na UFMA. A história de vida dessa militante conta com a sua atuação no Movimento Estudantil, mas, sobretudo, no Movimento Negro, segundo o qual se constitui como um signifiante grande em sua vida. Na cidade de São Luís, ela experienciou esse movimento no Centro de Cultura Negra do Maranhão, em uma realidade bem diferente daquela vivida em Campinas, a despeito de uma população de maioria preta e parda, cujo aspecto sociocultural remetiam fortemente às suas origens africanas.

Trajetória parecida em movimentos sociais teve Silvia Cristina/Black, a assistente social, natural de São Luís teve sua participação no movimento dos estudantes que conquistou a meia passagem, em 1979, além disso, foi uma das fundadoras do Centro de Cultura Negra do Maranhão, cuja atuação colaborou de maneira substancial para a tomada de consciência quanto à situação da população negra no Estado. As duas militantes negras, Silvia Cristina/Black e Paula Baltazar mais tarde levaram as mulheres negras para o centro do debate étnico racial existente nessa instituição.

Mary Ferreira, também natural de São Luís, teve sua trajetória marcada, inicialmente, com sua imersão na Igreja Franciscana, cuja doutrina reconhece os pobres como aqueles que são vítimas da opressão social e política da sociedade, segundo ela “era o que tinha de mais avançado politicamente, porque pregava a igreja para os pobres, trabalhava dentro de uma perspectiva da teologia da libertação”⁶⁴, o apelo político que tinham as movimentações dessa Igreja, contribuíram para sua formação enquanto militante política. Entretanto, dentro da

⁶⁴ Entrevista realizada com Mary Ferreira, concedida em 21 de março de 2024.

UFMA ela considera ter sido forjada enquanto sujeito político, pois se empenhou no movimento estudantil, teve participação na greve pela meia passagem, atuando ainda no movimento sindical paralelo ao movimento feminista.

Beatriz Fontana, natural de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, durante o tempo em que viveu na cidade de São Luís trabalhava enquanto educadora popular, na chamada ASP- Associação de Saúde da Periferia, de modo que o feminismo sempre embalou sua atuação, pois trabalhava em uma perspectiva feminista promovendo saúde e educação.

A fim de ampliar a voz às questões das mulheres, pensando o lugar das mulheres como em todos os lugares, algumas das militantes passaram a trazer o debate para dentro de sua atuação profissional, para dentro dos partidos e dos movimentos sociais. Assim, conforme já expressei, a partir de suas atuações no movimento negro, Silvia Cristina/ Black e Paula Baltazar, no Centro de Cultura Negra (CCN), dinamizaram o debate feminista. Também, na mesma linha, atuou Beatriz Fontana, quando em sua profissão enquanto educadora popular na Associação de Saúde da Periferia (ASP) trabalhava a partir de uma perspectiva feminista, segundo ela

a gente tinha nossas agendas que era de planejamento e dentro desse planejamento se incluíam as ações e, de alguma forma, contemplavam os objetivos de promoção das mulheres, de promoção de cidadania, de reflexão e dentro dessa questão de saúde e educação fica muito fácil de tu incluir na agenda a questão de direitos humanos numa perspectiva feminista, não era nada difícil, aliás foi uma das épocas que eu tive muito prazer no trabalho que eu fazia (Entrevista realizada em 13 de abril de 2024).

O engajamento do Grupo na causa das mulheres, entretanto, não consistiu, inicialmente, em um projeto cujo objetivo seria de longo alcance, de acordo com Beta Beserra “Não era de início nenhum interesse de fazer uma militância aberta”⁶⁵, pelo contrário, ele iniciou tímido, com poucas participantes que se reuniam nas casas de umas e de outras com o objetivo de falar sobre os seus problemas enquanto mulheres, pensar a sua existência, compartilhar seus medos e desejos. Ainda segundo Beta Beserra:

a gente se reunia nas casas da gente, geralmente era na casa de Helena que era uma menina do Rio [...], ou então na casa da Lucila que ficavam aí perto da Beira Mar, essa beira mar que tem aí no centro de São Luís. E eu morava no Calhau né, minha casa era no Calhau e eu me abalava a noite pra essas reuniões que iam até 1h, 2h da manhã as vezes. As reuniões eram pra gente pensar o que oprimia, o que que a gente sentia limitada, era uma coisa que era muito por aí (Entrevista realizada em 11 de abril de 2024).

A militante Mirian Regini Nuti chamou a atenção para um fato importante: o preconceito que se tinha com as mulheres vindas de outros Estados brasileiros o que, obviamente, resultaria em uma organização feminina mais contida em seu início

⁶⁵ Entrevista realizada com Beta Beserra, concedida em 11 de abril de 2024.

no início então eram as reuniões, promover algumas atividades, não podia ser uma coisa ostensiva nem grande [...] tinha uma preocupação de fazer coisas, começar um trabalho, mas não podia ser uma coisa muito ostensiva, muito aberta, muito agressiva, porque tinha esse preconceito com as mulheres de fora, que era muito forte [...] a ideia era introduzir as questões, discutir primeiro em grupos pequenos pra poder ter condição de continuar, sabe esse caminho (Entrevista realizada em 29 de abril de 2024).

Sobre essas reuniões em grupo, ainda de acordo com Mirian Regini Nuti,

Esses grupos serviam pra você também dar um suporte coletivo e isso fazia com que as mulheres que tinham problemas de perseguição no trabalho ou até pessoais com seus companheiros ou companheiras, ou não eram aceitas pelo homossexualismo, tudo isso era discutido nesses grupos. Além, como no caso de São Luís tinha a questão do contexto, que todas eram praticamente ligadas à reflexão da sociedade, então entrava esse lado também, porém, inicialmente, era uma coisa como um ciclo da conscientização da sua própria condição de mulher naquele momento (Entrevista realizada em 29 de abril de 2024).

Na perspectiva feminista da não naturalização das coisas, esses encontros em grupo projetavam o reflexo da realidade e incitavam o olhar político sobre o mais íntimo, o que até aquele momento não era contemplado, pois, de acordo com Biroli (2014, p. 31) “Na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impossibilidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo”. E acrescenta que a dualidade entre a esfera pública e privada “é uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo [...] das relações familiares” (Biroli, 2014, p. 30). Sobre isso a militante Paula Baltazar nos diz que:

A fala que o privado que a gente vive dentro das quatro paredes da nossa casa é altamente político e revolucionário, e que as nossas relações afetivas, amorosas são revolucionárias, são políticas, né? Elas se dão através desse viés político e cultural que nós vivemos. Então pra mim isso foi o maior ganho né, que eu sempre olhava esses fenômenos do racismo, do machismo como fruto apenas de uma sociedade, mas que isso não poderia ter reflexos tão intensos dentro da família, né? E pra mim, assim, eu comecei então a partir daí o Grupo Mulheres da Ilha pra mim trouxe um grande ganho, porque a partir daí eu passei a questionar né, a minha relação afetiva, como que isso se passava, né essa relação homem e mulher, onde é que estava o machismo nisso e aí eu comecei a entender que o mais privado do privado é a minha vida subjetiva e é nisso que eu foco, né (Entrevista realizada em 24 de abril de 2024).

Embora todas as militantes do Grupo Mulheres da Ilha se refiram a esse momento de reflexão feminista como “reuniões”, “encontros”, esse era um grupo que assumia a mesma feição dos grupos de consciência/reflexão que existiam no Brasil afora, conforme trabalhado no primeiro capítulo deste estudo. A militante Mirian Regini Nuti, por exemplo, recordou sobre os grupos de mulheres em Campinas-São Paulo, nos quais elas trocavam ideias, falavam dos seus problemas enquanto mulheres, revelando a semelhança entre o que acontecia nos grupos de mulheres em Campinas e em São Luís.

Como característica importante desses grupos, há que se mencionar que não constava em sua programação tema pré-estabelecido, elas falavam, se ouviam e refletiam, “não tinha uma formalidade, tal dia tal, não! Surgia a questão e se reunia [...], outra coisa, do grupo das mulheres não havia uma liderança, cada uma das coisas era decidida na hora”⁶⁶.

Por vezes, as discussões também eram orientadas por textos e outras publicações que incitavam o debate levantando temas de reflexão como, por exemplo, sexualidade, aborto, opressão feminina, machismo na sociedade ou nas relações familiares e a dupla jornada de trabalho.

Algumas reuniões era quase que uma terapia de grupo, os problemas que as mulheres traziam e a partir daí a gente discutia isso no âmbito da vida social e da cidade. Sexualidade, violência doméstica, perseguição profissional, aborto, aborto era uma questão muito complicada em São Luís, porque era difícil fazer e perigoso, né, métodos anticoncepcionais, machismo, óbvio, né, a gente até esquece de nominar porque é uma coisa tão óbvia, né? Até essa questão, mesmo as mulheres que eram casadas com homens que do mesmo nível social, as vezes professores, engenheiros e tinham as questões das diferenças e tinham que tratar de machismo nesses casos. Então as primeiras reuniões do grupo eram muito em cima disso e as pessoas traziam exemplos (Entrevista realizada com Mirian Regini Nuti em 29 de abril de 2024).

No depoimento da militante Victória Diaz, ao ser mencionada as razões pelas quais as mulheres se reuniam no grupo, a fala acerca da opressão que vitimava as mulheres apareceu, entretanto, a depoente mencionou que nem todas as mulheres enxergavam essa opressão. Segundo a fala de Victória Diaz, para médica Maria Aragão, importante figura pública e militante do Partido Comunista profundamente envolvida nas questões sociais da sociedade ludovicense, se as mulheres se sentiam oprimidas, os homens eram tão oprimidos quanto elas, discurso que muitas vezes colocava em segundo plano a luta feminista sob a alegação de que mais importante seria investir na luta de classes – argumento bastante comum entre grande parte da esquerda política brasileira àquela época.

Maria Aragão faz uma autocrítica, né? ela tinha uma visão sobre feminismo que não era uma visão tão positiva, né? porque ela partia de uma visão bem marxista, tinha uma corrente do marxismo que dizia que o feminismo era divisionista, como hoje alguns intelectuais marxista, alguns colocam que os movimentos feministas, são identitários, quando eles dizem identitários eles estão querendo rechaçar a importância política do movimento, porque o movimento feminista nunca foi só identitário, claro que a gente trabalhou com a questão da identidade, fortalecimento do eu, mas a gente nunca deixou de trabalhar as questões coletivas, nem deixamos de puxar a questão da luta de classes como a questão central (Entrevista realizada com Mary Ferreira em 21 de março de 2024).

Diante dessas reuniões que contemplavam a reflexão, não demorou muito para que as militantes do Grupo Mulheres da Ilha fossem, por vezes, chamadas de “burguesas”. De acordo com Beta Beserra, em razão do grupo de início não ter tido interesse em fazer uma militância

⁶⁶ Entrevista realizada com Victória Diaz, concedida em 10 de abril de 2024.

aberta, foi por isso muito criticado “diziam que era um grupo elitizado, que eram mulheres de elite que se reuniam pra falar dos seus probleminhas [...]”⁶⁷.

Há que se chamar atenção para constituição do grupo, pois, além de ser composto por mulheres com formação superior, dentre elas professoras e estudantes universitárias, do ponto de vista racial, entretanto, não era um grupo homogêneo, mas era constituído por uma maioria branca. Em vista do fato de que muitas delas tinham uma situação de vida relativamente confortável, as temáticas existentes no grupo, muitas vezes, poderiam não dar conta de perpassar as barreiras de classe, por esse motivo, a adjetivação que consistiu em denominá-las “burguesas” também pode ser considerada.

No depoimento da militante Mary Ferreira, há uma argumentação contrária à ideia de que o Grupo era de burguesas, a partir da revelação de sua origem social e de parte das integrantes, as quais, diante de suas limitações relativas ao tempo dedicado ao grupo não permaneceram por um período significativo:

as críticas que fazem pra dizer que as Mulheres da Ilha elas foram um movimento mais de mulher burguesa, eu já vi gente dizendo isso, não é verdade! Eu nunca fui burguesa, eu vim de família muito pobre, paupérrima, filha de pescador, trabalhei como telefonista, secretária até depois ser bibliotecária, né? Então eu sempre fui do grupo, fui fundadora do grupo, eu e a Silvia. Ela vinha de uma família de classe média, mas ela era adotada, as outras eram professoras, né? É claro que não dá pra se comparar uma estudante sem bolsa como era meu caso, com uma professora, que naquela época ganhava muito bem. Nos anos 80 os professores da UFMA ganhavam muito bem. [...] Mas tinha comerciária (que ela trabalhava nas lojas), tinha professora que não era da rede pública estadual, municipal [...] até empregada doméstica tinha [...] (Entrevista realizada em 21 de março de 2024).

Além disso, a ideia de que o Grupo Mulheres da Ilha era de burguesas é pelas militantes contestada quando elas apontam que o grupo passou a desempenhar importantes trabalhos junto à comunidade, nas ruas, nos bairros, em passeatas e eventos, perdendo pouco a pouco o seu caráter reflexivo quando, conforme Beta Beserra exprime: “nós começamos a pensar na possibilidade de abrir essas conversas com outras mulheres”⁶⁸.

O Mulheres da Ilha era um grupo de maioria universitária, os debates se davam dentro dos muros da universidade, ao ver das militantes, era um conhecimento que deveria ser compartilhado, organizado para atender de maneira efetiva às diversidades de mulheres, e se constituía uma causa que carecia de novos adeptos. A entrada das militantes do Grupo Mulheres da Ilha nos bairros populares de São Luís foi uma das estratégias de compartilhar/ampliar o debate feminista, o qual foi realizado em um contexto de luta das moradoras pela posse de suas

⁶⁷ Entrevista realizada com Beta Beserra, concedida em 11 de abril de 2024.

⁶⁸ Entrevista realizada com Beta Beserra, concedida em 11 de abril de 2024.

habitações e, quando de suas reivindicações pelos serviços de creches para suas crianças, e serviços básicos, tais quais água, coleta de lixo, rede de esgoto e transporte coletivo eficiente.

Entretanto, há que se chamar atenção que essa entrada nos bairros populares da cidade de São Luís, a exemplo do São Bernardo, Vila Padre Xavier, Vila Conceição, Vila Isabel e Bom Jesus, ou até mesmo cidades metropolitanas como, por exemplo, Raposa, puderam ser feitas, em alguns casos, a partir da ajuda da Igreja Católica, com suas lideranças contatando junto aos clubes de mães, associações de bairros, ou por meio de pesquisas desenvolvidas por algumas das militantes, como no caso da Militante Ieda Cutrim e da Lucila Scavone.

Nesse contexto, os movimentos de mulheres nos bairros de São Luís constituíam-se uma realidade, de modo que sua atuação se dava a partir de seus papéis sociais de mães e esposas, o que conferia a esses movimentos caráter diferente dos demais movimentos no quesito ação política e organização, de modo que traziam visibilidade a setores sociais obscurecidos (Soares, 1998). De acordo com Saffioti (1988) os movimentos de mulheres contestavam a lógica do patriarcado-capitalismo – contestavam o patriarcado quando lutavam por demandas que atendiam às especificidades das mulheres e contestavam o capitalismo quando se uniam aos movimentos gerais dos trabalhadores e consumidores.

Figura 1 - As militantes Silvia Cristina/ Black, Paula Baltazar e Beta Bezerra antes da reunião com as mulheres na invasão que deu origem ao bairro São Bernardo



Fonte: Fotografia cedida pela militante do Grupo Mulheres da Ilha Silvia Cristina/ Black.

O Grupo Mulheres da Ilha, entretanto, não adentraria esses bairros com seus discursos de emancipação feminina e igualdade sexual sem que sofresse críticas, aquelas eram mulheres que lutavam por sua sobrevivência cotidiana e de seus familiares, pensar as questões próprias às mulheres, muitas vezes, não estavam em seus planos. De acordo com a militante Beta Beserra:

Já quando foi acabando a ditadura é que esses movimentos foram se fortalecendo nos bairros, e realmente eles eram muito capitaneados por mulheres, eram as mulheres que puxavam a luta pela água no bairro, a luta pelo calçamento, a luta pelo não sei mais o quê e muita gente criticava que dizia que a gente ficava querendo, o grupo de mulheres, querendo puxar assunto que não importavam, que não iam ajudar aquelas pessoas, que o importante era lutar pela água, era lutar por trabalho, era lutar por condições de vida, entendeu? Isso tinha, isso era um tipo de crítica que o Mulheres da Ilha recebia muito, que a gente ficava conversando abobrinha, né? Tipo assim, abobrinha que não vai levar pra lugar nenhum (Entrevista realizada em 11 de abril de 2024).

Esses pensamentos revelados pelas mulheres dos bairros que colocavam como prioridade os assuntos de suas necessidades básicas de sobrevivência foram, muitas vezes, discutidos pelas militantes, de modo que compreendiam que suas condições enquanto mulheres eram privilegiadas, pois, dadas as suas melhores condições de vida enquanto professoras ou desempenhando demais funções enquanto profissionais liberais, dispunham de tempo livre a noite para usar conforme desejassem, algumas possuíam um carro para ir às reuniões na casa das integrantes do grupo, “era uma situação diferenciada”⁶⁹.

A militante Beta Beserra ainda chamou a atenção para a dupla jornada desempenhada por essas mulheres, a qual se revelou na atribuição do trabalho externo ao lar e no trabalho interno com os afazeres domésticos e cuidados com os filhos, nessas condições “a mulher que tá lutando direto não tem nem tempo pra pensar no seu corpo, se é dona ou não é dona do seu corpo”⁷⁰. Essa divisão sexual do trabalho, que destinou o trabalho doméstico às mulheres é, de acordo com Nogueira (2010) um fenômeno histórico, o qual na sociedade capitalista é majoritariamente feminino, estejam elas dentro ou fora do espaço produtivo. A autora ainda destacou que no desempenho da dupla e as vezes tripla jornada, implicou-se sobre essa mulher a exploração do capital e mais, a opressão de gênero.

Mas, mesmo diante de uma realidade dura, que exigia ações cotidianas por melhores condições de vida, o Grupo conseguiu adentrar os espaços dos bairros periféricos e foi, por muitas vezes, surpreendido.

⁶⁹ Entrevista realizada com Beta Beserra, concedida em 11 de abril de 2024.

⁷⁰ Entrevista realizada com Beta Beserra, concedida em 11 de abril de 2024.

2.1.1 “Passamos a trabalhar com elas só o que elas queriam”: sexualidade e saúde da mulher

A temática sexualidade, até os dias de hoje ainda é debatida com certa resistência, sobretudo, pelos setores conservadores e religiosos. A sexualidade enquanto tema de discussão, embalou muitas conversas feministas e não feministas no contexto da Segunda Onda. À propósito, de acordo com a historiadora Pedro (2024), há quem diga que nos países do Cone Sul- Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, uma “Revolução Sexual” não aconteceu. Essa afirmativa decorre do contexto de regimes militares que imperavam nesses países, dificultando as transformações, posto que eram anticomunistas e antifeministas. Entretanto, as pautas da “Revolução Sexual” e da “Segunda Onda” do feminismo puderam circular nesses países, fossem por meio da música, das revistas, dos jornais, ou das peças teatrais, ou ainda, quando por meio de estudos, viagens, exílio ou por banimento as pessoas tinham contato com os países da Europa ou os Estados Unidos, por exemplo (Pedro, 2024).

De maneira genérica, as pautas da Revolução Sexual, que eram veiculadas por meio do feminismo de “Segunda Onda”, traziam para a cena política a questão do corpo, da busca pelo prazer sem tabus de ordem moral, da sexualidade livre e dos direitos reprodutivos. Se, conforme exposto no tópico anterior, as mulheres dos bairros periféricos preocupavam-se com problemas pontuais, relacionados à sua sobrevivência cotidiana, tais quais, a ausência de creches, o saneamento básico, a ausência do asfalto, por outro, o grupo conseguiu adentrar o espaço dos bairros, dinamizando o debate feminista, mesmo aquele que dizia respeito à sexualidade, por vezes, com a parceria de uma liderança religiosa.

Sobre isso, durante o desempenho de atividades nos bairros periféricos de São Luís, certa vez, o Grupo Mulheres da Ilha foi convidado por um líder religioso da Igreja Católica. O líder religioso em questão era o Padre Marcos Passerine⁷¹, o qual, de acordo com as militantes era pároco da Igreja de São João, no centro de São Luís. No que compete ao envolvimento da Igreja Católica em São Luís com grupo de mulheres, verifica-se uma conexão tal qual no restante do país, de modo que pode ser possível verificar a importância da Igreja Católica progressista como uma auxiliar na luta por questões sociais e a dinamizar a vida diária das

⁷¹ O Padre Marcos Passerine é um sacerdote da congregação dos Missionários Cambonianos, nascido na Itália em 16 de maio de 1941, profundamente envolvido com as causas e movimentos sociais, preocupando-se com as minorias marginalizadas, de modo que em São Luís, desenvolvia trabalhos em apoio às pessoas dos bairros periféricos, tais quais Vila Padre Xavier e São Bernardo, ainda trabalhando em defesa de crianças em situação de rua. Atualmente em São Luís existe uma instituição que leva o seu nome, é o Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes Pe. Marcos Passerini.

mulheres à frente de situações de conflitos nos bairros, dado seu envolvimento religioso e sua militância política (Nunes Rosado, 1991).

O padre Marcos Passerine solicitou ao grupo Mulheres da Ilha para desenvolver um trabalho sobre organização política no bairro do São Bernardo, com lideranças de mulheres que por lá estavam se formando, falar sobre política seria a ideia, entretanto, elas optaram por falar, dentre tantas outras temáticas, acerca de sua sexualidade, o que até aquele momento era pouco abordada. De acordo com a fala de Mary Ferreira:

a gente era um grupo feminista, pra nós era importante ouvir o quê que as mulheres queriam, e aí a gente foi falando de coisa, falando de coisa e a gente queria saber o quê que elas queriam conversar. Pra nossa surpresa elas queriam falar sobre filho, sobre sexualidade, sobre prazer, sobre tezão, nada de falar de política, elas não queriam falar de política, eles queriam falar sobre isso, como evitar de ter filho, que elas já tinham muito filho, como ter prazer, como convencer o marido dela a deixar ela trabalhar, essas coisas que elas queriam saber, fortalecimento da autoestima e nós então passamos a trabalhar com elas só o que elas queriam (Entrevista realizada em 21 de abril de 2024).

Segundo Joana Maria Pedro em “Feminismos na América do Sul entre os séculos XX e XXI” (2024) é possível identificar como em países como, por exemplo, Bolívia e Peru as origens do feminismo de “Segunda Onda” estão relacionadas aos trabalhos desenvolvidos por pessoas pertencentes às instituições religiosas católicas, no caso desses países, contaram com a participação das freiras da congregação Maryknoll, cujo histórico é de apoio aos indígenas, imigrantes e demais grupos excluídos socialmente. Na Bolívia, as narrativas dão conta de dizer que foram três freiras católicas norte-americanas que iniciaram os grupos de reflexão. No Peru, por sua vez, foi marcante o trabalho de mulheres religiosas a favor de prerrogativas feministas, de tal modo que a Pontifícia Universidade Católica, do Peru, formou importantes feministas peruanas, entre elas Virgínia Vargas e Patrícia Ruiz Bravo, sob influência das irmãs da congregação de Maryknoll.⁷²

Em São Luís era comum que as reuniões com as mulheres dos bairros acontecessem aos fins de semana, em espaços como associações e/ou clubes de mães, pois aos sábados e domingos eram os dias que tanto as militantes, quanto essas mulheres estavam em casa e era na sexualidade que, muitas vezes, existia o desejo de saber, ou mesmo que operavam os tabus:

falar de maternidade né, quer ser mãe, não quer ser mãe, não é? então eram questões assim que quando você levava para as mulheres era muito forte e como falava da sexualidade era mais forte ainda, porque a mulherada travava falando uma coisa básica, preventivo. Aí nós trouxemos Maria Aragão, Maria veio pra o grupo e fazia os exames da mulherada e a gente falava “importante as mulheres fazerem preventivo” ó a doutora Maria Aragão está lá no Aldenora Bello aí a mulherada começava fazendo

⁷² É evidente, entretanto, que algumas temáticas do feminismo de “Segunda Onda” não foram incorporadas pela Igreja Católica, tal qual o aborto, por exemplo, uma vez que, de acordo com essa instituição religiosa, a prática cercearia o direito à vida, o que a Igreja se posicionava em defender.

exame com ela porque a questão do corpo era travado (Entrevista realizada com Silvia Cristina/Black em 13 de abril de 2024).

Historicamente os corpos das mulheres, quando comparado aos dos homens foram cerceados, na dicotomia do masculino e feminino, ao feminino era atribuído o controle e ao masculino a liberdade (Oliveira, 2020), não à toa esses adjetivos se tornaram constantes no seio social, trazendo bloqueios que, muitas vezes, operavam impossibilitando o alcance do conhecimento sobre seu próprio corpo. Mas, na ideia do feminismo de “Segunda Onda”, o qual o Grupo Mulheres da Ilha era contemporâneo, mais do que quebrarem os tabus, buscava-se pelo autoconhecimento das mulheres, de modo a “mudar uma ordem de relações sociais estabelecidas onde as mulheres não [tinham] hora, nem vez” (Scavone; Fontana, 1985, p. 20)

Figura 2 - Matéria de jornal em que o Grupo Mulheres da Ilha fala sobre sexo no 8 de março



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão*, 10 de mar. 1981, p. 1, nº 3000.

O Grupo Mulheres da Ilha atuava promovendo a divulgação das diversas temáticas que perpassavam o feminismo por meio do desenvolvimento de eventos. Dentre os vários eventos promovidos pelo grupo, a matéria jornalista acima evidencia um que ocorreu em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, sendo um encontro que privilegiava a temática do sexo, no colégio Liceu Maranhense. Além do Grupo Mulheres da Ilha e tantas outras mulheres, houve a

presença da médica Maria Aragão e de alguns homens. A fala da médica Maria Aragão, nesse encontro, destacou, por exemplo, a desvantagem da prática sexual pelas mulheres, cuja insatisfação delas advém da falta de compreensão masculina, cansaço do trabalho rotineiro no lar e da ausência masculina na colaboração com o trabalho doméstico, tido como tarefa própria às mulheres (Jornal O Estado do Maranhão, 10 de mar. 1981, p. 7, nº 3000).

Por ser esse um jornal de grande circulação na Ilha, a temática não ficou restrita às paredes do Liceu Maranhense, alcançando mais mulheres. À propósito, a foto da matéria acima é apenas uma chamada, a matéria principal encontrava-se na página 7, tomando o espaço superior e central do jornal, denotando ser uma temática que chamaria a atenção do leitor, sem desconsiderar ainda a sua relevância, tendo em vista que, eventualmente, muitas mulheres concordariam com a fala de Maria Aragão, quando justificou os motivos pelos quais a prática sexual pelas mulheres era desvantajosa.

Quando o assunto era a sexualidade, não havia a possibilidade de abordar a temática sem entrar na questão saúde da mulher, profundamente debatida e solicitada junto aos órgãos competentes. Pensando em levar o conhecimento sobre o seu próprio corpo, uma vez que, muitas mulheres não tinham acesso a isso, o grupo, além de promover eventos relacionados à saúde e sexualidade feminina, ministrava em oficinas, compartilhava cartilhas, brochuras que além de levar a causa feminista, também possibilitava autoconhecimento.

Durante o processo de implantação do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), no Maranhão, programa que tinha a missão de dar atenção integral à saúde das mulheres e valorizava as práticas de educação em saúde e sexualidade, conforme explanado no primeiro capítulo do estudo, o Grupo Mulheres da Ilha pôde ter uma atuação interessante. Na época quem governava o Maranhão era Eptácio Cafeteira (1987-1990)⁷³ e o movimento feminista do Estado pressionava por uma implantação do programa que realmente estivesse alinhada com a filosofia por ele defendida, assim é que tanto o Grupo Mulheres da Ilha quanto o Viva Maria foram convidados a prestar consultoria ao programa. A militante Beatriz Fontana foi a escolhida para atuar no programa do governo, em vista de sua formação em gênero e saúde.

Uma vez que o programa previa a formação de mulheres para o seu uso, algumas militantes do Mulheres da Ilha atuaram em oficinas, ensinando por meio de cartilhas outras mulheres a compreenderem o próprio corpo⁷⁴. A militante Mary Ferreira destacou a atuação:

⁷³ Eptácio Cafeteira governou o Maranhão entre os anos de 1987 a 1990, pelo PMDB, deixando o governo no final do mandato para ocupar uma vaga no Senado.

⁷⁴ De acordo com Ferreira (2007) essas eram cartilhas distribuídas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com a parceria do Ministério da Saúde e do movimento feminista de diversas partes do Brasil.

A primeira coisa que a gente trabalhava pra haver uma compreensão do que era ser mulher era a gente conhecer nosso próprio corpo, que tava além daquilo que tá no nosso visual, mas conhecer o que tá dentro, né? Dentro do seio, dentro da vagina, o quê que é o útero, o quê que é trompa, o quê que é o prazer, como é que você se estimula, como é que você pode ter prazer sozinha, você não precisa de homem pra ter prazer, onde que tá o prazer, tudo isso a gente ensinava, além de ensinar a como é que se cuidava né, essa coisa dos preservativos, essa coisa da prevenção, qual era o momento mais propício pra engravidar pra gente ter mais cuidado (Entrevista realizada em 21 de março de 2024).

Esse conhecimento compartilhado sugere a reflexão sobre a mudança na postura das mulheres que o recebiam, na medida em que estavam cientes sobre as doenças que poderiam lhes atingir, tais quais câncer uterino, câncer de mama ou doenças sexualmente transmissíveis, eventualmente reconfigurando o consultório médico como espaço de diálogo, mas não apenas esse espaço, o espaço que dizia respeito ao desfrutar de sua sexualidade certamente tomaria novo aspecto, uma vez que elas passavam a compreender seus corpos como agentes do seu próprio prazer.

Além da curiosidade que a temática sexualidade despertava, o desejo em saber mais sobre os métodos contraceptivos também podem ser destacados. Em vista da ausência de políticas públicas que atuassem levando esclarecimento sobre seu corpo e sobre o uso de métodos contraceptivos, as mulheres de São Luís dos anos 80 costumavam ter muitos filhos, o que aliado ao elevado quadro de desigualdade social, implicava diretamente em sua qualidade de vida enquanto mulher.⁷⁵

Diante de um quadro de gravidez, a recorrência às práticas abortivas se fazia corriqueiras, Silvia Cristina/Black, por exemplo, rememorou atuação das Mulheres da Ilha junto à pesquisa de uma das integrantes, a militante Lucila Scavone. A pesquisa que versava sobre a saúde da mulher no município de Raposa, à aproximadamente 19 km de São Luís, revelou uma situação delicada, a prática abortiva utilizando água de jornal, de acordo com Silvia Cristina/ Black “água de jornal era porque aquela solução que faz o jornal aquela química, é abortiva, e aí ela falou, a gente bota o jornal no fogo para ferver, toma aquela água.”⁷⁶

O Grupo Mulheres da Ilha, ao longo de sua história, sempre chamou a atenção sobre a necessidade da legalização do aborto, por intermédio das entrevistas, foi possível depreender que a defesa para isso se dava em razão da própria situação de pobreza que a população do

⁷⁵ A redução da taxa de fecundidade nas regiões Sul e Sudeste iniciou com anterioridade quando comparado aos Estados do Nordeste. Embora essa taxa, durante os anos 80, tenha reduzido em todas as regiões, no Maranhão, de acordo com Moreira e Fusco (2015), em “Dinâmica demográfica do Nordeste: Relatório de pesquisa” ela apresentava discretas reduções, de modo que, durante a década de 1980, apresentava a taxa mais elevada de fecundidade da região, com 6,9 filhos por mulheres.

⁷⁶ Entrevista realizada com Silvia Cristina/Black, concedida em 13 de abril de 2024.

Estado estava inserida, dificultando a existência das mulheres com uma prole numerosa, mas também, de acordo com Ferreira (2007) em razão da alta mortalidade materna, de modo que o aborto era uma das suas causas.⁷⁷

Não somente as mulheres com as quais o grupo desenvolvia trabalhos tinham suas pretensões temáticas. Fosse para escrever matérias nos Jornais da capital São Luís, brochuras, ou seus próprios livros e ou para palestrar nos eventos promovidos pelo Grupo, boa parte das militantes do Grupo Mulheres da Ilha tinham suas áreas que mais se sentiam à vontade em debater, fato que revelava um importante traço de suas personalidades. Beatriz Fontana e Mary Ferreira, por exemplo apresentavam particular interesse pela saúde da mulher, adentrando na temática dos direitos reprodutivos. Nos assuntos relativos à participação feminina na política, Victória Diaz era a que mais se sentia à vontade em discutir essa temática e, no que compete à mulher negra, as mais inclinadas para esse debate eram as militantes Silvia Cristina/Black e Paula Renata Baltazar, entre outras temáticas que contemplavam as demais militantes que não fizeram parte da pesquisa.

De todas as questões levantadas até aqui, chama atenção os discursos proferidos, entre os quais colocam em xeque a perene dualidade de forças progressistas e conservadoras que somente podem ser visualizadas através do contexto, o que torna necessária a compreensão disso à luz da Análise/Teoria Dialógica do Discurso de Mikhail Bakhtin e o Círculo. A propósito, a análise elaborada pelo que comumente se tornou conhecido por pensamento bakhtiniano estabelece a impossibilidade de se pensar o sujeito, a história, a língua e a linguagem em separado.

Para Bakhtin (2016) existe uma intrínseca relação entre o contexto e a linguagem, de modo que ressalva que as relações discursivas são históricas, ou seja, o sujeito é situado, chamando a atenção para uma análise que impere pautada no contexto - no seu dizer, em enunciados concretos. Assim é que se torna possível verificar, a partir dos discursos das militantes, inovações em suas falas que contrastam com décadas anteriores, em que é possível a percepção de mudanças históricas profundas, as quais se aludem na “Segunda Onda” feminista e em seus discursos de liberdade para as mulheres.

Ainda de acordo com Bakhtin (2016), nas relações dialógicas o enunciado é sempre responsivo,

cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte. Na maioria dos casos, os gêneros da complexa comunicação cultural foram concebidos precisamente para essa

⁷⁷ Em razão do aborto ser feito de maneira clandestina, das subnotificações e das limitações sobre esses registros, tornou-se tarefa difícil trazer com precisão os dados.

compreensão ativamente responsiva de efeito retardado. Tudo o que aqui dissemos refere-se igualmente às respectivas mudanças e adendos ao discurso escrito e ao lido (Bakhtin, 2016, p. 25).

Destarte, consciente disso há a possibilidade de inferir como esses novos discursos de liberdade para as mulheres passaram a ser recebidos pelas mulheres da capital São Luís e por aquelas (as militantes de outros Estados brasileiros que compunham o Grupo Mulheres da Ilha) que aqui chegavam. Esses novos discursos que do restante do Brasil, Europa e América Latina irradiavam, chegavam à capital São Luís e puderam ser respondidos com vistas a sua adaptação ao contexto e mais, nas suas práticas cotidianas e modo de encarar a realidade, a qual a cada dia rompia com as formas de dominações fossem elas simbólicas ou não.

2.2 “Eu sou feminista”

A relação de dominação do homem sobre a mulher, de acordo com o historiador francês Roger Chartier (1995), corresponde a uma dominação de origem histórica, cultural e linguística, cujas bases encontram-se na premissa das diferenças biológicas, que tomam traços universalistas e irredutíveis. Quando falamos sobre a condição feminina, os discursos que tomam como referência a mulher adentrarão na lógica de uma natureza que remeta à fragilidade, docilidade e maternidade.

No artigo intitulado “Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas”, escrito pela historiadora Rachel Soihet (1997) chamou-se a atenção para os discursos dos homens sobre as mulheres, os quais atuam em grande medida restringindo a liberdade e autonomia feminina, de modo que, a partir das diferenças entre os sexos (ideia de natureza), formulam as desigualdades, o que se revela em uma violência simbólica. A autora esclareceu esse pensamento quando disse que:

As mulheres são tratadas não como sujeito, mas como uma coisa, buscando-se impedir a sua fala e a sua atividade. Nesta perspectiva, a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina. [...] a construção da identidade feminina se pautaria na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; fato correspondente a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação (Soihet, 1997, p. 4).

Os discursos que se configuram enquanto violência simbólica, foram os mesmos defendidos, dentre tantos outros, no âmbito religioso, dentro do movimento iluminista e pela medicina moderna, o que confere a ideologias tão diversas em suas bases, a consonância naquilo que compete às mulheres, o que pode se verificar nas linhas formuladas pela historiadora Rachel Soihet quando exemplifica isso.

De acordo com o discurso religioso, sobretudo aquele que dizia respeito à Igreja Católica, importante instituição no Brasil afora, ressaltava-se a importância feminina nos lares, local em que era respeitada e que tinha gozo dos seus direitos, no desempenho de funções próprias a sua natureza - em um pensamento que aludia à contrariedade de sua presença nos espaços públicos. O pensamento iluminista, por sua vez, na defesa da razão, igualdade e liberdade para todos os homens, excluiu as mulheres. Se para os homens era necessária uma educação que lhes proporcionasse autonomia, por outro, para as mulheres a educação se destinaria a torná-la obediente ao marido e para agradá-lo.

Com vistas ao pensamento relativo à medicina moderna/social durante o século XIX, se verificou que os discursos cotidianos que aludiam às diferenças entre os sexos foram tomados por respaldo científico. Desse modo, em vista de sua biologia própria, sobre o homem recaiam as características da força, da racionalidade e da sexualidade desmedida, por outro lado, também em razão de sua biologia se constituíam características femininas o recato, a fragilidade, a afetividade e primazia das funções maternas sobre a sexualidade.

Diante do fato de que homens e mulheres possuem diferentes fisiologias, essas diferenças lhes impunham papéis sociais específicos, não obstante, passou-se a socialização da ideia de que a esfera pública é própria ao sexo masculino, e a privada própria ao feminino. Entretanto, a inconformidade feminina com vistas a essas premissas puderam ser sentidas quando mulheres romperam com as atribuições próprias ao seu sexo e puderam ir além em seus estudos, quando se desvencilhavam do único papel social a elas destinados, o de ser mãe, ou ainda, quando romperam com os espaços privados e procuraram expor sua opressão nos espaços públicos de poder, como fizeram as primeiras feministas ainda em meados do século XIX.

De posse dos argumentos referidos até aqui, em face do movimento feminista que a cidade de São Luís foi palco, é pertinente mencionar que na década de 1980, os discursos sobre as mulheres ainda eram, em sua maioria, os mesmos, em que preze o seu papel relativo ao lar ainda ser o principal - mesmo diante da avançada entrada feminina no mercado de trabalho, dos ideias de autonomia e liberdade sexual, de modo que os preconceitos de gênero, sentidos por partes das militantes entrevistadas neste estudo ainda vinham à memória, quando elas se referiam aos momentos em que se empenhavam na luta por seus direitos.

O Grupo Mulheres da Ilha, criado no ano de 1980, se autoproclamava na cidade de São Luís enquanto um grupo feminista e, no termo da palavra, de acordo com a militante Mary Ferreira, ser feminista era

Naquele período era exatamente buscar lutar por uma sociedade igualitária, pra mulheres e homens. Essa sociedade igualitária implicava em quê? Salários iguais,

maior participação na política, a luta contra a violência, a luta por uma educação sem gênero, que era uma educação que pudesse fazer com que os meninos pudessem se perceber, as meninas pudessem se perceber tão importante quanto os meninos. Então tudo isso tava dentro do debate feminista. Ser feminista significava estar na luta pra que essa sociedade pudesse se igualar, né? e nesse igualar era ter respeito às diferenças, né? Eu quero continuar sendo mulher, ter direito a um salário justo, igual no mesmo cargo, ter direito as profissões que já haviam antes sido negadas, e ter direito a uma maior participação na política, tudo isso era, estava dentro do princípio do feminismo (Entrevista realizada em 21 de março de 2024).

A identificação com o movimento feminista, fosse por sua luta que colocava em xeque os ideais de feminilidade, quando as mulheres lutavam por igualdades de condições políticas e sociais nos espaços públicos e também privados, ou fosse pelas leituras feitas mundo afora sobre o movimento, colocando em questão pensamentos preconceituosos sobre as chamadas feministas, foram percebidos em maior, ou menor grau pelas militantes do grupo em São Luís. Beta Beserra, por exemplo, fez referência em sua entrevista a esse pensamento, e que ouvia muitas mulheres dizerem “eu sou feminina, eu não sou feminista”, “Feminista é uma coisa muito feia, ser feminista é querer destruir os homens, é querer tirar os homens da vida da gente”⁷⁸.

Não bastasse isso, de acordo com Mary Ferreira, os discursos de liberdade propagados pelo movimento também puderam incorrer em interpretações variadas pela sociedade ludovicense:

E qual era a representação que ficava pra sociedade? Esse que era, eu acho o grande ponto, a representação que ficava pra maioria da sociedade, mais que circulava aqui dentro da Ilha é que nós éramos mulheres meio despudoradas, mulheres transgressoras, porque nós tínhamos um comportamento muito livre. (Entrevista realizada em 21 de março de 2024).

Ademais, o comportamento livre que a militante deixa transparecer é aquele que diz respeito a viver sem se preocupar com as normas sociais que diziam o que deveria ou não uma mulher fazer, à propósito, essa é a ideia do feminismo que imperava nesse contexto e que propunha romper com as amarras de uma sociedade sexista, que impunha papéis sociais a homens e mulheres. Mesmo as mulheres casadas do grupo permitiam-se viver suas vidas, sem necessariamente estar com o marido ao lado, no que saíam sozinhas, dançavam e se divertiam. É pertinente, entretanto, considerar a realidade social em que elas viviam, posto que em sua maioria eram mulheres independentes economicamente e esclarecidas, o que colaboraria em muito para a realização de suas próprias vontades, se consideramos que essa não era a realidade da maioria das mulheres da cidade durante esse contexto.

⁷⁸ Entrevista realizada com Beta Beserra, concedida em 11 de abril de 2024.

Cynthia Andersen Sarti em “Feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória” (2004), aponta para o caráter pejorativo que inicialmente incidiu sobre ser feminista, na medida em que essa compreensão vinha de diversos eixos, o que se contempla na fala da autora ao dizer que “viviam-se sob o fogo cruzado” (Sarti, 2004, p. 40). Para a esquerda brasileira, o feminismo era um reformismo burguês, para a direita era um movimento imoral e perigoso, para outros, independente da sua ideologia e de seu sexo, o feminismo era antifeminino.

A ideia de feminilidade, de acordo com o que se revela, portanto, estava de um lado e o feminismo do outro, no que o feminismo assumia o papel de antifeminino a contar de suas manifestações contra o patriarcalismo nas famílias, contra a maternidade compulsória, quando buscavam superar a ideia de virgindade para as solteiras e desfrutar de sua sexualidade, e mais, quando se posicionavam contra os estereótipos destinados às mulheres, tais quais os modelos de beleza, a delicadeza (Soihet, 2005). Nesse sentido, a militante Beta Bezerra, por exemplo, rememora que algumas mulheres, a partir da ideia veiculada de que o feminismo era o avesso de ser feminina, ouvia algumas mulheres externarem que não gostavam do feminismo e que eram femininas e não feministas, o esclarecimento da militante de que a causa feminista era muito maior do que esse dualismo, entretanto, muitas vezes lhe levou a dizer “tá tudo bem, eu sou feminista, mas também sou feminina”⁷⁹.

Silvia Cristina/ Black, militante do Grupo Mulheres da Ilha, considera que, durante esse momento, elas quebraram paradigmas, sobretudo, esse que aludia ao ideal de feminilidade. Parte das militantes, por exemplo, fizeram menção a não fazerem o uso da depilação, fosse nas axilas, pernas ou nas partes íntimas, também assumiram o Black Power, o cabelo armado, signo de não adequação e força da identidade negra, dentre outras que iam de encontro às normas sociais.

Foi um quebra, quebra paradigma, né? porque a gente contrariava o que era dito normal. Eu usava meu Black power armado, usava minhas roupas sem calcinha, queria liberdade, então assim quebrou aquele padrão, não é? De que não é assim, não é? porque a gente quer viver, sem regras sem normas. A maioria não raspava as axilas, raspa se quiser ninguém é obrigado, porque uma norma ... Então assim muitas não raspava a axila, muita não raspava a perna, não tirava pelo da vagina, ia pra praia com os cabelos ... era um choque na Ponta da Areia, que na época era praia de referência e a gente vivia de uma forma mais tranquila possível, não é? então isso aí mexia com a cabeça, “ah lá vem as mulher pelada”, “lá vem a mulher cabeluda” e às vezes a gente botava até uma fitinha, amarrava o lacinho debaixo do braço, cara, era muito louco isso, era só para contrariar a norma (Entrevista realizada com Silvia Cristina/ Black em 13 de abril de 2024).

⁷⁹ Entrevista realizada com Beta Beserra, concedida em 11 de abril de 2024.

De acordo com a historiadora Rachel Soihet, em “Zombaria como arma antifeminista” (2005), não foram poucos os casos em que se utilizaram de estereótipos femininos ruins para designar mulheres que iam contra a ideia de feminilidade dominante e às relações estabelecidas entre os sexos, dentre esses estereótipos se destacam os de serem mulheres feias, grosseiras e masculinizadas. Na historiografia internacional, Betty Friedan é reconhecida, dentre tantos escritos, por seu importante livro “A mística feminina” (já citado no primeiro capítulo deste estudo), mas também por ser alvo de falas infelizes que colocavam em questão os preconceitos de gênero contra as mulheres. Nas passeatas que Betty Friedan e outras mulheres organizavam em prol de, entre outras, abertura de creches, igualdade de oportunidade, paridade de salários para as mesmas tarefas, legalização do aborto, a imprensa muitas vezes veiculava a informação com toques de sarcasmo e ironia, cujas descrições sobre elas perpassavam as de serem mulheres neuróticas, megeras ressentidas, frustradas que odiavam os homens, homossexuais (Duarte, 2006).

De acordo com o relato de parte das militantes, em razão de que alguns grupos feministas da Ilha de São Luís tinham algumas mulheres que se assumiam homossexuais, ou bissexuais, por vezes, se referiam a elas como, por exemplo, “grupo de sapatão”. Não obstante, contam as militantes, sobretudo, Silvia Cristina/Black e Mary Ferreira que numa frente organizada pelas militantes nas ruas, em prol da eleição de Lula, um deputado e radialista desvalorizando a organização das mulheres se referiu às militantes como “um bando de caetana, desocupada, não tem o que fazer” o que, de acordo com a fala de Mary Ferreira “caetana é uma planta trepadeira que tem aqui, então ele tava chamando a gente de trepadeira, de prostituta”⁸⁰.

O processo de liberação das mulheres encontrou seu auge durante a década de 1980, de acordo com a historiadora Mary del Priore (2014), isso pode ser demarcado pelo crescimento observado das mulheres no mercado de trabalho, a liberalização dos costumes, o controle sobre a quantidade de filhos a partir dos métodos contraceptivos, o divórcio, entre outros fatos que tiveram consequência imediata sobre a família e os casamentos. Os discursos de liberdade sexual e igualdade entre os sexos se somavam a isso como prerrogativas feministas substanciais, de tal modo que, na sociedade ludovicense, tais mulheres poderiam ser vistas como “mulheres livres”, “meio despudoradas”, “mulheres transgressoras”, o que de acordo com a militante Mary

⁸⁰ Usando de sarcasmo a militante Mary Ferreira mais tarde usou o termo “caetanas” no título do seu livro.

Ferreira havia até mesmo um temor em namorar uma feminista, haja vista esses pensamentos preconcebidos⁸¹.

Entretanto, sob o embasamento de afirmar sua autonomia e de fortalecer suas identidades enquanto mulheres, as militantes do grupo em questão costumavam sair para se divertir em grupos de mulheres e não raro expulsavam homens de suas mesas, recusavam bebidas por eles pagas, o que muitas vezes repercutia como irracional para muitas pessoas, tendo em vista os papéis que aludiam a cada sexo. A sociedade ludovicense, em alguns âmbitos, resistia a uma transformação social tão intensa nos costumes, como se revela a seguir na fala da militante Mary Ferreira.

Tinha em 1980 aqui em São Luis, tinham lugares que não permitiam a presença de mulheres sozinhas, então eu particularmente, algumas vezes eu andei só, nem sempre eu tinha companhia então eu ia só, porque eu gostava de sair e muita das vezes eu fui negada de ser servida né, bebida e aí eu fazia confusão, eu e outras colegas, então quando tinha duas mulheres, quando saía de dupla, eles não queriam servir. Aqui tinha um barzinho chamado italiano, que era lá onde ali é hoje do lado da prefeitura, aquele terraço, ali era um bar de um italiano e ele não servia mulheres, e aí fizemos movimento várias vezes pra fechar o bar (Entrevista realizada em 21 de março de 2024).

Dada a quantidade de tempo de permanência e envolvimento no grupo, o sentimento de um estigma sobre ser feminista variava entre as militantes, de acordo com Beta Beserra,

eu não tenho essa memória, eu lembro que chamava atenção, chamava atenção esse movimento que foi uma coisa inédita em São Luís. Não tinha nada nesse teor e era como se as pessoas não entendessem o quê que mulheres faziam se reunindo, só mulheres, que coisa era essa? Como se fosse algo muito esquisito, muito estranho, nunca se tinha escutado falar ainda de um movimento de mulheres aí no Maranhão. Então eu lembro disso assim, que havia uma certa curiosidade de uma parte, o quê que essas mulheres tanto falam? O que é o movimento feminista, o quê que elas pretendem? Tinha um pouco assim, mas essa coisa de se sentir discriminada enquanto movimento não lembro (Entrevista realizada em 11 de abril de 2024).

Beatriz Fontana, por sua vez, ao relatar sobre sua experiência enquanto feminista na cidade chamou a atenção para o contexto social de desenvolvimento do feminismo, o qual, de acordo com ela, era propício para tais manifestações.

Nós éramos na verdade um grupo muito coeso em termos que a gente fazia, então eu acho que a gente se auto protegia muito bem e a gente conseguia espaços [...] a questão do feminismo, ela não vem sozinha, ela vem junto com uma série de reivindicações políticas de maior espaço de expressão, enfim, e quero te dizer que nessa época, na década de 80, em São Luís havia muitos movimentos, muito progressistas, muito até mais que em muitas partes do Brasil e esses movimentos se auto alimentavam, e na verdade nós tínhamos o apoio de uma série de outros, de outras ONGs com uma perspectiva progressista e com foco em direitos humanos, então, o grupo na verdade conseguia ter um espaço público que eu acho que hoje em dia não teria (Entrevista realizada em 13 de abril de 2024).

⁸¹ Não se pode deixar de mencionar, entretanto, que boa parte das militantes do “Grupo Mulheres da Ilha” durante os anos 80 eram mulheres casadas, das quais tinham famílias e filhos. O temor em namorar uma feminista que a militante menciona, se deve muito em razão da também ideia feminista de liberdade sexual para as mulheres.

Entretanto, Beta Beserra e Mirian Regini Nuti, enquanto duas antropólogas, chamaram a atenção para a ditadura vigente no início dos anos 80, quando rememoravam se havia um estigma feminista. Beta Bezerra, assim, como Mirian Regini Nuti eram envolvidas com pesquisas relativas aos povos indígenas, de acordo com Beta, para a ditadura, mulher e índio não faziam revolução, mas se estivessem envolvidos em outras frentes, podiam ser vistas como inimigas do Estado. Mirian, por sua vez, menciona que nesse contexto, ser feminista era o menor dos problemas para ela, uma vez que havia tantos cuidados a serem tomados na profissão de pesquisadora, fora o fato de ser ela uma mulher sozinha e originalmente da região Sul. A premissa de ser feminista, entretanto, não pode preceder a de ser mulher - sobretudo enquanto se pensa a situação social da mulher que só recentemente saía de casa para estudar, trabalhar, cujas lutas feministas se confundiam com suas realidades sociais de esposas que lutavam contra a dupla jornada de trabalho, contra o machismo dos maridos e opressão, por exemplo.

Conforme já mencionado, o Grupo Mulheres da Ilha era composto por uma maioria de mulheres professoras naturais de vários Estados brasileiros, a exemplo de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e eram mulheres com formação superior que na cidade de São Luís chegavam para trabalhar. Algumas das militantes exerciam o cargo de professora na Universidade Federal do Maranhão, enquanto que outras vieram como acompanhantes de seus maridos, e outras, ainda, para trabalhar em projetos desenvolvidos por ONGs (Organização Não Governamental), mas que, sobretudo, buscavam a sua autonomia enquanto mulheres através de sua independência financeira.

O objetivo de mulheres como eu aquela época era se fazer independente, autonomamente sem ter as amarras de pensar em se formar, casar, ter filhos e a profissão era a ponte e o objetivo maior da gente, a realização profissional era a base pra você conseguir essa independência que poderia te levar pra frente dependendo de valores básicos que você tivesse na cabeça (Entrevista com Mirian Regini Nuti realizada em 29 de abril de 2024).

A militante Mirian Regini Nuti, por exemplo, chegou na cidade de São Luís com o objetivo de trabalhar, uma jovem de apenas vinte dois anos, professora na Universidade Federal do Maranhão que enfrentou dificuldades enquanto mulher e enquanto natural de outro Estado brasileiro. Os relatos da militante na profissão enquanto jovem professora universitária deixa transparecer as brincadeiras dos rapazes e, muitas vezes, insultos. No que compete às dificuldades enfrentadas enquanto alguém que chegava na cidade, ela narra que naquela época, nos anos 80, por ser de fora era vista como “estrangeira”, o que se somava ao fato de chegar

sozinha e ser “diferente”, uma mulher ruiva que alguns ludovicenses se referiam pejorativamente como “fgoiío”.⁸²

A realidade daquele contexto social implicava às mulheres, na maioria das vezes, sair de casa para o casamento, para exercer a maternidade, entretanto, o caminho percorrido por essas militantes, a exemplo de Beta Beserra, assim como Mirian Regini Nutti e outras se fez diferente.

Eu saí de casa não foi pra casar, a maioria das minhas amigas que a gente se reunia saiu de casa pra casar. Não! Eu saí de casa antes, eu saí de casa pra ir à Brasília, eu saí de casa pra fazer mestrado com 21 anos, recém saída da graduação, eu fiz aqui ciências sociais, eu fiz aqui no Ceará, aí fui pra Brasília, de Brasília eu já fui pra o Maranhão [...]. Eu comecei minha vida sexual muito jovem, bem diferente de todo mundo da minha família, primas, ninguém teve a minha trajetória, porque na minha época não se tinha a minha trajetória, na minha época se casava virgem, então isso foi bem diferente (Entrevista com Beta Beserra realizada em 11 de abril de 2024).

A militante Beta Beserra disse perceber em seu modo de ser, de acordo com que ela mesma define, um “feminismo natural” que não abria espaço para ser oprimida. Mesmo na sua relação com o seu pai, seus irmãos mais velhos, ou com o marido nunca se sentiu “limitada por homem nenhum”, nem permitiu ser tomada sua autonomia de ser ou fazer o que considerasse certo, entretanto, ela tinha consciência de que ao seu redor várias outras mulheres sofriam violência doméstica, eram mortas por seus companheiros, inclusive feministas que compunham o grupo eram oprimidas por seus maridos, por isso considerava importante estar no movimento.

Em sua definição de um “feminismo natural”, embora a militante não concordasse com a ideia de determinações biológicas atribuída aos sexos, deixou, mesmo que inconscientemente, transparecer esse pensamento. Entretanto, faz-se necessário chamar atenção que, eventualmente, a militante estivesse inserida em uma realidade que lhe permitisse atuar de tal maneira, com pais, pode-se dizer, mais liberais e esclarecidos, ou com um marido que percebia na esposa a autonomia advinda de sua independência financeira.

A militante Beta Beserra chamou atenção para duas situações que se relacionam com a atuação das mulheres no Grupo Mulheres da Ilha e na própria militância de mulheres em tantos outros grupos que caracterizavam a época. Algumas militantes, de acordo com Beta, diziam que os maridos consideravam ruim o fato delas se reunirem e costumavam perguntar o que tanto elas conversavam até tarde, dadas as reuniões dos “grupos de consciência”. Mas no que compete a militar em outros grupos, que não grupo de mulheres, de acordo com ela:

⁸² Um traço que eventualmente pode ser considerado, em parte da sociedade ludovicense, com relação às pessoas que na cidade chegam, é o preconceito que advém da ideia que essas pessoas chegavam para tomar as vagas de emprego que poderiam ser dos ludovicenses, diante dessa ideia, o preconceito que a militante Mirian Regini Nutti algumas vezes relata, pode ter sido em decorrência disso.

Só duas mulheres militavam nas coisas, nesses grupos que tô te falando mais políticos, que não eram feminismos, eu e Maristela Andrade que era professora da UFMA, que é antropóloga também, ela não era do grupo de mulheres, mas eu tô te falando dessas outras militâncias, porque as demais mulheres os maridos iam pra militância, mas não queriam que as mulheres fossem. Eu militava com todo mundo, com esse monte de gente, era tanta gente, mas eu não via as mulheres (Entrevista realizada em 11 de abril de 2024).

Por outro lado, a militante Victória Diaz rememorou que alguns maridos se incomodavam sim com as reuniões feitas em casa, mais ainda pelo fato deles não poderem participar, dadas as circunstâncias de ser um grupo exclusivo de mulheres, entretanto, não chegava a ser uma chateação em alto teor, uma vez que em seu dizer “eles eram de alguma forma feminista”⁸³. Verificar a existência de companheiros que se identificavam com feminismo pode, eventualmente, revelar um traço importante das relações maritais das militantes, pois, além de apontar para a existência de relações mais igualitárias, também pode apontar para a compreensão de que haviam homens interessados nas mudanças sociais que garantiriam melhores condições em uma esfera política e social para as mulheres.

Entretanto, a experiência dessas mulheres com seus companheiros variava, pois, se para o companheiro de uma sobressaia um caráter que reconhecia a luta feminina por direitos e se unia a ela, para outras, isso muitas vezes não foi uma realidade, de modo que uma depoente chamou a atenção para a capa de homem de vanguarda vestida por seu companheiro à época, cujas palavras eram da boca para fora. Em seu ver, tanto a militância feminista, quanto o movimento negro e o movimento de mulheres negras são movimentos de valores e de mudança de paradigma, o que seu companheiro não partilhava, pois os discursos defendidos na militância não eram práticas comuns. A realidade social de cada uma das militantes, conforme se viu, implicou de maneiras variadas em suas experiências enquanto mulheres e feministas na São Luís dos anos 80, além disso, o debate sobre sexualidade e saúde chamavam a atenção não apenas das mulheres, sobretudo àquelas que, conforme se viu, estavam na periferia, mas também da imprensa, que veiculava matérias abordando a temática.

O capítulo seguinte tratará de analisar como o feminismo, a partir do Grupo Mulheres da Ilha, se conectava ao movimento feminista nacional e internacional, de modo que, além de analisar a conexão entre o debate acerca do feminismo negro, também pontuará acerca da violência que acometiam as mulheres durante os anos 80. As duas temáticas, portanto, se encontram no rol dos assuntos que, durante essa década, passam a chamar a atenção do movimento feminista, se constituindo como bandeiras de luta pelos direitos das mulheres.

⁸³ Entrevista realizada com Victória Diaz, concedida em 10 de abril de 2024.

CAPÍTULO III

3 CONEXÕES FEMINISTAS EM SÃO LUÍS

Um grupo de mulheres, o qual se denominava feminista, na cidade de São Luís, conforme se viu, emergiu durante o contexto de redemocratização do Brasil, em que vários grupos estavam se formando e lutando por suas demandas próprias. O feminismo que se desenvolveu nessa cidade, entretanto, em vista de suas condições econômicas, sociais e políticas peculiares, foi, em parte, bem diferente daquele experienciado pelas mulheres pertencentes aos países da Europa, ou dos Estados Unidos, por exemplo. Por outro lado, no que compete à América Latina, os feminismos que se desenvolveram nesses países apontam para similaridades, das quais advém do fato de que esses eram lugares que estavam a passar por regimes ditatoriais e reuniam condições sociais e econômicas similares as do Brasil. Diante disso, entretanto, não se pode falar em totais sincronias nos modos que se estabeleceram os feminismos nessas regiões, tampouco é possível afirmar totais dissonâncias com relação aos feminismos que se desenvolveram na Europa ou nos Estados Unidos.

Com base em tais sincronias e dissonâncias, o objetivo de compreender mais sobre o feminismo local, a partir do Grupo Mulheres da Ilha, não se fez sem pensar as interações históricas entre diferentes sociedades e culturas, que se organizaram em um movimento protagonizado por mulheres - o feminismo, o qual, à propósito é, de acordo com Lucy Delap (2022, p. 16) “um fenômeno profundamente histórico e específico de cada contexto”.

De acordo com o historiador José d’Assunção Barros (2019) a perspectiva relacional das Histórias Conectadas surgiu da sugestão pelo favorecimento da ultrapassagem das fronteiras historiográficas nacionais tradicionais, promovendo ao historiador ir além dos procedimentos habituais ou dos recortes, mas isso não se configura enquanto uma ordem, pois, os limites historiográficos nacionais também podem conter as propostas da interconexão. Entretanto, ainda de acordo com Barros (2019, p. 32) “certos objetos e problemas históricos, em decorrência de suas próprias características, favorecem bastante a combinação entre histórias conectadas e histórias transnacionais”. Conquanto, o feminismo pode ser compreendido enquanto um objeto que atende a essa característica relacional e transnacional, em se tratando deste estudo, as ações do feminismo empreendidas pelo Grupo Mulheres da Ilha, não apenas se conectavam às ações dos feminismos em âmbito local, mas também internacional, cujo fluxo de ideias, culturas e demandas, no contexto próprio à cidade de São Luís, puderam ser ressignificados. À propósito, o estabelecimento da década da mulher em

1975 pela ONU, no México, desencadeou uma onda que pôde atuar na reorganização do feminismo no Brasil, propiciando conexão e articulação das feministas na cidade de São Luís.

No ano de 1975, no México, aconteceu a I Conferência Internacional da Mulher e a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos anos como a década da Mulher, o que revelava preocupação com as mulheres em todo o mundo que vinham tendo seus direitos humanos violados. Além da conferência do México, a década da mulher também foi marcada por outras conferências mundiais, a exemplo de Copenhague (1980) e de Nairóbe (1982). A I Conferência Internacional da Mulher, oportunizou no Brasil, com a ajuda da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) a promoção do debate sobre a condição da mulher brasileira. Esse primeiro Seminário, ocorrido em 1975, tinha o nome “Pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira”, sendo considerado como marco do feminismo de “Segunda Onda” no Brasil.

Por outro lado, algumas feministas contestam essa “narrativa fundadora” do feminismo de “Segunda Onda”, Joana Maria Pedro, por exemplo, em “Narrativas Fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)” (2006) demonstrou como um marco para o feminismo no Brasil apresenta várias nuances e conflitos.⁸⁴ Não se pode negar, entretanto, que o evento na Associação Brasileira de imprensa (ABI)⁸⁵ impulsionou o feminismo organizado no Brasil. A partir dele, houve a criação e multiplicação de grupos e coletivos em várias partes do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e ainda pela região Nordeste, além de centros de estudo, partidos e sindicatos que contavam com setores específicos para os problemas das mulheres, de modo que a imprensa, quando divulgava a atuação do movimento feminista dava a cada dia mais visibilidade a ele.

À propósito, no Seminário da ABI, descortinou-se o véu sobre as temáticas da desigualdade nas relações familiares e no trabalho, a desigualdade salarial, a ausência do direito à regulação da fertilidade, os estereótipos nos meios de comunicação e nos sistemas de ensino, a dificuldade do acesso aos serviços de saúde eficientes, a marginalização que incidia sobre homossexuais, prostitutas ou mães solteiras, além disso, esse Seminário é considerado ainda como um marco importante para as feministas negras que se engajavam na luta contra o

⁸⁴ Para algumas feministas, o evento que ocorreu na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, é tido como o marco do feminismo de “Segunda Onda”, outras como Rose Marie Muraro, Maria Odila Leite da Silva Dias, Albertina de Oliveira Costa, entre outras, não o consideram, pois, muito antes do evento já se organizavam em grupos de consciência e promoviam o debate feminista (Pedro, 2006).

⁸⁵ O seminário na ABI teve muita importância, pois foi a primeira vez em que mulheres e homens se reuniam em um congresso nacional durante uma semana para discutir sobre as mulheres brasileiras. Durante todos os dias o auditório da ABI esteve lotando, as discussões eram acaloradas, revelando a urgência que tinha essa temática

racismo, e para a militância envolvida na luta contra a violência sofrida pelas mulheres (Barsted, 2016).

O 8 de Março, data internacionalmente reconhecida pela ONU como dia da mulher, também atuou estabelecendo conexões entre os feminismos de vários lugares, quando as feministas passaram a usar a data para promover reflexão e lutar por suas demandas próprias, em alguns casos, a data passou a ser celebrada pelo movimento feminista a partir da utilização do humor.

Várias das feministas que participaram ativamente do feminismo de “Segunda Onda”, no Brasil, relatam aparições nas passeatas com um número muito significativo de participantes, as quais levavam à reflexão sobre os papéis e estereótipos de gênero destinados às mulheres. A mídia das grandes capitais, à exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro veiculava a mensagem por elas propagadas em tons humorísticos, chamando atenção para uma outra face do feminismo não tão hostil (Alves; Pitanguy, 2022), mas igualmente reflexiva.

O 8 de Março em São Luís é recordado por muitas militantes do Grupo Mulheres da Ilha como um dia de desenvolvimento de trabalhos pelo grupo, de modo que se manifestava não apenas em passeatas, mas em organizações de eventos, debates, aparições em jornais e na televisão. Nas passeatas do dia 8 de março, as manifestantes confeccionavam faixas, falavam palavras de ordem contra a estrutura patriarcal e contra aquilo que era compreendido como lugar de homem ou de mulher. Beta Beserra lembra, com um sorriso no rosto, que uma das militantes de posse do microfone exclamava “mulher na sala, homem na cozinha”, no que a Beta lhe chamou a atenção,

pelo amor de Deus, não era pra ser mulher na sala homem na cozinha, os dois na sala e os dois na cozinha, não é pra virar a coisa [...] tudo bem que a mulher não é pra ficar só na cozinha, mas tampouco é pra o homem ficar só na cozinha. O que a gente quer é uma sociedade equitativa, uma sociedade igual, então os dois vão pra sala e os dois pra cozinha aí ela “vixe é mesmo, eu tinha esquecido” (Entrevista realizada em 11 de abril de 2024).

Isso, de acordo com Beta Beserra, saiu na imprensa, entretanto, chegava às casas de homens e mulheres, naquele 8 de março, a reflexão de que o espaço da cozinha não era exclusivo para as mulheres, tampouco, o sofá seria exclusivo aos homens. Concordando ou não, mensagens que desafiavam a ordem estabelecida entre os sexos passavam a ser mais comuns nos meios de comunicações.

Figura 3 - Matéria de jornal em que a militante Silvia Cristina/Black fala sobre a comemoração do dia da mulher em São Luís



Fonte: *Jornal de Hoje*, 03 de mar. 1982, p. 2, nº 202.

Nessa matéria veiculada pelo *Jornal de Hoje*, localizada na página dois, a militante Silvia Cristina/Black fala ao jornal sobre uma série de atividades comemorativas que o Grupo desenvolveria na semana do Dia Internacional da Mulher, bem como a história do surgimento dessa data. Entretanto, a militante chamou a atenção para a mudança nas mentes de muitas mulheres maranhenses, que passavam a buscar a cada dia mais a sua independência, fenômeno que para a militante estava bem mais avançado quando se pensava em âmbito nacional. Ainda nessa matéria ela evidenciou como o feminismo estava em ascensão, de modo que em todo o Brasil, existiam cerca de 45 grupos iguais ao Grupo Mulheres da Ilha, que compreendiam que existiam problemas que diferenciavam socialmente homens e mulheres, e que se revelavam nas desigualdades econômicas e jurídicas, no espaço privado da família, na violência que sofrem as mulheres, na reprodução e na sexualidade, o que demonstrou em sua fala a conexão entre as narrativas próprias aos feminismos que circulavam no Brasil.

O feminismo em São Luís tinha suas discussões em sintonia com o feminismo de “Segunda Onda” que se desenvolvia Brasil afora, fosse no sentido de sua organização enquanto grupo, no desenvolvimento de seus trabalhos, bem como com relação às temáticas difundidas. A saber, neste capítulo, duas temáticas serão analisadas a fim de demonstrar como se deram em solo ludovicense, são elas: a violência sofrida pelas mulheres e o feminismo negro, de acordo com o que se verá a seguir.

3.1 Quem ama, não mata!

No 8 de Março, dia Internacional da Mulher, um assunto que tomava importante espaço nas discussões feministas em São Luís era a violência sofrida pelas mulheres, também denominada de violência de gênero. Por violência de gênero entende-se, de acordo com Sardenberg e Tavares (2016, p. 8) “qualquer tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual”. Desse modo, essa violência pode incidir tanto sobre mulheres, como sobre homens, mas também sobre homossexuais ou transexuais, por exemplo. Entretanto, em se tratando de uma perspectiva histórica e numérica, são as mulheres as maiores vítimas da violência cometida pelos homens, no que a violência doméstica é a que mais se sobressai, revelando um fator estruturante das sociedades contemporâneas (Sardenberg; Tavares, 2016).

Os movimentos feministas que surgiram durante a década 60, chamaram a atenção para a violência sofrida pelas mulheres quando, conectados, denunciaram em fóruns e convenções internacionais essa violação contra os direitos humanos. Ainda de acordo com Sardenberg e Tavares (2016) a influência e pressão dos movimentos feministas levou a ONU a aprovar em 1967 a “Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres” e em 1979 a aprovar a “Convenção para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres”⁸⁶.

No Brasil, essa luta tomou notoriedade a partir da década de 1970, dentro do bojo das manifestações feministas contra a ditadura vigente e em defesa da ideia de que “o pessoal é político”. Em se tratando do regime ditatorial que vigorou no país, as denúncias de violência sofridas pelas mulheres puderam ser assinaladas por Leila Barsted, quando evidenciou que

As denúncias de violências contra as mulheres foram pontos que estiveram presentes desde as primeiras manifestações do feminismo brasileiro, ainda na década de 1970. Muitas dessas denúncias relativas à violência específica contra as mulheres e praticadas por agentes do Estado não tiveram publicidade face à vigência da ditadura militar. De fato, naquela época, relatos de presas políticas assinalavam que muitas militantes, além de terem sido torturadas em seus órgãos genitais, também foram vítimas de abusos sexuais (Barsted, 2016, p. 26).

Mas, no que compete à violência que acometia as mulheres nos lares, a militante Beta Beserra informou que, inicialmente, a temática da violência física não aparecia dentro das

⁸⁶ Essa convenção de 1979 viria a dar valor jurídico à Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as mulheres. A saber, a Convenção de 1979 significou muito para a luta por direitos das mulheres, uma vez que, defendia a criação de proteção especial à esse grupo tradicionalmente alheio à direitos.

reuniões do Grupo Mulheres da Ilha, pois era um tema que não lhes tocavam, ou seja, as mulheres que faziam parte do grupo de reflexão não eram vítimas da violência física, por outro lado, a violência simbólica era mais presente. De acordo com ela, somente quando começaram a compartilhar para fora do grupo os ideais feministas é que essa problemática passou a aparecer. Entretanto, foi a violência sofrida pelas mulheres a discussão que marcou a existência do Grupo Mulheres da Ilha na cidade de São Luís, quando foi promovido o primeiro grande evento sobre as formas de violência que acometiam as mulheres, quando fizeram passeatas e foram aos jornais na luta por justiça e, mais ainda, quando se empenharam na luta pela delegacia da mulher na cidade.

O combate à violência de que eram vítimas as mulheres, durante a década de 80, se fez conectado em todo o país, a partir de ações, agendas, leituras, em São Luís, por exemplo, era uma causa que unia todo o movimento de mulheres, fossem os que se autodeclaravam feministas, ou não. De acordo com Ferreira (2007) a agenda da violência unificava desde o grupo “União de Mulheres”, cujas integrantes estavam ligadas ao Partido Comunista do Brasil, até à Pastoral da Mulher, a qual tinha forte ligação com a Igreja Católica e por isso não concordava com algumas ideias feministas, a exemplo da defesa dos direitos reprodutivos das mulheres.

A militante Mary Ferreira conta que ela e Silvia Cristina/Black, ainda estudantes de graduação ficaram responsáveis por fazer um levantamento de registros de violência contra as mulheres em três distritos policiais, de acordo com ela,

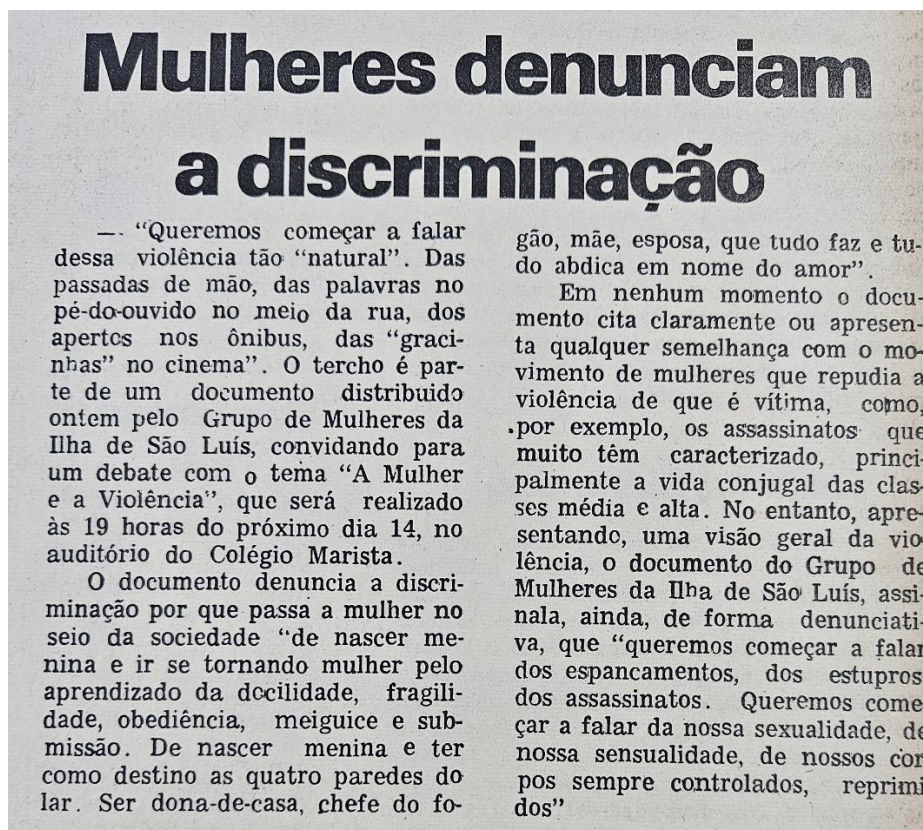
nós saímos em tudo que era delegacia, na época não tinha delegacia da mulher, eram os chamados distritos, né? me lembro que a gente foi no distrito do João Paulo, aqui na 28 de julho, foram três distritos que nós fizemos pra fazer o levantamento de o que que tinha de registro de violência, e a gente ficou muito surpresa, naquela época a gente já identificou em 3 meses quase 500 registros de violência contra a mulher, que até então tava invisível, não se sabia (Entrevista realizada em 8 de abril de 2024.)

A invisibilidade que à época tinha a temática da violência, pode ser compreendida em razão do silenciamento que sobre ela recaia. Esse silenciamento podia ocorrer em vista de que era um problema da ordem do espaço privado, muitas vezes naturalizado pelo senso comum e o pior, pela justiça, que entendia o homem como imbuído de direitos sobre a mulher, de modo que, muitas vezes, legitimava a opressão que cotidianamente elas eram vítimas.

De posse dos registros das delegacias, as militantes passaram a compartilhar a emergência de se debater a violência sofrida pelas mulheres. Desse modo, foi no colégio Marista, em novembro de 1980, que foi promovido o primeiro grande debate do Grupo Mulheres da Ilha, intitulado “A mulher e a violência”, amplamente divulgado e aberto ao público. De acordo com as militantes, a temática foi alvo de interesse da sociedade, de modo

que o auditório do colégio ficou lotado, com cerca de 500 mulheres, possibilitando a entrada de novas integrantes ao grupo.

Figura 4 - Matéria de jornal em que o Grupo Mulheres da Ilha denuncia todas as formas de discriminação que afetam às mulheres



Fonte: *O Imparcial*, 11 de nov. 1980, p. 5, nº 14.996.

De acordo com a matéria veiculada no jornal *O Imparcial*, cuja localização era a página cinco, o evento do Colégio Marista visava falar de todas as formas de violência contra as mulheres, desde as mais sutis, à exemplo da imposição do aprendizado da docilidade, da submissão, das palavras ao pé do ouvido na rua, à aquelas que se revelavam em assassinatos. Pelo que o panfleto indica, o grupo estava propondo um debate que, ao que se revela, não era abordado, de modo que, muitas vezes tomava feição de natural diante da sociedade. A matéria ainda parece fazer uma crítica à ausência de centralidade da violência que recaía sobre as vítimas de assassinatos, essa centralidade, entretanto, vai se revelando diante dos casos que passaram a tomar a mídia e puderam dar vazão ao debate.

A imersão do grupo na problemática da violência não estava desconectada do cenário nacional, pelo contrário, esse empenho na pesquisa pelos registros de violência, a promoção da discussão no Colégio Marista, tudo isso, encontrava-se em sintonia com o que já estavam

promovendo os grupos feministas de todo o país na luta contra a violência que vitimava as mulheres. Mary Ferreira faz menção às dificuldades enfrentadas por elas para continuar na militância, dadas as dificuldades de comunicação do período: “a gente nem tinha whatsapp, telefone, só era telefone e correio, era difícil as comunicações, mas a gente trocava muitas ideias com São Paulo e Rio que era os Estados que mais tinha relação”.⁸⁷ À propósito, uma importante componente do grupo, já citada anteriormente, a militante Lucilla Scavone, foi, pode-se dizer que, uma espécie de ponte entre o feminismo que se desenvolvia na cidade, por meio do Grupo Mulheres da Ilha, e o que estava em atividade pelo país e até mesmo na França, dada sua experiência enquanto viveu por lá. A militante Lucilla Scavone era, de acordo com as militantes, a pessoa mais sintonizada com o movimento feminista em âmbito nacional, de modo que levava para o grupo as discussões e as formas de organizações e aqui elas desenvolviam.

Assim, durante os anos 80 foi possível perceber uma grande articulação do movimento de mulheres e feministas contra os assassinatos de mulheres e contra a impunidade de que eram alvo os culpados. À época, muitos acusados passavam pelos julgamentos e eram absolvidos ou recebiam sentenças irrisórias sob a tese da “legítima defesa da honra”, argumento patriarcal que revertia a lógica, colocando a vítima na situação de culpada. Não por acaso consideravam a tese da “legítima defesa da honra” um novo assassinato pelo qual passavam as mulheres, só que agora pelas mãos da justiça. A saber, de acordo a advogada criminalista brasileira Luiza Eluf em seu livro “A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres de Pontes Visgheiro a Pimenta Neves” (2007), a tese da “legítima defesa da honra” foi criada por astutos advogados de defesa com o objetivo de que seus clientes acusados de crime passionais fossem absolvidos nos tribunais. O termo “passional” deriva de paixão, em linguagem jurídica, convencionou-se chamar de crimes passionais aqueles cometidos por causa de relacionamentos amorosos ou sexuais. No entanto, de paixão, aquela que decorre do amor, esses crimes nada tinham, a violência pelos parceiros cometida era movida, entre outras, pelo ciúme, pela possessividade, pelo ódio, pelo rancor e na busca de vingança.

Os crimes passionais muitas vezes são cometidos sob alegação de traição ou de sua suspeita; da não aceitação pelo companheiro do fim do relacionamento; da rejeição que ele passa a sentir e, dentre tantos outros motivos, da insubordinação da mulher frente ao companheiro. Esses crimes, além da crueldade, revelam a vontade insana de se autoafirmarem

⁸⁷ Entrevista realizada com Mary Ferreira, concedida em 8 de abril de 2024.

como superiores, em face da pretensa objetivação da mulher e da concepção de que tinham o direito de tirar-lhe a vida.

Esses crimes revelam as relações de poderes existentes nas relações entre os gêneros, de modo que o homem se vê, nesses casos, como tendo o seu poder diminuído ou prestes a perdê-lo. À propósito disso e da violência de que são vítimas as mulheres, o pensamento de Hanna Arendt (2010, p. 82) pode ser significativo, pois, de acordo com ela, “cada diminuição do poder é um convite à violência – pelo menos aqueles que detêm o poder e o sentem escapar de suas mãos [...] tem sempre achado difícil resistir à tentação de substituí-lo pela violência”.

O código penal de 1940, ainda em vigor, vai dizer que se constituem crime as ações feitas em decorrência da perturbação dos sentidos ou da inteligência, em outras palavras “os crimes passionais” não ficariam mais impunes, entretanto, para boa parte da sociedade brasileira, o crime de adultério cometido pela mulher, por exemplo, dava ao homem o direito de matá-la. Diante da necessidade de tornar os assassinos de mulheres absolvidos pelos tribunais do júri, ou que cumprissem menores penas, os advogados de defesa passavam a alegar a “legítima defesa da honra e da dignidade”, a qual era aceita sem muito esforço por um corpo de jurados que compreendiam a atitude da vítima como afronta ao marido (Eluf, 2007). Foi, portanto, diante desse quadro generalizado em que os crimes passionais eram absolvidos ou diminuídas suas penas, em razão da tese da “legítima defesa da honra” que as feministas, especialmente as mineiras, passaram a declarar a frase “quem ama não mata”, a qual tomava espaço nos jornais, nos muros e tomava o país. Essa frase tinha por pretensão demonstrar que do amor não vinha morte, pelo contrário.

Dentre os casos de assassinatos de mulheres por seus maridos ou companheiros que chamaram a atenção do movimento feminista e da mídia pelo país, estão o de Ângela Diniz e Cristhel Johnston no Rio de Janeiro, o de Eliane de Gramont em São Paulo, o de Eloísa Ballesteros Stancioli e Maria Regina Santos Souza Rocha, em Minas Gerais. Em São Luís, o caso Marina Canto também despertou revolta, levando o Grupo Mulheres da Ilha a se empenhar na luta por justiça. Esses casos ganharam a mídia, talvez por se tratar de mulheres da classe média alta, entretanto, a violência que sofriam e sofrem as mulheres não escolhe classe social, raça, ou religião, sendo comum a todas elas.

O assassinato de Ângela Diniz pelo ex marido Raul Fernando Street (Doca) em Búzios, Rio de Janeiro no ano de 1976, teve a sentença do tribunal favorável ao assassino, com base na “legítima defesa da honra”, pois o advogado de defesa construiu sobre o caso o argumento de que Ângela teria provocado o crime do ex marido, uma vez que ela não estava alinhada ao

comportamento que se esperava de uma mulher, no que as feministas, demais movimentos de mulheres e a mídia contestaram a decisão do júri. Em novo julgamento, por outro lado, não conseguiram sustentar a tese da “legítima defesa da honra”, tendo o ex marido sido considerado culpado e devendo cumprir pena de quinze anos de prisão (Alves; Pitanguy, 2022).

Outro caso que foi duramente repudiado e que tomou espaço nos jornais foi a morte de Christel Arvid Johson em 1981 pelo ex marido. À propósito esse caso deixou evidente a vulnerabilidade em que estavam relegadas as mulheres diante da denúncia das ameaças que sofriam por parte de seus companheiros, pois, mesmo denunciando, não havia a possibilidade de terem suas vidas poupadas, uma vez que, não existiam políticas públicas que lhes acolhessem, a exemplo das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha nº 11.340/2006⁸⁸. Christel pediu ajuda à justiça e até mesmo ao Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, que de mãos atadas, não puderam fazer mais do que apoiá-la, o que não adiantou (Alves; Pitanguy, 2022).

O caso Marina Canto, por sua vez, inflamou a discussão na cidade de São Luís sobre as mortes de mulheres por seus companheiros. Marina Canto era casada com o engenheiro agrônomo César Augusto Canto, moravam com seus dois filhos pequenos em uma mansão no bairro Cutim. O casal vivia uma relação desgastada repleta de agressões verbais e físicas, já com o processo de separação correndo no judiciário Marina saiu de casa e levou os dois filhos, entretanto, retornando para a mansão, foi morta por César Augusto Canto em 1976, a tiros de revólver calibre 32 (*O imparcial*, 2017). O julgamento do caso veio a ocorrer durante o ano de 1980 e diante dos casos que repercutiam pelo país em que os assassinos recebiam sentenças irrisórias ou eram absolvidos pelo judiciário, o Grupo Mulheres da Ilha se organizou para chamar a atenção pública diante de mais um caso de violência contra a mulher, para isso distribuía panfletos pelas ruas e davam notas à imprensa.

⁸⁸ A lei Maria da Penha, criada em 2006, define como crime a violência doméstica e familiar contra a mulher, de modo que ainda estabelece meios para a prevenção, o enfrentamento e a punição

Figura 5 - Matéria de Jornal em que o grupo Mulheres da Ilha pede justiça em razão do assassinato de Marina Canto



Fonte: *Jornal Pequeno*, 18 de dez. 1980, p. 1, nº 10.392.

A matéria acima publicada na primeira página do *Jornal Pequeno*, por exemplo, fazia menção a articulação do Grupo Mulheres da Ilha. O jornal tomou como referência um panfleto por elas partilhado que tinha o objetivo de, além de externar indignação diante do que vinha acontecendo pelo país, sob alegação da “defesa da honra” masculina, pedir por justiça, uma vez que eram as vítimas que vinham saindo como culpadas por seus assassinatos.

Mesmo com a mobilização da imprensa e do grupo feminista em torno do caso, entretanto, a defesa do assassino César Canto, utilizando-se da tese da “legítima defesa da honra”, conseguiu a sua absolvição. A saber, somente em 2021 o Supremo tribunal de Justiça do Brasil tornaria a tese da “legítima defesa da honra” inconstitucional, em razão de que contraria os princípios constitucionais da proteção à vida, da dignidade da pessoa humana, e da igualdade de gênero.

Essa derrota na luta do Grupo Mulheres da Ilha por justiça, entretanto, não lhes fizeram regredir, pois elas continuaram batendo de frente com os ideais sociais que oprimiam e que culpabilizavam mulheres. O grupo prosseguiu realizando campanhas que tinham o objetivo de combater a violência que alvejava as mulheres, nessa empreitada, uma delegacia específica no atendimento às mulheres seria fundamental.

3.1.1 No combate à violência, as delegacias especiais da mulher

A repercussão na imprensa do caso Marina Canto, bem como dos números de violência que acometiam as mulheres na cidade de São Luís, levou para dentro do Estado a discussão sobre a necessidade da implantação de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, a qual, em São Paulo, já era uma realidade desde 1985. Esse movimento que levava as ações empreendidas contra a violência que sofriam as mulheres para dentro do Estado, durante a década de 80, de acordo com Barsted (2016, p. 27) fazia parte da agenda feminista e incluía, “além da luta legislativa, a pressão junto ao poder executivo, nos níveis nacional e estadual, para a criação de mecanismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres e serviços capazes de atender as mulheres em situação de violência”.

De acordo com as militantes entrevistadas era urgente a implantação de uma delegacia que prestasse um atendimento personalizado às mulheres, uma vez que, vencendo o medo e a vergonha, ao chegarem nas delegacias eram, muitas vezes, descredibilizadas, pois suas queixas apontavam para uma violência que se dava na ordem da esfera doméstica, muitas vezes associada a um estresse momentâneo do marido, e o pior, muitas vezes, elas eram culpabilizadas, questionando-se o que teriam feito para que o marido tivesse tido tal atitude.

A militante Sivia Cristina/ Black relatou que na luta pela delegacia, foram promovidas várias discussões com o Governo, à época presidido por Eptácio Cafeteira e com o secretário de Segurança Pública, o objetivo era demonstrar como a implantação de uma delegacia especializada no atendimento às mulheres poderia ser efetivo no sentido de reduzir a incidência de casos de violência. Ainda de acordo com ela, essa era uma luta que unia os vários grupos existentes na cidade, revelando um engajamento coletivo na causa, conforme se verifica a seguir.

a luta pela delegacia foi coletiva, inclusive Ádemas que era do “Mãe Andreza” foi uma das funcionárias da delegacia da mulher, a delegada que foi escolhida pelo movimento, foi a Deise Aparecida, né, era a que mais dialogava com o movimento [...], a gente precisava muito desse contato (Entrevista com Silvia Cristina/Black realizada em 13 de abril de 2024).

A saber, os grupos feministas da cidade reivindicavam uma delegacia que promovesse um atendimento humanizado às mulheres, de acordo com o que era proposto pelo movimento feminista corrente no país, de modo que pudessem ter acesso, no espaço das delegacias, ao atendimento psicológico e jurídico, a um abrigo que lhes livrassem das ameaças e violência dos companheiros, além do que, conforme expresso por Silvia Cristina/ Black, elas queriam poder escolher as pessoas que estariam à frente do trabalho realizado nesses espaços, uma vez que julgavam importante o diálogo dos funcionários das delegacias com o movimento feminista.

De acordo com Ferreira (2007) as aspirações acima propostas encontravam-se no projeto elaborado que visava à implantação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e, mais uma vez revelando o caráter coletivo de tal causa, o projeto contou com a participação de vários grupos feministas da cidade, para além do Mulheres da Ilha, a exemplo do Viva Maria, cuja principal missão foi a luta pela delegacia e o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa.

No ano de 1987 a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) foi inaugurada na cidade de São Luís, mas sem muito daquilo que foi proposto pelo movimento, à exemplo de uma assistência psicológica e jurídica, além do abrigo, o qual serviria para resguardar sua integridade física da violência que poderiam continuar a sofrer dentro de seus lares. Daí em diante, as reivindicações não só do Grupo Mulheres da Ilha, mas dos demais grupos em atividade pela cidade sugeriam um melhor atendimento destinado às mulheres, de modo humanizado, com espaço privado para denunciarem os crimes de que eram alvos, sem maiores constrangimentos e ofensas.

A primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), conforme já expresso, surgiu em São Paulo, em 1985, dentro das discussões do Conselho da Condição Feminina criado em 1983, cuja atuação fora possível em virtude do processo de entrada do movimento feminista no Estado, com o objetivo de colocar em prática suas agendas. Esse Conselho, em São Paulo, tornou possível a institucionalização do enfrentamento à violência contra as mulheres quando, a partir da luta do movimento feminista, aliado aos movimentos de mulheres, conseguiram estabelecer a primeira DEAM no Brasil (Alves; Pitanguy, 2022).⁸⁹

O Rio de Janeiro, por sua vez, teve a sua primeira DEAM criada em 1987, a partir da criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM). O CEDIM contava com várias comissões, entre elas a Comissão de Violência, a qual tinha a missão de se articular junto à

⁸⁹ Para Alves e Pitanguy (2022) a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de São Paulo, foi a primeira não só no Brasil, mas também internacionalmente falando, entretanto, há estudos que apontam a Índia como primeiro país a criar uma delegacia para às mulheres ainda no ano de 1973.

Polícia Civil e Militar para uma atuação diferenciada, que não ignorasse questões que perpassavam o patriarcado, tampouco as relações de poder. O trabalho desenvolvido nessa Comissão se estendeu à Legião Brasileira de Assistência (LBA), que era uma entidade de assistência social pertencente ao governo federal, nessa entidade, as mulheres que atuavam no CEDIM, passaram a atuar diretamente em prol das mulheres vítimas de violência que procuravam a LBA, de modo que, articuladas as duas instituições, conseguiram diversos profissionais para atuar no trabalho, entre eles psicólogos, advogados e assistentes sociais, experiência que pôde ser utilizada na primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no Rio de Janeiro (Alves; Pitanguy, 2022).

A DEAM do Rio de Janeiro foi resultado da ação conjunta do CEDIM com o movimento feminista, em vista da necessidade de um atendimento respeitoso às vítimas de violência, assim é que fora iniciado trabalhos de formação e conscientização com as policiais lotadas, uma vez que elas não tinham a menor noção de como atuar no atendimento às mulheres. Em face dessa constatação nas DEAMs, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) vai na direção do desenvolvimento de trabalhos que visem dar uma reconfiguração nesse espaço destinado às mulheres, que na prática ainda não lhes atendia completamente, além de impulsionar sua implantação.

O CNDM, conforme expresso no primeiro capítulo do estudo, foi um órgão federal criado em 1985, que tinha autonomia administrativa e orçamento próprio, e que correspondia aos anseios de grupos de mulheres de vários Estados brasileiros que há muito planejavam estratégias para que suas agendas tivessem visibilidade. Esse órgão propunha uma ação que se desenvolvesse de maneira transversal dentro do Estado, de modo que as questões que tocavam às mulheres fossem atendidas nas várias esferas de poder, à exemplo da educação, trabalho, justiça e segurança. Na Segurança Pública o CNDM coordenou os trabalhos das DEAMs e tinha por missão tornar seu atendimento semelhante em todo o país. Malu Helborn, feminista que atou junto ao CNDM, em relato no livro “Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer” (2022) de autoria de Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, assim recordou sobre o momento:

Trabalhar com violência contra a mulher integrava as minhas preocupações. Contudo, lidar com o pessoal das delegacias de polícia especializadas era uma história completamente diferente. Os delegados de polícia e, mesmo as delegadas, não entendiam nada de violência contra a mulher naquele momento [...]. Não possuíam capital cultural e simbólico para entender o porquê dessa demanda em particular (Alves; Pitanguy, 2022, p. 93).

O projeto era pioneiro, a tentativa de trazer a resolução para o problema da violência que sofriam as mulheres esbarrava em um Estado cujas estruturas resguardavam o

patriarcalismo de suas instituições, para atingir o objetivo se somavam esforços abissais tanto das mulheres que compunham o CNDM, quanto dos movimentos feministas e de mulheres que atuavam nos vários Estados do país. Assim como em São Luís que a implantação da DEAM não se fez de acordo com o que era solicitado junto ao Estado, em várias partes do país, bem como também São Paulo, de acordo com Santos (2010) houve dificuldade em manter o diálogo e estabelecer os acordos, sobretudo aquele que conferia às policiais capacitação em uma perspectiva feminista.

Nos anos seguintes, o CNDM viria a perder força, sobretudo, no governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), mas, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, o apoio dado pelo CNDM, junto à criação dessas delegacias pelo país, significou um passo importante para consolidação de políticas futuras que beneficiariam às mulheres vítimas de violência. A militante Beatriz Fontana destacou a importância do CNDM nas campanhas pelas DEAMs:

Foi um movimento nacional [...]. Na época o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher levou essa questão a fundo e assim foram criadas as delegacias. As nossas campanhas eram nossas, o que a gente fazia: a gente fazia passeata, reunia as pessoas em mesas redondas pra discutir esse assunto. A gente fez várias, várias atividades relacionadas com isso. A criação das delegacias específicas do atendimento as mulheres foi um ganho nacional. Nós só conseguimos isso porque veio num todo, com o resto do Brasil (Entrevista realizada em 13 de abril de 2024).

A década de 80 se revelou fértil para a conquista de direitos pelas mulheres, o movimento feminista e de mulheres por todo o país pressionava para que fossem atendidas as suas demandas, a exemplo de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, programas de saúde e a constituição de leis, como a formulada na Constituição de 1988 que estabelecia igualdade entre homens e mulheres. Junto ao CNDM, as mulheres negras passaram a reivindicar demandas que atendessem àquilo que as diferenciavam das mulheres brancas, a partir da criação da Comissão da Mulher Negra, nesse órgão nacional, a sua representatividade era necessária, uma vez que, elas já se organizavam no movimento negro e em coletivos de mulheres negras. O trabalho desenvolvido pela Comissão da Mulher Negra procurava desvelar o racismo estrutural⁹⁰ presente, dada a quase inexistência desse debate no seio social do país, além da promoção do debate sobre a discriminação que sofriam as mulheres negras, discriminação essa que lhes impedia de ocupar espaços historicamente restringidos.

A problemática do racismo na cidade de São Luís se revelou urgente, dada a sua grande população negra e parda que, diante de um Estado, o qual, muitas vezes rejeitou sua cultura e

⁹⁰ De acordo com Silvio Almeida (2019) o racismo estrutural pode ser definido como algo que não depende apenas de atitudes individuais, mas que está arraigado nas relações sociais, nas instituições e nas práticas.

suas raízes étnicas, boa parte da população não se reconhecia como negros e negras. O Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), criado no fim da década de 70 se empenhou no reconhecimento e valorização da cultura negra, debate que viabilizou a temática do feminismo negro, não sem conflitos, mas necessária, em face das diversas intersecções discriminatórias que atingiam as mulheres negras.

3.2 O feminismo negro em debate

Lélia Gonzalez, autora e ativista negra em “Por um feminismo afro-latino-americano” (2020) chamou a atenção para a importância do papel desempenhado pelo feminismo enquanto teoria e prática, quando não somente propiciou a formação de grupos de mulheres, mas tornou possível a busca por uma nova maneira de ser mulher. Ainda nessa perspectiva, a autora salientou sobre o papel do feminismo ao revelar as origens da opressão feminina no seu viés material e simbólico, quando centralizou sua análise em torno do capitalismo patriarcal e, mais ainda, quando trouxe para dentro do debate público temas como, por exemplo, a sexualidade, os direitos reprodutivos e a violência sofrida pelas mulheres, denunciando o caráter político do privado. Entretanto, a autora criticou o fato de o feminismo não ter se debruçado sobre a discriminação racial sofrida pelas mulheres negras, tão grave quanto as demais, sexuais e/ou de classe.

À propósito, tanto o racismo, quanto o sexismo advém do pressuposto das diferenças de caráter biológico, entretanto, a autora pontou que esse esquecimento da abordagem racial se explicaria, a partir do que os cientistas sociais chamam de “racismo por omissão”, cujas bases se devem ao eurocentrismo e neocolonialismo impregnados em suas visões de mundo. Assim é que, ela analisou a questão racial na América Latina, a contar de um viés histórico e cultural, que priorizou a compreensão da nossa sociedade a partir de uma herança da colonização ibérica que, entre outras, era altamente hierárquica e sem espaço para igualdade.

Lélia Gonzalez, por intermédio da análise, concluiu que existiam obstáculos reais ao prosseguimento de estudos relativos às relações raciais, os quais são, entre outros, resultantes do mito da “democracia racial”⁹¹ e da “ideologia do branqueamento”⁹². A democracia racial no

⁹¹ De acordo com essa ideologia, defendida por Freyre (1933) o Brasil é um país onde diferentes raças vivem de maneira harmoniosa, o que se deve ao fato de que este é um país miscigenado, resultado do relacionamento interracial entre brancos, negros e indígenas.

⁹² A ideologia do branqueamento surge a partir da ideia de que o negro é inferior e para alcançar uma sociedade desenvolvida e civilizada era necessário, primeiramente, torná-la branca. Assim é que, no Brasil, incentivaram a

Brasil é, segundo a autora, uma ideologia eficaz de dominação branca, que se articula com a ideologia do branqueamento, a qual impera veiculando nos aparatos ideológicos e nos meios de comunicação de massa, a crença de que os valores da cultura branca do Ocidente são os únicos universais e verdadeiros, levando à fragmentação da identidade étnica, negação da raça e da cultura.

Sueli Carneiro, por sua vez, em “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” (2019), também chamou a atenção para as especificidades da mulher negra, vítima da opressão que se intersecciona no gênero e na raça e, mais ainda, para a experiência histórica diferenciada das mulheres, sobretudo as negras que não estavam contempladas nos discursos sobre a opressão da mulher. Para a autora, o estereótipo de fragilidade, contestado pelo feminismo, nunca foi direcionado à mulher negra, uma vez que, ao longo da história, elas nunca foram tratadas como frágeis; as mulheres negras não se reconheceram quando tentaram pôr fim ao mito da rainha do lar, da musa idolatrada, posto que eram identificadas como antimusas, cujo padrão estético é o da mulher branca; também não entenderam quando as feministas propuseram sair do lar e trabalhar fora, uma vez que, elas sempre trabalharam, fosse como escravas, vendedoras, entre outras atividades.

Portanto, Sueli Carneiro propôs para a luta do movimento de mulheres não apenas superar a histórica dominação masculina, mas também a superação da ideologia do racismo, tão profundamente enraizada em nossa sociedade, de modo a também enegrecer o feminismo e torná-lo mais representativo. De acordo com a autora,

Enegrecer o movimento feminista brasileiro significa, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país, que não é branca; introduzir a discussão sobre doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área da saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (Carneiro, 2019, p. 316).

Voltemos à Lélia Gonzalez. No início da década de 80 em seu artigo intitulado “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica” (2022), Lélia Gonzalez fez uma análise que priorizou a condição da mulher negra em nossa sociedade, sem, no entanto, deixar de mencionar a situação da população negra de maneira geral. De acordo com a autora, mesmo diante do crescimento das classes médias no Brasil, isso não significou

vinda de europeus, identificados como de uma raça superior, para por meio da miscigenação melhorar a raça brasileira.

possibilidade de avanço da população negra ao mercado de trabalho, a qual ficava relegada ao desemprego aberto, ocupação “refúgio”, trabalhos por temporadas, entre outras formas de subempregos que implicavam diretamente em suas condições de saúde, educação e moradia.

Ao avaliar a situação das mulheres negras, por sua vez, Lélia Gonzales apontou para o baixo nível de educação, cujo analfabetismo era dominante, a sua força de trabalho era muitas vezes empregada na atividade de prestação de serviços pessoais, ocupando os serviços domésticos nos lares da classe média e alta brasileira. Mesmo diante da oferta de vagas de trabalhos em escritórios, ou bancos, por exemplo, a maioria das mulheres negras não poderia ser empregada, uma vez que, havia a exigência de um nível de escolaridade que elas não possuíam, para além disso, a ideia de que o atendimento ao público carecia de educação e “boa aparência”, também foi outro fator que reforçou a sua discriminação.

As duas autoras outrora mencionadas chamavam a atenção para alguns problemas: a discriminação da população negra, em particular, a das mulheres negras e de como o feminismo não dava a devida atenção aos problemas que lhes afetavam. No que compete à discriminação de que era alvo a população negra, a Organização das Nações Unidas (ONU), revelando preocupação com o problema, no ano de 1965, promoveu a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, cujo objetivo era a realização, por parte dos Estados, sem demora, de políticas que visassem eliminar todas as formas de discriminação racial, em vista de que, àquela época, havia a existência, em algumas partes do mundo, de políticas governamentais racistas, a exemplo da política de apartheid, segregação ou separação. De acordo com essa Convenção, no artigo I, a discriminação racial consiste em:

Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundadas na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por fim o efeito de anular ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública (Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, 1965, p. 2)

Essa Convenção descortinava os ideais de superioridade de uma raça sobre outra, enfatizando seu caráter falso e moralmente condenável, além disso, trazia a compreensão de que as barreiras raciais eram incompatíveis com qualquer sociedade humana, de modo que se revelavam em obstáculos para a convivência pacífica e harmoniosa em um mesmo Estado. A mobilização de um órgão internacional contra a discriminação racial revelava a marca da trajetória de luta que o Movimento Negro, por exemplo, traçou em todo o mundo ao longo de décadas. De acordo com Luiz Chaves (2025, p. 19) por Movimento Negro, entende-se o

“conjunto de ações políticas, sociais e recreativa articuladas por militantes negros e negras [...], com o propósito de organizar a população negra no enfrentamento ao racismo.

Petrônio Domingues em seu artigo intitulado “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos” (2007), divide a luta do movimento negro organizado brasileiro a partir da proclamação da República em algumas fases, a primeira vai de 1889-1937, a segunda vai de 1945-1964, a terceira vai de 1978-2000, e a última fase, por sua vez, vai do ano 2000 aos dias atuais. Para esta análise, importa a terceira fase. Essa terceira fase se caracterizou pela relativa desarticulação do Movimento Negro em razão da ditadura vigente no país, uma vez que, ao denunciarem o racismo, eram acusados pelos militares de criar um problema que não existia no Brasil. Mas também, essa fase se caracterizou, já no fim da década de 70, pela reorganização do movimento, dado o contexto de luta de vários grupos, a exemplo de sindicalista e estudantes, o que não quer dizer que na fase inicial do regime o movimento não tenha realizado ações (Domingues, 2007).

No que compete ao Brasil, a historiografia aponta a década de 1970 como início da organização do movimento negro contemporâneo em nossa sociedade. Desse modo, o ano de 1978, no Brasil, marcou o início do Movimento Negro Unificado (MNU), o que demarcou a sua organização enquanto movimento que se empenhava na luta pela comunidade negra, denunciando de modo permanente a discriminação racial e se posicionando contra todas formas de racismo. A emergência dessa organização, se conectava com a movimentação da comunidade negra internacional, à exemplo da luta pelos direitos civis empreendida nos Estados Unidos, cujas lideranças enumeram-se Martin Luther King⁹³, Malcolm X⁹⁴ e organizações, a exemplo dos Panteras Negras⁹⁵, e ainda, aos movimentos de libertação dos países africanos, o que dá ao Movimento Negro Unificado brasileiro um discurso de luta contra a discriminação racial mais radicalizado (Domingues, 2007).

O movimento assumia a cada dia o seu caráter denunciativo e reivindicativo de melhores condições para a população negra, assim é que, de acordo com o Plano de Ação de 1982 do

⁹³ Martin Luther King Jr. (1929-1968) foi um pastor e ativista negro que se empenhou na denúncia das injustiças sociais contra a população negra dos Estados Unidos, a luta por ele defendida estava pautada na desobediência civil e em protestos pacíficos.

⁹⁴ Malcolm Little, ou Malcolm X (1925-1965) também atuou na defesa dos direitos das comunidades afro-americanas. Com uma postura mais radical, ele afirmava que a violência poderia ser usada, se o fim fosse a conquista de melhorias para a população negra.

⁹⁵ Os Panteras Negras foi uma organização criada em 1966 por Huey Newton e Bobby Seale, estudantes universitários negros que se criaram a organização com o objetivo de lutar contra a violência policial de que era alvo o povo negro, sobretudo durante os protestos pelos direitos civis. O movimento que assumia uma postura e ideologia revolucionária defendia, dentre tantas outras, melhores condições de vida para a população negra, trabalho, moradia digna e fim da violência policial.

MNU, dentre tantas reivindicações, defendia a desmistificação do mito da democracia racial forjado na sociedade brasileira, uma formação ampla de alianças na luta pelo fim do racismo e exploração da população negra, além de uma organização de enfrentamento à violência policial. A luta pela introdução da História da África e do Negro nos currículos escolares brasileiro ganha força nesse momento e revela a busca de uma identidade negra, a qual se orgulha de suas raízes e incorpora o seu padrão de beleza e indumentária (Domingues, 2007).

O Movimento Negro Unificado, no Brasil, cumpriu o papel de unificar nacionalmente todos os grupos que se empenhavam na luta contra o racismo, desse movimento, as mulheres negras faziam parte, mas, paralelo a isso, passaram a se organizar em uma luta que dizia respeito a elas mesmas e suas demandas, de modo que, passavam a verificar a tríplice opressão de que eram alvos, do tipo gênero, classe e de raça, pois, conforme demonstrado no início deste tópico, as mulheres negras, além de serem vítimas da opressão por serem mulheres, eram também vitimadas pelo racismo e integrantes, em sua maioria, da classe mais empobrecida.

A constatação desses problemas levou ao surgimento do Movimento de Mulheres Negras, o qual, de acordo com as autoras Guimarães, Corrêa e Alves (2022) toma corpo a partir da década de 1980, cuja organização, a fim de fortalecer o movimento, atuou promovendo encontros, seminários e conferências que levavam à diante o seu mal-estar. Dentre esses encontros, destacam-se o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em São Paulo, na cidade de Bertioga, em 1985, já mencionado no capítulo primeiro deste estudo, cujos debates tinham por tema o racismo e o feminismo; e o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), realizado em Valença, Rio de Janeiro, cujos objetivos giravam em torno da mobilização das mulheres negras contra todas as formas de discriminação, no resgate de sua história, e na avaliação de sua participação nos movimentos sociais e feministas.

O movimento protagonizado pelas mulheres negras se fez sentir em diversas partes do Brasil, de modo que surgiram diversas organizações de mulheres e cujas pautas se conectavam umas às outras, em razão das similaridades existentes nas opressões desse grupo. Assim é que surgem, nessa década, vários grupos, dentre os quais podem ser destacados: O Luiza Mahin, no Rio de Janeiro (1980); O Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1980); O Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo (1983); Maria Mulher do Rio Grande do Sul (1987); A Casa Dandara de Belo Horizonte (1987); O Geledés- Instituto da Mulher Negra (1988); e ainda, O Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, no Maranhão, na cidade de São Luís (1986) (Guimarães; Corrêa; Alvez 2022). Se o movimento Negro não dava conta de atender as demandas das mulheres negras, muito menos o feminismo daria, sobretudo, em razão de seu

enfoque branco e ocidental, que não dava conta de abarcar as especificidades das mulheres negras, e ainda, em razão da priorização do discurso sexista em detrimento do racial. Em São Luís, no Grupo Mulheres da Ilha, as militantes negras sentiam que não estavam sendo contempladas no debate, sentimento que lhes levou a sair do Grupo e criar o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa.

Desta feita destaco que objetivo desta abordagem é refletir como, a partir do Grupo Mulheres da Ilha, passou a ser fomentada a problemática do feminismo negro e se espalhou por outras organizações na cidade de São Luís.

3.2.1 “Dentro do Grupo Mulheres da Ilha surgiu essa ideia, essa semente do grupo de mulheres negras”

As militantes do Grupo Mulheres da Ilha eram, em sua maioria, brancas e com grau de escolaridade superior, ademais, as mulheres que se identificavam como negras, de acordo com o que foi relatado era a Silvia Cristina/Black, a Paula Baltazar e a Vânia. Dentre as três, duas delas foram entrevistadas - a Silvia Cristina/Black e a Paula Baltazar.

Silvia Cristina/Black era uma estudante de Serviço Social natural de São Luís, Paula Baltazar, por sua vez, era uma psicóloga de Campinas que veio para a cidade acompanhando o até então marido, professor da Universidade Federal do Maranhão. Ambas eram mulheres com envolvimento no Movimento Negro e estavam inseridas no Grupo Mulheres da Ilha, debatendo e se envolvendo nas atividades realizadas, entretanto, volta e meia externavam o seu inconformismo diante dos debates que diziam não se sentir contempladas.

Dado o fato de que o feminismo tem sua origem Ocidental, europeia e branca, cujos principais materiais lidos pelas militantes do grupo eram das feministas francesas e norte-americanas, a militante Silvia Cristina/Black pontuou que o debate na organização não dava conta da diversidade racial e histórica própria à realidade brasileira. Essas mulheres negras, iniciadas no Grupo Mulheres da Ilha, eram militantes que acompanhavam as demandas do Movimento Negro nacional e internacional. Embora houvesse a ideia de que no Brasil não existia racismo, elas observavam a sua volta como a discriminação se estruturava, uma vez que, a população negra era marginalizada, não ocupava os espaços de poder, sofria com a violência policial e a violência do Estado, que não dispunha de políticas que atendessem à suas especificidades.

No tocante ao debate do feminismo negro, a pergunta proposta por este estudo às militantes, dizia respeito a abertura do grupo para os debates raciais, pergunta não apenas

destinada às militantes negras, mas também às demais, de modo que foi unânime entre elas a fala de que o Grupo Mulheres da Ilha proporcionava abertura ao debate étnico-racial, uma vez que, de acordo com Mirian Regini Nuti “não tinha como falar de qualquer situação pessoal de São Luís, sem pensar na questão dos negros”.⁹⁶ O Estado do Maranhão apresenta uma das maiores populações pretas e pardas do Brasil. Nos censos recentes, à exemplo de 2022, verifica-se um número significativo de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, entretanto, a realidade nos anos 60, do século passado, por exemplo, era um tanto quanto diferente. De acordo com Luiz Chaves (2025),

No censo do IBGE, de 1960, Maranhão/Piauí (IBGE, 1960, p. 47) encontramos a seguinte realidade da população maranhense por raça e números absolutos e transformados em relativos: Brancos 770.517 (31%), pretos 282. 182 (11%), pardos 1.423.435 (57%) [...]. O que chama atenção nesses dados é um decréscimo da população branca e aumento da população negra (pretos/pretas e pardos/pardas) na atualidade. No Boletim Social do Estado do Maranhão de 2022, os brancos chegam a apenas 20,1%, em oposição aos 31% da década de 1960 e os pardos/pardas aumentam, chegando a 66,4%, enquanto os pretos/pretas crescem e atingem um percentual de 13,5% (Chaves, 2025, p. 32).

Mesmo sendo difícil falar sobre qualquer assunto em São Luís, sem fazer a abordagem racial, conforme relatou a militante Mirian Regini Nuti, havia a dificuldade, por uma parte de sua população em se reconhecer enquanto negra, de modo que ainda há, porém, não como antes, conforme revelado na amostra de Luiz Chavez (2025). Isso, entretanto, não pode ser tomado de forma isolada, mas categorizado dentro de um sistema que ao longo da história discriminou essa população e não valorizou a sua cultura.

Mas, no que compete à luta própria às mulheres negras, de acordo com a fala da militante Paula Baltazar, o Mulheres da Ilha era um grupo que não compreendia bem o sentido dessa luta:

Não era um assunto que tava travado. Havia até compreensão de que era importante a criação de um grupo de mulheres negras. É lógico que a compreensão, sabe de ... do sentido da luta da mulher negra elas não tinham [...]. Mas naquela época nem se falava em racismo, certo? a compreensão das mulheres brancas com relação a questão das mulheres negras não existia, mas isso não fez com que aquele grupo de mulheres se fizesse uma resistência ou comesasse se opor, não! Elas incentivaram, tá? A gente tinha, assim, um apoio (Entrevista realizada em 24 de abril de 2024).

O grupo teve seu início nas reuniões nas casas das militantes, o qual se configurava como um grupo de reflexão/consciência os temas debatidos, muitas vezes, eram encabeçados a partir de suas preferências próprias, assim, conforme já pontuado, a temática “mulher na política” costumava ficar ao cargo da Victória Diaz; direitos reprodutivos eram mais interessantes para Lucila Scavone e Mary Ferreira; Beth Bittencourt, por sua vez, se interessava mais pelo debate identitário, entre outros temas. A militante Mary Ferreira recordou a

⁹⁶ Entrevista realizada com Mirian Regini Nuti, concedida em 29 de abril de 2024.

insatisfação das militantes negras diante da ausência de pautas que contemplassem o debate étnico-racial, abordagem considerada por todas as componentes do grupo como importante, mas que esse era um debate que as militantes negras poderiam estar à frente.

Esse pensamento, por parte das militantes brancas, pode sugerir o que Djamila Ribeiro (2017, p. 40) assinalou por “lugar de fala”, uma vez que, “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. Assim, as militantes brancas podem ter considerado que ao explanarem a temática do feminismo negro, de acordo com suas vivências e visões de mundo, não estariam fazendo a abordagem à altura daquela que fariam as militantes negras, posto que, elas conheciam as opressões cotidianas de que eram vítimas, dada a sua localização social e histórica. Há que se pontuar, entretanto, que isso não significa que as militantes brancas não pudessem debater sobre a temática.

Mesmo as militantes negras à frente do debate, aquela não seria uma problemática que tocaria às demais. Obviamente, todas seriam levadas a refletir, mas serem tocadas em todos os aspectos de sua existência e animadas a se engajar nessa causa, especificamente, somente poderiam ser pensadas as mulheres negras. Não como um rompimento brusco, mas na busca por se encontrar em um debate que desse razão à sua existência e protagonizar lutas específicas, as militantes negras Silvia Cristina/Black e Paula Baltazar saíram do Grupo Mulheres da Ilha e criaram o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa. Paula Baltazar narra a seguir como ela e Silvia Cristina passaram a ter essa necessidade de formar um grupo só de mulheres negras:

Lá dentro do grupo de Mulheres da Ilha, junto com a Silvia, com a Silvia Black, uma pessoa genial, uma força assim, impressionante, a gente começou a conversar. Aliás, nós temos a nossa militância, nossa militância que intersecciona, tem intersecção do movimento de mulheres com o movimento negro e o movimento de mulheres negras, aí a gente começou a conversar [...] aí dentro do grupo Mulheres da Ilha surgiu essa ideia, essa semente do grupo de mulheres negras que aí nós formamos juntas com as outras parceiras que estava aqui, com a Silvia Cantanhede da casa da mulher negra, com outras pessoas e criamos o Grupo de Mulheres Mãe Andresa (Entrevista realizada em 24 de abril de 2024).

Sobre a formação de um grupo só de mulheres negras e que atendesse às suas especificidades, o pensamento da militante Beatriz Fontana expressa a importância e o seu apoio, uma vez que, era

absolutamente compreensível a questão. Jamais alguém conseguiu uma abrangência em todas as classes sociais pra tratar da questão do que é a promoção de cidadania e direitos humanos para as mulheres, não existe em lugar nenhum do planeta. Nós temos dentro do que é a nossa diversidade tentar entender o que que nós temos em comum [...] (Entrevista concedida em 13 de abril de 2024).

Do grupo feminista Mulheres da Ilha surgiram outros grupos de mulheres, quando as militantes saíram e formaram grupos que atendiam às suas causas específicas. De acordo com

Mary Ferreira, não apenas o Mãe Andresa foi formado por militantes do Mulheres da Ilha, mas também o Viva Maria, criado em defesa da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), entre outros que foram se formando.

A criação do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, de acordo com a militante Paula Baltazar, significou uma sensação de pertencimento quando, em sua entrevista, mencionou que com o crescimento do grupo de mulheres negras ela teve um novo impacto, trouxe um sentido novo para sua vida. A saber, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa criado em 1986, leva o nome de “Mãe Andresa” como homenagem à líder espiritual da casa das Minas de São Luís (templo de tambor de Mina) e cumpriu o papel de trazer a mulher negra para o centro do debate, se contrapondo à sua inferiorização dentro da sociedade maranhense. Ainda nos dias de hoje, ele visa discutir a participação das mulheres negras na sociedade, a partir de temas como, por exemplo, mercado de trabalho, identidade, sexualidade e saúde (Souza, 2018).

Paula Baltazar, ao longo da entrevista, não hesitou em demonstrar que era uma mulher negra, pertencente a uma família negra que sempre se orgulhou de suas raízes, o que nos leva a compreender a importância de compartilhar um debate com mulheres que se identificariam com o teor de suas falas, de modo que considera importante, ainda hoje, compartilhar a causa negra.

A família do meu pai é uma família negra que ama ser negro, sabe? Uma família que é negra e se afirma como negra né, numa sociedade que é bastante complicada que é Campinas que é muito racista, ela é uma família que se impõe enquanto uma família negra. Então eu vim também desse berço e pra mim é uma honra ser negra, é uma honra [...] é minha vida levar adiante essa questão negra⁹⁷ (Entrevista com Paula Baltazar realizada em 24 de abril de 2024).

Em vista da necessidade que sentia de levar o debate do feminismo negro, Silvia Cristina/Black, por sua vez, relatou o incômodo que sentia no Grupo Mulheres da Ilha de ter acesso a um conteúdo que podia ajudar a melhorar a realidade da mulher negra no Estado, a partir da reflexão e formulação de políticas públicas que atendessem as suas demandas, no que ela costumeiramente dizia: “isso aqui tem que levar, tem que passar”⁹⁸. Desse modo, o debate que dizia respeito às mulheres negras, em São Luís, proposto pelas mulheres que iniciaram sua caminhada no Grupo feminista Mulheres da Ilha não se resignou apenas ao Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, que nasceu com essa missão, mas ao Centro de Cultura Negra (CCN), uma vez que, tanto a Silvia Cristina/Black, quanto a Paula Baltazar militavam nele, sendo Silvia Cristina/Black uma das fundadoras do Centro. Assim, importa dizer que, antes da criação do

⁹⁷ Essa sensação de pertencimento da militante assinalada tanto no movimento negro, quanto no grupo de mulheres negras, pode ser percebida em seu discurso, sobretudo, em razão de sua entonação, capturada durante a sua entrevista e sobre isso, Bakhtin chama atenção, uma vez que, “na entonação a palavra contata imediatamente com a vida” (Volóchinov, 1926 apud Bakhtin, 20116, p. 49)

⁹⁸ Entrevista realizada com Silvia Cristina/Black, concedida em 13 de abril de 2024.

Mãe Andresa, o debate acerca do feminismo negro já corria dentro do CCN, sob algumas estratégias, conforme se verá mais à frente.

A criação do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) em 19 de setembro de 1979, encontrava-se no contexto de organização do Movimento Negro Unificado, tendo recebido enorme influência do mesmo, desse modo, a instituição, no Estado, tinha entre tantos objetivos, levar a compreensão da importância dos negros em nossa sociedade, compreender a sua realidade, a partir de suas condições culturais, socioeconômicas e políticas, além de que essa população despertasse uma consciência para sua cor e história.

Consta na história desse centro, a partir do trabalho de Luiz Chaves (2025) que sua implantação não foi tarefa fácil, uma vez que, não havia uma consciência e aceitabilidade em ser negro, de modo que, boa da população se autodenominava “moreno”, “moreninhos” ou “roxinhos”, o que, de acordo com ele, aquela era uma população que incorporava a “ideologia do branqueamento”. Mas, por meio de trabalhos de conscientização sobre sua história e importância, o CCN cumpriria um importante papel no processo de identificação e valorização do negro, da sua autoestima e da sua cultura no Estado, a qual, por diversas vezes, ao longo da história, fora negada.

Diferente da proposta reflexiva que era comum nos grupos de estudos feministas, o debate sobre a mulher negra acontecia de maneira diferenciada no Centro de Cultura Negra do Maranhão, posto que, estrategicamente, foram criados grupos de dança que tinham a missão de promoção de cultura, mas que também oportunizava o conhecimento de um feminismo negro, que operava revelando as opressões próprias às mulheres negras. Desse modo, de acordo com a fala da militante Silvia Cristina/Black,

a grande sacada foi criar o grupo de dança banjar. E aí, você ia reunir mais mulheres. E aí depois veio o grupo Akomabu⁹⁹ e o debate corria dentro do banjar já estrategicamente, tu tá entendendo? Então foi um negócio bem, bem interessante as alternativas criadas para que esses debates chegassem (Entrevista realizada em 13 de abril de 2024).

A criação de grupos de dança também foi estratégica, pois, ao levar o debate sobre as mulheres negras para dentro do Centro de Cultura Negra, alguns homens que compunham o Centro reagiram adversamente “ah, vamo criar o grupo dos veias”¹⁰⁰, se contrapondo às mulheres negras, uma vez que, até então, naquele espaço, nunca se havia colocado essa questão. À propósito, tal qual relatam Lélia Gonzalez no Rio de Janeiro e outras militantes do

⁹⁹ Akomabu é uma palavra iorubá, cujo significado é “a cultura não pode morrer” e foi o Akomabu o primeiro bloco afro do Maranhão, criado em 1984 e que existe até hoje reunindo religiosidade, som de tambor, dança e música.

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Silvia Cristina/Black, concedida em 13 de abril de 2024.

Movimento Negro, para os homens do CCN, a formação de um grupo só de mulheres não era necessária, e consideravam, até mesmo, divisionista do Movimento Negro.

Foi com a dinamização do debate, sobretudo quando vieram algumas autoras negras para o Estado, com o objetivo de palestrar sobre as condições específicas das mulheres negras em nossa sociedade, que os homens passaram compreender que essa era uma questão tão profunda quanto o racismo. De acordo com Silvia Cristina/ Black: “Aí foi que caiu a ficha deles, porque eles também não tinham noção dessa coisa, não sabiam história. Então foi um resgate da própria história da mulher negra”¹⁰¹.

Embora as mulheres que compunham o Centro de Cultura Negra do Maranhão já tivessem acesso às leituras de autoras negras brasileiras ou internacionalmente conhecidas, o CCN, a fim de tornar mais contundente o debate, trouxe algumas dessas autoras para palestrar, dando maior visibilidade para a realidade das mulheres negras no Estado. Ainda de acordo com a militante Silvia Cristina/Black foram elas a filósofa, antropóloga e ativista Lélia Gonzalez, a filósofa Sueli Carneiro e a filósofa norte americana Angela Davis¹⁰². A vinda das autoras negras e feministas para o Estado, bem como as leituras feitas pelas militantes negras de São Luís acerca dos feminismos em âmbito nacional e internacional, revelam as conexões estabelecidas entre o feminismo negro que aqui se desenvolveu, a partir de um fluxo não só de ideias, mas também de pessoas que se disseminaram de várias partes.

Conforme se viu, o debate acerca do feminismo negro na cidade de São Luís encontrou nas militantes negras um latente desejo de se expandir e chegar até mulheres que pudessem se identificar com a causa. O Grupo Mulheres da Ilha, embora proporcionasse abertura para a discussão, entretanto, não foi o terreno fértil para o pleno desenvolvimento da luta empreendida pelas feministas negras, mas significou o espaço em que a semente germinou. As ações empreendidas pelas feministas negras no Estado e na cidade de São Luís foram enormes, mas em razão dos recortes da pesquisa não poderei aprofundá-los, desta feita, reafirmo que o objetivo desta abordagem foi de compreender como, a partir do Grupo Mulheres da Ilha, o debate foi fomentado, expandido e, nesse processo, conectado.

¹⁰¹ Entrevista realizada com Silvia Cristina/Black, concedida em 13 de abril de 2024.

¹⁰² Angela Yvonne Davis nasceu em 1944, é professora, filósofa e ativista socialista estadunidense, cuja história de vida tem marcas na luta em favor dos direitos civis dos negros e na causa do feminismo negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de análise deste estudo, conforme se viu, foi o feminismo, o qual se caracterizou, ao longo da história pela luta das mulheres em favor do reconhecimento de seus direitos. Entretanto, não se pode falar em feminismo como um movimento homogêneo, pelo contrário, sugere-se falar em feminismos, uma vez que, conforme afixou Lucy Delap (2022), ele se caracteriza como um conjunto de demandas, ações e questões sobrepostas e complexas, as quais mudam com o decorrer dos anos. Assim é que se tentou demonstrar como, a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, no Brasil, América Latina e Europa as aspirações e demandas do feminismo se modificaram, cujos objetivos eram o de atender ao mal-estar de mulheres que em muito divergiam em seus contextos sociais, históricos, econômicos e políticos.

Nessa análise, que priorizou o feminismo, concentrei minha atenção para compreender de que modo o movimento foi experienciado na cidade de São Luís, no Maranhão, para isso, a escolha do Grupo Mulheres da Ilha foi primordial, dado o registro de que foi o primeiro grupo feminista a ser formado no Estado e em razão de sua intensa atuação. Assim é que, conforme se viu, o grupo foi criado no contexto de redemocratização do Brasil, em um momento em que vários grupos, com razões diversas, se formavam pelo país e lutavam por suas causas específicas. Também é o momento em que está em voga o chamado feminismo de “Segunda Onda”, que se disseminava da Europa e dos Estados Unidos, o qual priorizava as questões pessoais das mulheres, e revelava que “o pessoal é político”, desse modo, se empenhavam por demandas tais quais: o fim da opressão feminina pelo machismo, a liberdade sexual das mulheres, os direitos reprodutivos, o fim da violência de que eram vítimas, entre outras demandas.

Esse contexto de redemocratização, em razão do regime militar, pôde revelar entre os feminismos que se desenvolveram no Brasil e demais países da América Latina profundas conexões, tanto em sua maneira de se organizar, quanto em suas demandas, as quais, muitas vezes, priorizaram as necessidades materiais e imediatas, uma vez que eram enormes as desigualdades sociais nesses espaços. Entretanto, isso não significou que o feminismo de “Segunda Onda” que irradiava da Europa e Estados Unidos não tenha aqui se desenvolvido com suas pautas libertárias, e sua forma de organização, à exemplo dos grupos de consciência/reflexão. É claro que, o contexto sociocultural do Brasil em muito diferia desses países e foi, em razão disso, que o feminismo de “Segunda Onda”, no Brasil, sofreu uma reconfiguração.

Como exemplo dessa reconfiguração, pode ser citado o fato de que as lutas feministas

uniam as temáticas próprias ao feminismo de “Segunda Onda” com as lutas contrárias à ditadura e contrárias às desigualdades sociais no país. Sobre isso, a análise que se deu, a partir do Grupo Mulheres da Ilha, foi substancial, em razão de que as militantes feministas estavam envolvidas no movimento pelo processo democrático e, algumas vezes, se uniram às trabalhadoras dos bairros, prestando assistência na luta por melhores condições de vida, e, nesse interim, dinamizavam o debate que caracterizava a agenda da “Segunda Onda” feminista. Com base nessa abordagem, é possível perceber não apenas a reconfiguração do feminismo no Brasil, mas também as suas similaridades com as organizações feministas na América Latina.

O campo da sexualidade e da saúde conseguiram ser explorados pelas feministas do Grupo Mulheres da Ilha, fosse na universidade, nos bairros, nos meios de comunicação, a exemplo dos jornais ou da televisão, desse modo, descortinavam o véu sobre o prazer feminino, muitas vezes desconhecido pelas mulheres e negligenciado no relacionamento conjugal. A luta das mulheres para terem autonomia sobre o seu próprio corpo, bem como a luta contra a opressão das mulheres pelo machismo chamavam a atenção da sociedade ludovicense e, conforme se viu, pôde ser compreendida de maneira dualística. Assim é que, se o contexto daquela época era propício para manifestações desse gênero, encontrando aceitação por parte da população, uma outra parte, entretanto, não via com bons olhos e resistia. Não por acaso, vários estereótipos ruins incidiram sobre as militantes - em algumas incidiram mais do que em outras.

Conquanto, conforme se viu, duas temáticas foram abordadas a fim de compreender como se desenvolveram em solo ludovicense, e de que maneiras se conectavam aos feminismos vigentes no Brasil afora, foram elas: a violência que sofriam as mulheres e o feminismo negro.

A violência que sofriam as mulheres por seus companheiros foi alvo de muitas denúncias pelo movimento feminista nacional e internacional e revelava as desigualdades nas relações de poder presente na família. O movimento feminista em São Luís, por meio do Grupo Mulheres da Ilha, e de outros grupos, aliado às mulheres que não se denominavam feministas, se fez conectado com as lutas empreendidas por todo o país, quando, por meio de ações e agendas se organizaram em favor de debater a temática, fosse na imprensa ou em encontros, além disso, pediram por justiça às vítimas de assassinatos, e se engajaram em prol da criação e aparelhamento das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher.

O feminismo negro, que mais tarde ganharia muita visibilidade, por sua vez, ainda que tendo sido despertado dentro do Grupo Mulheres da Ilha, não alcançou o desenvolvimento pleno e necessário à sua atividade, em razão de que as militantes negras não se sentiam

contempladas no debate, mesmo diante da abertura dada à causa. Fato é que, suscitado no Mulheres da Ilha o debate acerca do feminismo negro se desenvolveu em outras organizações, como, por exemplo, o Centro de Cultura Negra e influenciou a criação de outra, tal qual o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa. Nessa abordagem que priorizou compreender como esse debate vai ser iniciado, evidenciou-se as conexões entre o feminismo negro não só no país, mas com os Estados Unidos, uma vez que se revelaram pelo fluxo de leituras acerca do feminismo negro, mas também de pessoas, tais quais as autoras brasileiras e a norte americana Angela Davis, propiciando trocas de experiências diversas.

A análise aqui desenvolvida foi determinada por uma visão que privilegiou alguns aspectos do feminismo em São Luís, em detrimento de outros, assim é que em razão do recorte temporal e dos elementos constitutivos das falas das militantes fui levada a discorrer sobre as abordagens aqui desenvolvidas. Entretanto, a atuação do movimento de mulheres, neste caso, o feminismo, se deu em diversas frentes e no contexto de 1980 a 1988 atuaram para que suas demandas fossem visualizadas em uma Constituição que lhes atendessem em todos os aspectos. Desse modo, em face da conexão estabelecida entre esse movimento por todo o país, mais de 80% de suas demandas foram aprovadas na Constituição de 1988, entre elas, a que estabelecia a igualdade entre homem e mulher.

REFERÊNCIAS

FONTES

Fontes Orais (Depoimento das ex-militantes do Grupo Mulheres da Ilha):

Entrevista realizada com Mary Ferreira., concedida a Dryeli de Jesus Coelho Pinheiro, em 21 de maio de 2024.

Entrevista realizada com Maria Victória Borges Diaz., concedida a Dryeli de Jesus Coelho Pinheiro, em 10 de abril de 2024.

Entrevista realizada com Beatriz Fontana., concedida a Dryeli de Jesus Coelho Pinheiro, em 13 de abril de 2024.

Entrevista realizada com Elizabeth Maria Beserra Coelho/ Beta Beserra., concedida a Dryeli de Jesus Coelho Pinheiro, em 11 de abril de 2024.

Entrevista realizada com Sílvia Cristina Costa Leite/Silvia Cristina Black., concedida a Dryeli de Jesus Coelho Pinheiro, em 13 de abril de 2024.

Entrevista realizada com Paula Renata Almeida Baltazar., concedida a Dryeli de Jesus Coelho Pinheiro, em 24 de abril de 2024.

Entrevista realizada com Mirian Regini Nuti., concedida a Dryeli de Jesus Coelho Pinheiro, em 29 de abril de 2024.

Matérias de Periódicos

Jornal de Hoje, 03 de mar. 1982, p. 2, nº 202.

O Estado do Maranhão, 10 de mar. 1981, p. 1, nº 3000.

O Imparcial, 11 de nov. 1980, p. 5, nº 14.996.

Jornal Pequeno, 18 de dez. 1980, p. 1, nº 10.392.

Brochura produzida pelo Grupo:

GRUPO MULHERES DA ILHA DE SÃO LUÍS. **Feminismo em debate**. São Luís: SIOGE, 1985.

Outros:

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

O IMPARCIAL. **Crimes históricos que abalaram São Luís**. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/04/crimes-historicos-que-abalaram-sao-luis/>>. Acesso em: 11 de Abril de 2025.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **História Regional**. São Luís: UemaNet, 2013.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVAREZ, S. E; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVES, Branca Moreira. As veteranas ou um sinal de alerta sobre uma memória não escrita. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 505-512.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

ALVES, Iracéli da Cruz. **“Para o coração, sim. Mas também para o espírito”**: momento feminino e o debate feminista no Brasil republicano (1947-1956). Revista História, São Paulo, n. 181, p. 1-33. 2022.

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. **Conselhos a minha filha**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1945.

ARAÚJO, Márcia Antonia Piedade. **Maria Aragão: uma trajetória em busca de uma sociedade igualitária**. 2012. 320f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: [s.n.], 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Feminismos subalternos**. Estudos Feministas, Florianópolis, p. 1035-1054, set./dez. 2017.

BARROS, José D' Assunção. **Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias**. Secuencia, Rio de Janeiro, p. 1-30, jan./ abr. 2019.

BARSTED, Leila Linhares. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, Cecília M. B; TAVARES, Márcia S. (org.). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 17-40.

BASSANEZI, Carla. **Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n.1, p. 112-148, 2005.

BLOCH, March. **Apologia da História: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2002.

BEAUVOIR, Simone De. **O segundo sexo: A experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos trabalhadores no Maranhão**. 1998. 303f. Dissertação (Mestrado em ciências políticas) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

_____. **Estudantes e política: movimento estudantil e greve pela meia-passagem no contexto da redemocratização**. Ciências Humanas em Revista, v. 4, n. 1, p. 109-128, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAIT, Beth. História e alcance teórico-metodológico. In: FIGARO, Roseli (Org.). **Comunicação e análise do discurso**.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: A escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAVES, Luís Carlos Noletto. **O centro de cultura negra: nuances de sua historicidade entre 1979-1984**. 2025. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Revista Gênero. V.5, n.2. Niterói: NUTEG/Eduff. 1. sem. 2005.

_____. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 174-190.

_____. **As donas do poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/ UFBA, 1998.

COSTA, A. A. A.; SANDENBERG, C. M. B. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BINGEMER, M. C. L. et al. (orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. p. 81 - 114.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DELAP, Lucy. **Feminismos: uma história global**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história**. São Paulo: Planeta, 2014.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, v. 23, n. 12, p. 100-122, 2007.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América**. Revista Estudos Feministas, v. 14, n. 1, p. 287-293, 2006.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres de Pontes Visgheiro a Pimenta Neves**. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERREIRA, Mary. **As caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2007.

_____. **Feminismos no Nordeste brasileiro: Histórias, memórias e práticas políticas**. Revista Polis, n. 28, p. 1-14, 2011.

FERREIRA, Maria Mary; PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. **Feminismo e relações de gênero no Maranhão**: ação política do Fórum Maranhense de Mulheres e sua repercussão no enfrentamento da violência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11&13., 2017, Florianópolis.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global Editora, 1933.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes Limitada, 1971.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

Gonzalez, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRUZINSKI, Serge. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras histórias conectadas**. Topoi, v.2, n. 2, p. 175-197, 2001.

GUIMARÃES, C. F; CORRÊA, L. J. L; ALVES, C.O. **Nossos próprios passos**: a organização das mulheres negras brasileiras ontem e hoje. Revista da ABPN, v. 14, n. 41, p. 287-305, 2022.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão**: Corpo e Alma II. São Luís: [s.n], 2020.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis p. 935-952, set./dez. 2014.

MOREIRA, Morvan de Mello; FUSCO, Wilson. (Coord.). **Dinâmica Demográfica do Nordeste**: Relatório de pesquisa. Recife: IBGE/ Fundaj, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **Juventude e contracultura**. São Paulo: Contexto, 2024.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução**. Revista Aurora, v. 6, n. 6, p. 59 - 62, 2010.

NUNES ROSADO, Maria José, F. **Eglise, sexe et pouvoir: les femmes dans le catholicismo au Brésil**: le cas des communautés ecclesiales de base. Paris, Ecole des Hautes Etudes em Scences Sociales. Tese de doutoramento.1991.

OLIVEIRA, Lorena de. **A sexualidade feminina no Brasil**: controle do corpo, vergonha e má reputação. Revista direito e sexualidade, v. 1, n. 2, p. 99 - 117, jun./dez. 2020.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

_____. **Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul**. Revista Clio, n. 26-1, p. 59 - 82, 2008.

_____. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238 – 259.

_____. Feminismos na América do Sul nos séculos XX e XXI. In: ARAUJO, Maria Paula; PIMENTEL, Izabel; ARAUJO, Rafael (orgs.). **História política da América do Sul nos séculos XX e XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Autografia, 2024. p. 519-542.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Lutas por moradia e condicionantes necessários: história, agentes e organização popular ludovicense entre as décadas de 1970 e 1980. In: BARROS, A. E. A. et al. (orgs.). **Histórias do Maranhão em tempos de República**. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 335 - 377.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. As veteranas ou um sinal de alerta sobre uma memória não escrita. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 461-479.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório: uma perspectiva brasileira**. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

RICOUER, Paul. **A Memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos Sociais: Face Feminina. In: Carvalho, Nanci V. (org.) **A condição feminina**. São Paulo: Vértica, Ed. Revista dos tribunais, 1988.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALDAÑA, Margarita Iglesias. Los desafíos del cono sur desde las perspectivas de las mujeres. La democracratización de la democracia o la reivención de una democracia latino-americana. In: PEDRO, J. M. et al (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 52-73.

SANTOS, Cecília Macdowell. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado**. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 89, p. 153-170, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen Sarti. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 50-83.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SILVEIRA, P. S.; PAIM, J. S.; ADRIÃO, K. G. **Os movimentos feministas e o processo da Reforma Sanitária no Brasil: 1975 a 1988**. Revista saúde debate, Vol. 43, n. 8, p. 276-291, 2019.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Angêla et al (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 33-54.

SOIHET, Rachel. **Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários**. Revista estudos feministas, Vol. 13, n. 3, p. 591-611, 2005.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Revista brasileira de história. São Paulo, Vol. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. **Mulheres Negras: Memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”**. Revista Kwanissa, Vol. 1, n. 1, p. 154-172, 2018.

SORJ, Bila. As veteranas ou um sinal de alerta sobre uma memória não escrita. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 445-452.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STERNBACH, N. S., et al. **Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo**. Revista estudos feministas, n. 2, p. 255-295, 1994.

Arquivos de internet

ALGARVE, G; GOBBO, J.C; SEINO, Eduardo. **Abertura política e redemocratização brasileira: entre o moderno-conservador e uma “nova sociedade civil”**. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6208> >. Acesso em: 17 de Março de 2024.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves de. **O Maranhão na redemocratização: uma análise histórica a partir das categorias de Gramsci**. Disponível em: <<http://nupehic.net.br/wpcontent/uploads/2018/08/O-MARANH%C3%83O-NA-REDEMOCRATIZA%C3%87%C3%83O-uma-an%C3%A1lise-hist%C3%B3rica-a-partir-das.pdf>>. Acesso em 17 de Março de 2024.

_____. **Cenas da transição no Maranhão: A atuação da sociedade civil**. Disponível em: < <https://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2018/08/CENAS-DA-TRANSIÇÃO-NO-MARANHÃO.pdf>>. Acesso em: 21 de Abril de 2024.

BARSTED, Leila Linhares. **Recuperando a luta das mulheres contra a violência de gênero**. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmninnibpcajpcglclefindmkaj/https://emerj.tjrj.jus.br/files/pages/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/2018/serie_anais_de_seminarios_da_emerj_2018_23.pdf>. Acesso em: 24 de Abril de 2025.

BOFF, Leonardo. **A força histórica dos pobres e oprimidos**. Petrópolis, 2024. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/17/a-forca-historica-dos-pobres-e-oprimidos-uma-reflexao-sobre-a-teologia-da-libertacao#:~:text=A%20Teologia%20da%20Liberta%C3%A7%C3%A3o%20acrescentou,delaes%2C%20assim%20os%20tornando%20pobres>>. Acesso em: 28 de Agosto de 2024.

CAETANO, Ivone Ferreira. **O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf. Acesso em: 24 de Abril de 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf> Acesso em: 05 de Maio de 2024.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL. 1965. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.oas.org/dil/port/1965%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial.%20Adoptada%20e%20aberta%20%C3%A0%20assinatura%20e%20ratifica%C3%A7%C3%A3o%20por%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Assembleia%20Geral%20106%20(XX)%20de%2021%20de%20dezembro%20de%201965.pdf>. Acesso em: 01 de Maio de 2025.

COSTA, E; ZAGO, F. **Dinâmica histórica e urbana de São Luís**. Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/2241_2229_dinamica_urbana.pdf>. Acesso em: 18 de Abril de 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255/1200>>. Acesso em: 01 de Abril de 2024.

OMETTO, A. M. H; FURTUOSO, M. C. O; SILVA, M. V. da. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/XRCdDpSndmxTY5J7wXz6tXn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 de Março de 2024.